



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL

EDER DA SILVA CERQUEIRA

NUANCES E INTERFACES DA INFORMALIDADE NA CIDADE DE PALMAS:
SUBSÍDIOS À COMPREENSÃO DA RELAÇÃO CAPITAL/ TRABALHO NO
CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

PALMAS- TO

2012



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

EDER DA SILVA CERQUEIRA

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Orientador: Dr. Alex Pizzio da Silva.

PALMAS- TO

2012

C416 Cerqueira, Eder da Silva

Nuances e interfaces da informalidade na cidade de Palmas: subsídios à compreensão da relação capital/trabalho no capitalismo contemporâneo. / Eder da Silva Cerqueira. – Porto Nacional, TO: UFT, 2012.

123 f.

Orientador: Prof. Dr. Alex Pizzio da Silva.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional.

Desenvolvimento regional. 2. Trabalho. 3. Capitalismo. I. Título. II. Porto Nacional - TO.

CDD 579.8

Catlogação na fonte: Núbia Nogueira do Nascimento CRB-2 /1393

EDER DA SILVA CERQUEIRA

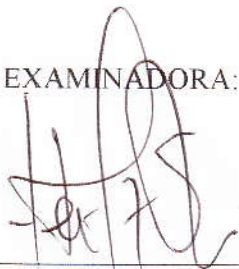
**NUANCES E INTERFACES DA INFORMALIDADE NA CIDADE DE PALMAS:
SUBSÍDIOS À COMPREENSÃO DA RELAÇÃO CAPITAL/TRABALHO NO
CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado
em Desenvolvimento Regional da
Universidade Federal do Tocantins para
obtenção do título de mestre.

Orientador: Prof. Dr. Alex Pizzio da Silva

Aprovada em 16/02/2012

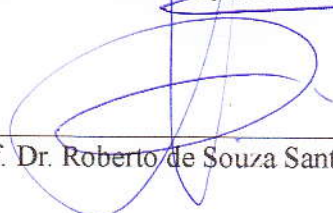
BANCA EXAMINADORA:



Prof. Dr. Alex Pizzio da Silva (Orientador)



Profa. Dra. Mônica Aparecida Rocha Silva (UFT/PGDR)



Prof. Dr. Roberto de Souza Santos (UFT)

Dedicatória

A todos que crêem na possibilidade da construção
de um mundo justo e igualitário.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais Acacinho e Edilamar, pelo apoio incondicional. Aos meus irmãos Kássia e Danilo, pelo companheirismo e amizade. À minha segunda família, tia mercês, carinhosamente chamada de “titia”, tio Eli (a quem agradeço também pelas correções do texto), tia Eliene, tia Elzimar (in memoriam), pelo acolhimento e convivência harmoniosa.

A todo o corpo docente e administrativo do Colégio Estadual João da Silva Guimarães, por terem me proporcionado as condições básicas para que eu pudesse seguir na vida estudantil. A todo corpo docente e administrativo do Curso de Geografia da Universidade Federal do Tocantins, Campus de Porto Nacional, com os quais tive meus primeiros contatos com o mundo da ciência.

A todos os meus colegas de trabalho da Universidade Federal do Tocantins, especialmente aqueles lotados na biblioteca, obrigado pelo companheirismo e amizade. Em especial a nossa querida Janira, para todos nós uma mãe, tamanha é sua capacidade de se sensibilizar com os problemas alheios.

A todo o corpo docente e administrativo do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins, na pessoa do Coordenador Prof. Waldecy Rodrigues.

Ao meu orientador Prof. Alex Pizzio, por ter acreditado no potencial da minha pessoa, e por ter sido, na expressão máxima que a palavra pode significar um orientador. A todos os meus colegas de Mestrado, obrigado pela parceria e pelo sentimento de coletividade que compartilhamos.

Ao Prof. Claudemiro (in memoriam) pelo companheirismo, pela sensibilidade de lidar com opiniões e valores os mais diversos, e, sobretudo, pelo profundo sentimento de justiça que compartilhou conosco. A todos aqueles, que aqui deixei de citar, não se sintam diminuídos, vocês foram tão importantes quanto aqueles supracitados, externolhes meus agradecimentos semelhantemente.

A sociologia, aprendida unicamente nos livros, em geral não experimenta interesse algum por todas as coisas banais que fazem a vida efetiva das pessoas, apressada que está em elaborar categorias abstratas que façam o delírio dos debates de escola e, por repercussão, dos artigos jornalísticos e dos relatórios administrativos. Assim, ignorando-se as diversas manifestações do senso comum, deixa-se oculta a maior parte da vida cotidiana que, verdade seja dita, tem bem pouca coisa a ver com os sistemas teóricos que repousam, essencialmente, em entidades abstratas.

Michel Mafessoli

RESUMO

Esta pesquisa teve como ponto de partida o reconhecimento da existência de parcelas da população que sempre tiveram de recorrer ao mercado informal de trabalho para garantir sua sobrevivência. No Brasil, a configuração do mercado de trabalho diferencia-se da dos países desenvolvidos, sobretudo dos da Europa, onde houve a formação de um Estado de Bem-Estar social pleno.

Desde meados dos anos 1980, com a reestruturação produtiva e intensificação (neo) liberal, tem se assistido a uma (re) configuração na relação capital x trabalho, que tem tido como principais consequências menor oferta de postos de trabalho formais, além de intensificar e precarizar as condições de trabalho. Desde então, tem crescido o número de trabalhadores que não conseguem encontrar uma ocupação no mercado de trabalho formal, restando-lhes a “opção” de exercer suas atividades laborais na informalidade.

O presente estudo tem como objetivo compreender a gênese da informalidade na cidade de Palmas, capital do Estado do Tocantins. Grande parte das teorias que explicam a informalidade, baseia suas teses no argumento de que esse fenômeno decorre da diminuição dos postos de trabalho no setor industrial. Porém, observa-se que também, em regiões/ cidades que não possuem uma significativa participação do setor industrial na atividade econômica, existe uma grande parcela de trabalhadores atuando no setor informal.

Quais são as causas da manifestação da informalidade nessas localidades? Quais são as principais variáveis que contribuem para que esse fenômeno se manifeste também nessas regiões? Existem fatores de ordem moral/ cultural/ psicológico/religiosos que influenciam na configuração desse fenômeno? Quais as vantagens e desvantagens são atribuídas ao emprego e ao trabalho no mercado informal pelos trabalhadores que atuam no mercado informal? Enfim, qual é a gênese da informalidade em uma localidade onde a produção fabril foi, e é insignificante do ponto de vista de sua participação percentual na atividade econômica?

Para tentar compreender essas indagações, foram analisadas entrevistas realizadas com trabalhadores residentes na cidade de Palmas que exercem suas atividades laborais no mercado de trabalho informal. As trajetórias de trabalho analisadas demonstram a complexidade da questão do trabalho no mercado informal. De posse dos dados obtidos por meio das entrevistas, pudemos conhecer melhor a heterogeneidade e a complexidade que envolvem o universo do mercado de trabalho informal brasileiro, tendo sido revelados aspectos que se restringem aos bastidores no cotidianos desses trabalhadores. Há, sem dúvida, um universo *latu sensu* que envolve o mercado de trabalho informal. Porém, o universo das ruas revelou-se ser este um universo muito mais complexo e heterogêneo do que possa parecer.

Palavras- Chave: Neoliberalismo; Financeirização; Informalidade; Capital; Palmas.

ABSTRACT

This research had as its starting point the recognition of parts of the population who have always had to resort to the informal labor market to ensure their survival. In Brazil, the configuration of the labor market differs from that of developed countries, mainly from Europe, where there was formation of a state of full social welfare. Since the mid-1980s with the restructuring of production and intensification (neo) liberal, has seen the (re) set in relation to capital x work, which has had major consequences as a lower supply of formal jobs, and enhance and precarious working conditions. Since then, a growing number of workers who can not find a job in the formal labor market, leaving them the "option" to exercise their activities in the informal labor.

The present study aims to understand the genesis of informality in the city of Palmas, the capital of the State of Tocantins. Most of the theories that explain the informality, base their arguments on the argument that this phenomenon results from a reduction of jobs in the industrial sector. However, it is observed that also in regions / cities that do not have a significant participation of the industrial sector in economic activity, there is a large portion of workers working in the informal sector.

What are the causes of the manifestation of informality in these localities? What are the main variables that contribute to this phenomenon also manifests itself in these regions? There are factors of moral / cultural / psychological / religious influence in shaping this phenomenon? What are the advantages and disadvantages are attributed to the employment and work in the informal workers who work in the informal market? Anyway, what is the genesis of informality in a location where industrial production was, and is insignificant in terms of its percentage share in economic activity?

To try to understand these questions, we analyzed interviews with workers living in the city of Palmas performing their work activities in the informal labor market. The work trajectories analyzed show the complexity of the issue of informal work market. Armed with the data obtained through interviews, we could better understand the heterogeneity and complexity involving the universe of informal labor market in Brazil, having been revealed aspects that are restricted to everyday scenes in these workers. There is undoubtedly a broad sense that the universe involves the informal labor market. But the universe of streets turned out to be a universe that much more complex and diverse than it may seem.

Key- Words: Neoliberalism, Financialization, Informality; Capital; Palmas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO 1. FLEXIBILIZAÇÃO: NOVAS FORMAS DE SE PRODUIR NO CAPITALISMO GLOBALIZADO.....	21
1.1 Neoliberalismo: a face política do processo de reestruturação produtiva	26
1.2 Financeirização do Capital: a face econômica do processo de reestruturação do capital.....	32
CAPÍTULO 2. PROCESSO DE INTENSIFICAÇÃO E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO: O AGRAVAMENTO DO DESEMPREGO E O SURGIMENTO DE FORMAS ATÍPICAS DE TRABALHO	39
2.1 O agravamento do Desemprego	44
2.2 O Surgimento dos Sub- Empregos e de formas atípicas de trabalho	47
CAPÍTULO 3. ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS	55
CAPÍTULO 4. CONSIDERAÇÕES ACERCA DO CONCEITO DE INFORMALIDADE.....	55
CAPÍTULO 5. NUANCES E INTERFACES DA INFORMALIDADE NACIDADE DE PALMAS: SUBSÍDIOS À COMPREENSÃO DA RELAÇÃO CAPITAL/TRABALHO NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO	70
5.1 Ilegalidade e Ilicitude.....	69
5.2 Valores, Cultura: A Ética do Trabalho e a ética do provedor, recusa à hierarquia e ao personalismo.....	74
5.3 Escolaridade e Qualificação Profissional.....	79
5.4 Segurança e Remuneração.....	83
5.5 Segregação Espacial.....	86

CAPÍTULO 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	96
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	99
APÊNDICE A- MAPA: LOCAIS DE REALIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS DE CAMPO.....	109
APÊNDICE B- ROTEIRO PARA REALIZAÇÃO DE ENTREVISTA DE CAMPO.....	108
APÊNDICE C- ENTREVISTAS	1150

PERCURSOS ACADÊMICOS

Desde a inscrição para a Seleção do Mestrado em Desenvolvimento Regional, tive que fazer uma escolha. Existia, á época, duas linhas de pesquisa: Cadeias Produtivas e Desenvolvimento Regional e outra denominada Sociedade, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional. Devido à minha formação acadêmica - Licenciatura e Bacharelado em Geografia - e tendo essa ciência a tarefa de compreender as transformações na sociedade, tendo como foco de análise seu aspecto espacial, não tive dúvida, optei pela segunda linha de pesquisa (Sociedade, Políticas Publicas e Desenvolvimento Regional). Outro fator que influenciou minha decisão foram as adiantadas leituras nas áreas de ciências humanas e sociais e a questão deontológica, ou seja, para que deve servir o conhecimento científico.

Ao analisar os objetivos da linha de pesquisa escolhida (Sociedade, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional): “Abordar temas relativos às questões sociais, políticas, culturais e ambientais relacionadas às problemáticas regionais rurais e urbanas, considerando os aspectos históricos e sua expressão espacial e temporal; Investigar as mudanças e impactos nos processos de desenvolvimento regional, causadas tanto pelas ações estatais quanto pelo protagonismo dos atores sociais; Compreender processos de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas, a partir de uma perspectiva interdisciplinar” - não tive dúvida: estava fazendo a escolha correta.

Ao estudar a questão sócio-econômica através dos tempos, e, sobretudo, após constantes contatos com obras do cientista Karl Marx e de outros autores de cunho Marxista, algo sempre me intrigava, me deixava inquieto, me fascinava. Refiro-me à relação capital x trabalho. Apesar de várias outras explicações, considerações e interpretações acerca do funcionamento e da dinâmica da vida societal, quase sempre tive a crença em que ali estava a chave para a explicação da dinâmica da vida em sociedade.

Passados vários anos, e após contatos com outros cientistas, participação em palestras, congressos, aulas, rodadas de estudo, grupos de pesquisa, e várias outras formas de discussão acerca de teorias, conceitos e metodologias as mais diversas, mantenho, ainda, minha crença em que é na relação capital x trabalho que reside a gênese para compreendermos a dinâmica que rege a vida social, sobretudo hoje. Foi

essa teimosia, apesar dos constantes “ataques” e de várias denominações que recebi (comunista, marxista, socialista e até terrorista) que me levou a realizar esse trabalho.

Sei que, às vezes, não vou encontrar leitores preocupados com essa questão tão cara à sociedade e à ciência; tenho a clareza de que estudos dessa natureza não são bem-vindos nos altos círculos da vida acadêmica, sobretudo aqueles comprometidos com a preservação e manutenção do poder e da ordem. Mas, ainda assim, creio que estudos dessa natureza não podem, e não devem deixar de ser feitos. E, por mais que haja esforços na tentativa de formação de uma visão unívoca na academia, por mais que sejam empreendidas lutas incessantes e buscas alucinantes por interpretações alinhadas e assemelhadas (o que me causa desconfiança) por ângulos únicos de percepção, a heterogeneidade que sempre caracterizou o conhecimento científico, há de prevalecer, simplesmente por ser uma de suas essências.

INTRODUÇÃO

A descrição dos fenômenos sociais não há de ser unicamente um “problema”, mais sim uma plataforma a partir da qual vai elaborar-se um exercício do pensamento que responda da melhor maneira, às audaciosas contradições de um mundo em gestação.

Michel Maffesoli

As constantes mudanças na lógica de acumulação capitalista têm afetado profundamente o mundo do trabalho contemporaneamente. A discussão em torno de temas como a perda ou não da centralidade do trabalho, as análises dos impactos da reestruturação produtiva e a influência das políticas neoliberais na organização do trabalho, estão sendo cada vez mais estudados nas duas últimas décadas. (ANTUNES, 1999; ANTUNES, 2009; ALVES, 2010).

Os estudos e pesquisas sobre as alterações no mundo do trabalho e na classe trabalhadora partem da concepção de que a reestruturação produtiva¹, na era da acumulação flexível, constitui uma das respostas da burguesia internacional às crises de acumulação do capital, que alteraram marcadamente as relações sociais de produção, portanto as relações capital/trabalho, e (re) configuraram a classe trabalhadora nos marcos de sua fragmentação, heterogeneidade e complexificação (HARVEY, 1996; ANTUNES, 1999).

As mais recentes crises de acumulação de capital, que tiveram como momentos mais marcantes, o início da década de 1970 (com a denominada crise do petróleo²) e meados

¹ Reestruturação produtiva aqui é considerada segundo Alves (2010): um sistema de inovações tecnológico-organizacionais no campo da produção social capitalista aplicada à produção e à introdução de novas modalidades de gestão da produção.

² Apesar de ser denominada genericamente de crise do petróleo dos anos 1970, esse evento se dividiu em dois acontecimentos pontuais. O primeiro ocorre no ano de 1973, quando a economia mundial, e particularmente a dos Estados Unidos da América do Norte, entram em recessão após a triplicação do preço do petróleo em virtude da retaliação no fornecimento do combustível fóssil por parte dos países árabes, principais membros da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo). O segundo ocorre em 1979, novamente com uma recessão econômica, desta vez motivada pela queda do Xá do Irã, Mohammad Reza Pahlavi, então aliado dos Estados Unidos. A queda do Xá permite a ascensão ao poder do Aiatolá Komeini, líder muçulmano xiita e inimigo declarado de Israel. Mais uma vez, agora por pressão do Irã, o petróleo é usado como arma e tem seu preço duplicado em detrimento dos Estados Unidos, maior consumidor mundial e histórico aliado de Israel.

da década de 1990 (com a denominada crise asiática³), são aqui entendidas como elementos constitutivos do sistema capitalista de produção⁴. No enfrentamento dessas crises de acumulação, a burguesia internacional tem tomado várias atitudes no sentido de contê-las. A destruição de parte dos meios de produção⁵; a busca de novas áreas de exploração lucrativas; o aumento da exploração sobre o trabalho; a expansão das atividades especulativas e financeiras em detrimento das atividades produtivas, são algumas das manifestações mais marcantes da contra-ofensiva neoliberal⁶, hodierna. Uma das maneiras que o capital tem encontrado, ao longo dos tempos para garantir sua reprodução, trata-se do aumento da exploração sobre o trabalho. Aliás, foi esta a principal constatação que levou Marx a formular o conceito de mais-valia⁷.

Nas últimas décadas, temos assistido à incorporação de diversos processos ao sistema produtivo, visando à garantia da manutenção de reprodução do capital. Uma dessas alterações mais marcantes se trata da substituição do padrão fordista⁸ de acumulação pelas várias formas de acumulação flexível ou pelo chamado *toyotismo*⁹.

³ Período de crise financeira que atingiu grande parte da Ásia, tendo começado no verão de 1997 gerando temor de uma crise em escala mundial e contágio financeiro.

⁴ As crises são entendidas por nós não como fraturas ou desarranjos do sistema de produção, mas como vitais para a sua própria reprodução, ou seja, são consideradas como partes constituintes do próprio modo de organização produtiva.

⁵ Um exemplo clássico é a destruição dos recursos naturais finitos como os combustíveis fósseis.

⁶ Neoliberalismo é uma redefinição do liberalismo clássico, influenciado pelas teorias econômicas neoclássicas, e é entendido como um produto do liberalismo econômico clássico. Sua principal característica é a defesa da liberdade de mercado, entendido como única alternativa para o alcance do bem-estar social.

⁷ Segundo Marx, a mais-valia é a diferença entre o salário pago ao trabalhador e o valor do trabalho por ele produzido.

⁸ Trata-se de um conjunto de transformações que foram implementadas na organização produtiva, em meados do século passado, começando pelos Estados Unidos da América do Norte e depois se alastrando por várias partes do planeta. Apesar da denominação Fordismo, o mentor desse conjunto de transformações organizacionais foi Frederick W. Taylor, porém foi o empresário John Ford, que teve o mérito de adaptar as transformações sugeridas por Taylor ao sistema de cadeias produtivas e às esteiras rolantes empregadas nos abatedouros de animais, para a fabricação em massa de automóveis e de outros produtos industriais.

⁹ Conjunto de mudanças organizacionais na esfera produtiva, desenvolvidas pelo engenheiro Japonês Taiichi Ohno, e aplicadas pioneiramente na empresa automobilística Toyota, da qual o mesmo era diretor à época.

Esse conjunto de transformações pelo qual passou, e ainda passa o processo produtivo, e a adoção de formas de acumulação flexíveis, em substituição à rigidez do fordismo, vai desencadear metamorfoses profundas no processo de acumulação do capital. Essas transformações, conseqüentemente, repercutem nos processos de trabalho, alterando de maneira significativa a relação capital/trabalho.

Apesar de se manifestarem de maneira mais marcante na alteração das formas de organização produtiva, as investidas do capital, na tentativa de recuperar suas taxas de lucro, não se restringiram a esse campo de atuação. A incorporação dessas alterações necessita, também, de adequações nas estruturas sociais e legais dos diferentes países, de forma que haja a incorporação mais adequada possível de uma nova forma de organização produtiva.

Um desses processos de alteração nas estruturas sociais e legais dos Estados nacionais, promovidas pela burguesia internacional foi a adoção da ideologia neoliberal como forma de proceder politicamente dos Estados nacionais. Essas alterações foram percebidas de forma marcante nas várias partes do planeta. Mas foi, sobretudo, nos países latino-americanos, que elas se deram de maneira mais contundente¹⁰.

Essas mudanças vão significar, para grande parte dos trabalhadores, perda de garantias e direitos fundamentais, que vão sendo cada vez mais integrados ao capital pelos mais diferentes meios de *mercadorização*¹¹ de direitos. Uma das formas que os Estados nacionais encontraram para transferir para a iniciativa privada a responsabilidade pela garantia de direitos fundamentais como saúde, educação, previdência, dentre outras foi privatizá-las. Desse modo, a adoção da ideologia neoliberal vai alterar, de maneira profunda, a forma de atuação dos Estados nacionais. Portanto, as relações sociais de produção. Um estudo acerca das conseqüências das alterações na relação capital/trabalho para a classe trabalhadora não poderia deixar de

¹⁰ A fragilidade das instituições públicas, a existência de experiências democráticas recentes e as altas taxas de analfabetismo, associadas à baixa participação nas decisões políticas, são alguns fatores que concorrem para a fragilidade dos países latino-americanos, frente à imposições políticas externas.

¹¹ Uma das características do modelo neoliberal é a mercadorização de direitos, processo de transferência da responsabilidade pelas garantias de direitos fundamentais do Estado para a população pela transferência da responsabilidade e oferta dos serviços do Estado às empresas privadas.

considerar essa variável que tem modificado tão profundamente as formas de reprodução da existência humana, nos últimos tempos.

Outro aspecto que está atrelado aos referidos anteriormente (o processo de reestruturação produtiva e a adoção do modelo neoliberal) é o que se convencionou denominar financeirização¹² do capital. Esse processo tem como principal característica a reprodução do capital fora do circuito produtivo, o que passa a acontecer na esfera especulativa e financeira. Também resultam desse processo a mobilidade das grandes empresas, as terceirizações e subcontratações, mecanismos que o capital utiliza para prescindir, cada vez mais, de força de trabalho e tornar ainda mais precárias as condições de sua realização. A essas características acrescentam-se ainda o fraco crescimento das economias nacionais, a estagnação e recessão econômicas e até mesmo a elevação do tempo de trabalho em alguns países.

A conjugação desses processos - apesar de serem considerados como interfaces de um mesmo movimento, não aconteceram simultaneamente em todos os lugares da terra - vai desencadear profundas alterações na relação capital/trabalho; portanto, nas condições de reprodução da classe trabalhadora. Para os propósitos deste trabalho, ater-nos-emos a quatro delas: o agravamento do desemprego; o surgimento dos sub-empregos ; o avanço dos empregos temporários e atípicos¹³, o crescimento do número de trabalhadores atuando no setor informal¹⁴ da economia¹⁵, fenômeno que vem se manifestando de forma marcante nos últimos anos

Apesar de responder a aspectos da conjuntura econômica internacional, o fenômeno da informalidade não se manifesta de maneira semelhante em todas as partes

¹² Processo por meio do qual, a esfera de (re) produção do capital é transferida da esfera produtiva para a esfera financeira.

¹³ O termo trabalhos atípicos é aqui utilizado como forma de contrapor a organização do trabalho na atualidade á sua organização na época do denominado Welfore State. Época em que a organização do trabalho orientava pelo modelo fordista, com forte proteção do Estado.

¹⁴ Entendemos por trabalhador do setor informa aquele que não possui contrato formal de trabalho, que não possui carteira assinada, estando dessa maneira desprotegidos de todos os direitos trabalhistas, como férias, 13º salário, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Licença-Maternidade e etc.

¹⁵ Apesar de abordar em capítulo específico o agravamento do desemprego, o surgimento dos sub-empregos e o avanço dos empregos temporários e atípicos, entendidas aqui também como manifestações da intensificação e da precarização do trabalho, a forma de manifestação do processo de intensificação e precarização do trabalho, que aqui será aqui objeto de estudo é a informalidade.

do planeta. Além da determinação das questões macroeconômicas, sua conformação também é resultado de aspectos políticos, sociais, institucionais, culturais, históricos-econômicos locais. É a relação dialética entre os processos econômicos de ordem conjuntural e os aspectos de ordem local que vai conformar a relação capital/trabalho nas diferentes partes do planeta.

Como a emergência da informalidade responde a alterações de ordem estrutural na forma de reprodução do capital, e se essas alterações se dão de forma heterogênea entre os países, a informalidade também possui um caráter heterogêneo. Ela se manifesta de variadas formas, e resulta da combinação de variáveis globais e locais. Portanto, apesar de ser condicionada por fatores estruturais, que compõem a lógica de funcionamento e de reprodução do modo de produção capitalista, ela também (a informalidade) resulta da interferência de questões particulares.

Assim, apesar de estarem sob a vigência de um mesmo modo de produção, fatores como a organização produtiva e administrativa das empresas, manifesta-se de maneira diferenciada entre os países. Existem particularidades que vão conformar a introdução dessas mudanças nas localidades, de sorte que vão se mesclar, ou se até sobrepor, a questões de ordem estrutural, na tarefa de conformar as configurações locais. Portanto, mesmo que os processos que marcaram as mudanças na forma de organizar a produção, que denominaremos de reestruturação produtiva, tenham formas de manifestação semelhantes, existem particularidades que não podem ser desconsideradas.

A problemática da informalidade impõe o mesmo raciocínio: apesar de resultar, em parte, do processo de reestruturação produtiva, existem também outros fatores que concorrem para sua conformação e manifestação. Dessa maneira, questões como a ética do trabalho¹⁶, a ética do provedor¹⁷, a ordem geracional, a composição familiar, dentre outras, podem nos auxiliar na compreensão da organização sócio-econômica de uma localidade, seja ela uma cidade, um estado ou até um país.

Objetivando compreender as variáveis de ordem local que concorrem para a conformação da informalidade, e, que, materializadas através do processo dialético com

¹⁶ Princípio pelo qual o sustento da família tem que ser custeado pelo esforço do trabalho.

¹⁷ Corresponde á necessidade de sustento do trabalho e de sua família.

as estruturas de funcionamento global do sistema de produção capitalista, vão resultar na gênese da informalidade em uma determinada localidade, e que nos propusemos a estudar a cidade de Palmas, capital do Estado do Tocantins, a última cidade planejada do século XX. O entendimento da gênese da informalidade de um território é de fundamental importância para nos auxiliar na inteligibilidade das relações sócio-econômicas hodiernas, visto são uma parte constituinte da relação capital/trabalho, que, a nosso ver, ainda é potencialmente capaz de explicar as relações homem x natureza x homem.

Para Marx (1988) o trabalho é o fundamento da vida humana. É o instrumento de mediação entre o homem e a natureza. Resulta como produto do trabalho humano não apenas os objetos de uso como roupas, alimentos, mas também instituições como o Estado, as cidades e as nações. Nesta perspectiva é o trabalho que distingue o homem no reino animal, pois o homem, através do trabalho como atividade consciente, regula e domina a natureza para a consecução de seus fins enquanto os animais apenas a usam.

O trabalho, então, é o instrumento pelo qual o homem controla a natureza e como resultado deste metabolismo o homem constrói a si próprio, os objetos e a estrutura social como seu arcabouço jurídico-político. A alteração dos meios de trabalho, alterando também as relações entre os homens, muda as condições sociais em que a produção ocorre. O trabalho cria o homem, potencializa sua força produtiva e lança as bases em que se estabelecem as relações sociais (Ruy, 1997). Para se compreender a sociedade, portanto, sua estrutura social, jurídica e política, é necessário que se volte os olhos para as relações de trabalho, para os modos e meios com que se realiza a produção material, pois “ os meios de trabalho são não só medidores do grau de desenvolvimento da força de trabalho humano, mas também indicadores das condições sociais nas quais se trabalha. (MARX, 1988. p:151).

Essa dissertação está dividida em cinco capítulos, além dessa introdução, das referências bibliográficas e de dois anexos. O primeiro capítulo, intitulado flexibilização: novas formas de produzir no capitalismo globalizado discute as novas formas de organização produtiva, processo que denominaremos de reestruturação produtiva. Trata também da reorientação da atuação dos Estados nacionais por meio da adoção do neoliberalismo, e da transferência da arena de reprodução do capital da esfera produtiva para a financeira, o processo de financeirização do capital.

Já o segundo capítulo nomeado intensificação e precarização do trabalho: o agravamento do desemprego e o surgimento de formas atípicas de trabalho, trata das consequências que a classe trabalhadora tem sofrido em decorrência do processo de reestruturação produtiva, dando ênfase para o agravamento do desemprego, notadamente em sua forma estrutural e para o surgimento de formas de trabalho atípicas, como os trabalhos temporários, os sub-empregos, os trabalhos em tempo determinado e etc.

O terceiro capítulo denominado de estruturas metodológicas faz uma descrição da forma do proceder metodológico da pesquisa. Neste capítulo é descrito a orientação por meio da qual se baseou a construção da metodologia da pesquisa, bem como a forma de obtenção, tratamento e apresentação dos dados obtidos por meio das entrevistas semi-estruturadas.

Considerações acerca do conceito de informalidade, esse é o título do capítulo quatro. Neste espaço faz uma revisão bibliográfica de alguns autores que tratam da questão da informalidade. É apresentado diferentes olhares acerca desse fenômeno, que de seus respectivas campos de estudo procuram explicar a origem, e as principais causas da manifestação desse fenômeno em terras canarinhas.

O capítulo cinco intitulado Interfaces e Nuances da informalidade na cidade de Palmas: subsídios à compreensão da relação capital/ trabalho no capitalismo contemporâneo, traz os resultados da pesquisa realizada com trabalhadores informais da cidade de Palmas, capital do Estado Tocantins. Por meio de um exercício didático, e por opções de cunho político e ideológico, selecionou-se as entrevistas por meio de semelhanças dos depoimentos, e posteriormente, classificou-se as em cinco grupos.

CAPÍTULO 1

FLEXIBILIZAÇÃO: NOVAS FORMAS DE SE PRODUZIR NO CAPITALISMO GLOBALIZADO

O processo de reestruturação produtiva, ou seja, a forma por excelência que a burguesia internacional encontrou para combater a crise do processo de acumulação que atingiu o mundo, sobretudo nos 1970, nos marcos da passagem do chamado fordismo/taylorismo para o *toyotismo*, acompanhado da desconstrução do modelo de regulação social, amplia a lógica predatória do capital, afetando a constituição da classe trabalhadora, assim como a organização de suas ações dentro e fora da ordem burguesa. (ANTUNES, 1999, p: 45. *Grifo do autor*).

A origem das transformações na organização produtiva pode ser identificada em meados dos anos 1970, quando as altas taxas de crescimento econômico, verificadas nas décadas anteriores, vinham se desacelerando. A produção em série e padronizada, típica do fordismo, estavam em crise. Para Harvey (1996), a palavra que melhor representava a incapacidade do fordismo e do keynesianismo¹⁸, em conter as contradições capitalistas que se aguçavam no período, era a rigidez. A recessão que se abateu sobre a economia mundial pós-1973, agravada pela crise do petróleo, enfraqueceu ainda mais as estratégias fordistas de produção. Nas décadas de 1970 e 1980, novas estratégias de reestruturação econômica passaram a ser adotadas, e inaugurou-se um período no qual essas políticas afrontavam a rigidez do fordismo, apoiando-se na flexibilidade dos processos de trabalho. A palavra de ordem agora era flexibilização:

Novos processos de trabalho emergem, onde o cronômetro e a produção em série são substituídos pela flexibilização da produção, por novos padrões de busca de produtividade, por novas formas de adequação da produção à lógica do mercado. Ensaiam-se modalidades de desconcentração industrial, buscam novos padrões de gestão da força de trabalho, dos quais os “processos de qualidade total” são expressões visíveis não só no mundo japonês, mas em

¹⁸ É o conjunto de ideias que propunha a intervenção estatal na vida econômica, com o objetivo de conduzir a um regime de pleno emprego. Influenciou a renovação das teorias clássicas, que acreditavam que a economia seguiria o caminho do pleno emprego, sendo o desemprego uma situação temporária que desapareceria, graças às forças do mercado.

vários países do capitalismo avançado e do terceiro mundo industrializado. (ANTUNES, 2009, p: 206).

Para compreendermos as modificações que afetaram as formas de se produzir, faz-se necessário relatarmos alguns das características mais marcantes dos processos fordista e o toyotista. É através da explicitação dessas transformações (reestruturação produtiva), que iremos entender como elas afetaram, e afetam a classe trabalhadora. Dessa forma, compreenderemos como foi alterada a relação capital/trabalho em vigor nos trinta gloriosos¹⁹.

O modo de produção fordista caracteriza-se, sobretudo, pela racionalização da produção em massa: por meio desse método, na produção automotiva, esteiras rolantes levavam o chassi e as demais peças a percorrerem um traçado, e os operários, distribuídos lateralmente, iam montando os veículos. O sociólogo polonês Zygmunt Bauman faz uma descrição fidedigna da organização do processo produtivo sob o fordismo:

Entre os principais ícones dessa modernidade estavam a fábrica fordista, que reduzia as atividades humanas a movimentos simples, rotineiros e predeterminados, destinados a serem obediente e mecanicamente seguidos, sem envolver as faculdades mentais e excluindo toda espontaneidade e iniciativa individual. (BAUMAN, 2001, p: 33/34).

Com o esgotamento²⁰ do padrão de acumulação fordista, emerge um novo modo de gerenciamento do processo de trabalho: o toyotismo. Nele se requer que os trabalhadores tornem-se especialistas multifuncionais. Dentre suas características, podemos destacar a existência de um relacionamento cooperativo entre os gerentes e os trabalhadores, ou seja, uma hierarquia administrativa horizontal; controle rígido de qualidade; “desintegração vertical da produção em uma rede de empresas, processo que substitui a integração vertical de departamentos dentro da mesma estrutura empresarial”

¹⁹ Os "trinta gloriosos" (1945-1975) foram marcados por uma expansão, sem precedentes, da produção, do consumo, da produtividade e dos investimentos mundiais. A estabilidade de preços e a redução do desemprego a taxas muito baixas, nos principais países capitalistas, completavam o quadro de ampla prosperidade e estabilidade econômica.

²⁰ Compartilhamos da idéia de Rosso (2008) para quem não é por ser ineficiente que o fordismo entra em crise, e sim pelo fato de as formas empregadas para elevar a intensidade do trabalho ficarem aquém daquelas empregadas pelo toyotismo.

(CASTELLS, 1999^a, p: 179). Já não há mais uma rígida separação entre a direção (que pensa) e o operário (que executa).

O efeito dessas mudanças pode ser observado na alteração dos padrões de organização da vida social, na medida em que há um direcionamento diferenciado na localização e na forma estrutural da produção, circulação e consumo. Todas essas mudanças, na organização das atividades produtivas, refletem-se no ordenamento social. Segundo Benko (2002):

A passagem para um novo regime de acumulação acompanha-se de mudanças fundamentais multiformes nos modos de produção e de consumo, nas transações e nos mecanismos institucionais de regulação das relações sociais. Elas induzem uma reestruturação espacial da sociedade inteira, redefinição do conteúdo ideológico dos espaços, estabelecimento de uma nova divisão social e espacial do trabalho, criação de novos espaços de produção e consumo. (BENKO, 2002, p: 41)

Diferentemente de Harvey (1996) – ele considera a crise que atingiu o capital, e levou ao desmoronamento do padrão de acumulação fordista, um evento pontual-consideramos esse evento como a manifestação de uma das crises cíclicas do capitalismo mundial, cujo resultado foi, por um lado, o início de um processo de reorganização produtiva e, por outro, a implantação de um sistema político e ideológico que previa a redefinição do papel do Estado. Dessa forma, inaugurou-se um período marcado pelas idéias do livre mercado.

Nessa perspectiva, concordamos com Braga (1997) e Antunes (1999), quando dizem que a reação do capital, em face da retração nas atividades econômicas, ocorreu por intermédio do reaparelhamento das formas estruturais de intervenção estatal, o que promoveu o início de um período de aplicação de políticas neoliberais, caracterizado pela adoção de medidas de flexibilização no processo produtivo etapas. Assim: “[...] o neoliberalismo e a reestruturação produtiva expressam ‘duas faces da mesma moeda’, isto é, da crise orgânica do capital.” (BRAGA, 1997, p: 213). Esse processo implicara grandes transformações na vida da classe trabalhadora. O aumento nas taxas de desemprego, a intensificação e precarização do trabalho, (de quão são exemplos o aumento nos contratos de trabalho temporários) perdas dos benefícios sociais e o aumento no número de trabalhadores ocupados em atividades informais são conseqüências da reestruturação produtiva orientada pelos princípios do neoliberalismo.

Aglietta (1999) também sugere que as formas de acumulação e regulação capitalista, de base fordista haviam se esgotado. Portanto, já por volta de 1976, o capital necessitava recuperar suas taxas de lucratividade que estavam regredindo em função das técnicas tradicionais, características do fordismo. Por isso era preciso aumentar a produtividade do trabalho e a remuneração do capital.

O aumento na força produtiva do trabalho foi a forma encontrada pelo capital para extrair, do processo produtivo uma quantidade maior de mais-valia, Marx (1984)²¹. A transformação do trabalho necessário em trabalho excedente dependia, portanto, de revolucionar as condições técnicas e sociais do processo produtivo, com o intuito de potencializar a força produtiva de trabalho e reduzir seu valor, na medida em que, a jornada de trabalho necessária para a reprodução desse valor era abreviada.

Apesar da necessidade de revigorar a produção de mais-valia, o capital também se preocupava em enfraquecer as formas de organização dos trabalhadores fortalecidas pelo *Welfare State*²², desmontar a consciência do poder político da classe trabalhadora e retardar a expansão de uma ideologia contrária aos interesses capitalistas. As ações do capital atuavam, portanto, em diversas frentes. As modernas expressões da acumulação significavam, a partir de então, formas flexíveis e precárias de trabalho, desestruturação da rede de benefícios sociais implantadas no pós-guerra e enfraquecimento do movimento sindical.

Esse processo manifestou-se de forma muito mais aguda nos países subdesenvolvidos e subordinados à reprodução do capital mundializado. O mercado de trabalho passou, então, por uma radical reestruturação, marcado por regimes e contratos de trabalho flexíveis, indicando, a redução do emprego regular e a tendência no uso crescente do trabalho em tempo parcial, temporário e informal.

Apesar de as formas estruturantes de funcionamento do modo de produção capitalista guardar semelhanças, manifestando-se de forma mais ou menos semelhante nas diferentes localidades, elas também guardam particularidades. Elas se moldam às

²¹ Entendemos aqui por aumento da força produtiva do trabalho em geral uma alteração no processo de trabalho, pela qual se reduz o tempo de trabalho socialmente necessário para produzir uma mercadoria, que um menor quantum de trabalho adquira, portanto a força para produzir um maior quantum de valor de uso. (MARX, 1984).

²² A definição de *welfare state* pode ser compreendida como um conjunto de serviços e benefícios sociais de alcance universal, promovidos pelo Estado, com a finalidade de garantir certa “harmonia” entre o avanço das forças de mercado e uma relativa estabilidade social, suprimindo a sociedade de benefícios sociais que significavam segurança aos indivíduos para manterem um mínimo de base material e níveis de padrão de vida, para que possam enfrentar os efeitos deletérios de uma estrutura de produção capitalista desenvolvida e excludente. (DRAIBE & HENRIQUE, 1998. p: 53)

questões locais, flexibilizam de acordo com cada realidade. Logo, para que possamos compreender como as mudanças no processo produtivo afetaram cada território, é necessário considerar a forma característica como esse processo ali se desenrolou.

As mudanças na organização da produção, e principalmente nas relações de trabalho, são uma espécie de termômetro da sociedade capitalista, e se constituem numa das formas pelas quais podemos captar a dinâmica de funcionamento desse modo de produção, como afirma Fabrini (2004):

As relações sociais de produção e o desenvolvimento das forças produtivas são uma questão central no entendimento da sociedade capitalista, ou seja, há uma correspondência entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais. Entretanto, embora haja esta vinculação entre as relações sociais e as forças produtivas, não há entre elas uma harmonia e uniformidade sincronizada. (FABRINI, 2004, p: 06)

Em seu livro, *O novo (e precário) mundo do trabalho*, Alves (2000) traça algumas noções preliminares das principais formas de introdução do novo complexo produtivo no Brasil. Chama nossa atenção não só para os aspectos objetivos desse processo e suas implicações para a classe trabalhadora, mas também para os aspectos subjetivos, como o desenvolvimento de uma espécie de contracultura aos movimentos de massa. A crise do sindicalismo no Brasil expressa as influências dessas ideias reformadoras

Com a mundialização do capital, estabeleceu-se um novo complexo de reestruturação produtiva que atingiu a objetividade e a subjetividade do mundo do trabalho. O seu “momento predominante” é o toyotismo, uma lógica de organização da produção de mercadorias com impacto universal e cujo principal objetivo é a constituição de uma subjetividade servil à lógica da valorização (ALVES, 2000, p: 09).

Como já defendemos anteriormente, o surgimento de novas formas de acumulação do capitalismo globalizado não foi fruto de uma espécie de acidente sócio-histórico, mas sim respostas desse sistema às graves crises de acumulação pelas quais passavam os principais países capitalistas, no início dos anos 1970. Daí diversos autores tratarem o processo de reestruturação produtiva, como uma espécie de contra-ofensiva do capital

surge o que denominamos de um novo complexo de reestruturação produtiva, uma ofensiva do capital na produção, que busca constituir um novo patamar de acumulação capitalista em escala planetária[...]. (ALVES, 2000, p: 10).

O processo de reestruturação produtiva não se limita a transformações de ordem técnica, tecnológica e organizacional. Ele se complementa a partir da adoção de medidas políticas e socioeconômicas que buscam lhe dar sustentação. A esse conjunto de medidas, adotadas na arena política, convencionou-se chamar ajustes neoliberais ou, simplesmente, neoliberalismo. Dessa forma, para que ocorresse a introdução de mudanças tecnológicas e organizacionais no processo produtivo, foi necessária uma série de alterações em outras frentes, sem as quais, isso dificilmente se daria. Petras (1995) nos chama a atenção para a necessidade de ter uma visão mais ampla, e não nos restringirmos aos aspectos técnicos dos processos de alteração nas formas de se produzir

Entretanto, é preciso salientar, que não apenas as determinações tecnológicas contribuíram para impulsionar a nova ofensiva do capital na produção, mas principalmente as determinações políticas, caracterizadas pelo processo político das derrotas históricas da classe trabalhadora, ocorridas nas conjunturas dos anos 70 e 80 nos principais países capitalistas. (PETRAS, 1995, p: 35).

Para que fossem implementadas alterações tecnológicas e organizacionais na esfera produtiva, o capital atuou concomitantemente em outras frentes, como a política e a econômica, visando a produzir uma justificativa ideológica para adotar essa nova forma de organização produtiva. Uma dessas frentes alterou as formas de atuação política dos estados nacionais, que, diferentemente do protagonismo de que gozavam à época do *Welfare State*, agora tiveram seu papel redefinido, tendo suas atuações restritas à questões como segurança, saúde e infra-estrutura, a economia prosperaria se deixada às regulações automáticas do mercado: esse é um dos pilares do neoliberalismo, assunto do nosso próximo item.

1.1 Neoliberalismo: a face política do processo de reestruturação produtiva

O Neoliberalismo difere do Liberalismo no que se refere à participação do Estado que entende dever ser de forma indireta na economia, através da execução de políticas econômicas que garantam estabilidade do sistema

econômico. Mas no geral a corrente neoliberal afirma que é possível adaptar o pensamento liberal às novas necessidades do capitalismo por defender o livre mercado, a livre concorrência e a manutenção das liberdades individuais. Em contrapartida o neoliberalismo defende que os governos não devam ser assistencialistas, a sociedade é que deve ser suficientemente capaz de resolver seus próprios problemas, aos governos cabe garantir a lei comum, equilibrar e incentivar iniciativas da sociedade.

Luciana Doudement

O processo de reorganização das formas de produzir do capital, decorrentes das graves crises de acumulação pelos quais esse sistema de produção passou nas últimas décadas, já o dissemos, possui várias nuances, não se restringindo às alterações na esfera produtiva/organizacional. Uma das faces mais marcantes desse processo de reorganização, também já o dissemos, são as mudanças na forma política de atuar dos estados nacionais. Portanto, uma análise das transformações, nas relações capital/trabalho, não poderia deixar de considerar o papel do Estado como regulador das relações sociais por excelência. Vivemos sob a égide de um Estado neoliberal, apesar de ainda, contraditoriamente, este desempenhar funções de regulação e de assistencialismo, típicas do *Welfare State*.

Para que possamos entender melhor as mudanças que afetaram a forma política de atuar dos Estados nacionais com o advento do neoliberalismo, faz-se necessário traçarmos um breve histórico de como estes atuavam em outras épocas. Para os propósitos desse trabalho, o período histórico aqui considerado inicia-se no pós 2ª guerra mundial (*Welfare State*). Confrontando esse período de bem-estar social com o agora capitaneado pelo neoliberalismo, possibilitamo-nos traçar um paralelo das relações capital/trabalho, evidenciando, assim, os seus cada vez mais flagrantes antagonismos.

Ao explicitar as diferenças de natureza das relações capital/trabalho nesses distintos históricos, poderemos compreender melhor como a adoção do modelo neoliberal tem alterado, significativamente, as formas contemporâneas do proceder político dos estados nacionais, o que implica conseqüências nas relação capital/trabalho, e, portanto, na vida da classe trabalhadora.

Segundo a análise de Faleiros (2000), o *Welfare State* foi resultante de pactos sociais entre classes de interesses contrários, o que assegurou a implantação de novos direitos de cidadania e distribuição de renda. O denominado *Welfare State* nasce da

proposta do economista britânico John Maynard Keynes, uma revolução teórica, referente ao setor econômico e social, como alternativa para superar a crise de 1929.

As propostas de Keynes eram de incentivo à produção e ao emprego, visando a acelerar o crescimento econômico dos países no pós-guerra. O funcionamento do padrão econômico keynesiano perdurou durante mais ou menos trinta anos. Uma das principais funções do estado, à época, foi a implantação de políticas sociais públicas. Portanto, foi instaurada uma série de serviços sociais, o que culminou no denominado Estado de bem-estar social. O objetivo dessas políticas era que o trabalhador gastasse o menor percentual possível de seu salário com saúde, educação e etc. Direcionando, assim, uma máxima quantidade à aquisição de bens de consumo. Assegurando esse princípio, o Estado potencializaria o crescimento da produção e, conseqüentemente da economia, o que geraria um círculo virtuoso de crescimento, com benefícios para os capitalistas e classes trabalhadoras.

O papel do Estado era essencial, pois atuaria como regulador da economia, oferecendo subsídios aos capitalistas e assegurando certo padrão de consumo por intermédio dos salários e das políticas sociais. Deste modo, a atenção do Estado para com a proteção social justificava-se face ao seu objetivo em desenvolver a economia por meio do desenvolvimento social:

O Estado buscava canalizar o fundo público, tanto para o financiamento do capital, quanto para a reprodução da força de trabalho, movido pela lógica de que, para impulsionar a produção, há que ampliar mercados e preservar um certo poder aquisitivo da população, capaz de viabilizar o consumo de mercadorias e a dinamização da economia. (IANAMOTO, 1998, p: 30).

O *Welfare State* assumiu versões diversas, conforme os objetivos de cada país e a força política da população local. Na América latina, seu principal papel foi impulsionar a economia, por meio do estímulo ao consumo. Nos países europeus, atuou numa perspectiva mais política, com características social-democrata, visando ampliar os direitos de cidadania e a distribuição de renda.

No início dos anos de 1970, o padrão econômico fordista mostra sinais de esgotamento. Portanto, a regulação Keynesiana, responsável pelo *Welfare State*, apresenta sinais de esgotamento. Inicia-se, a demanda por um novo modelo econômico,

sob a justificativa de que os pesados gastos do Estado de Bem-estar social poderia ser um dos motivos da crise econômica. Havia, portanto, a necessidade de se implantar um modelo adequado às novas diretrizes da economia mundial. Nesse contexto, e tendo como plataformas de governo, alterações na forma de atuação política dos Estados nacionais, são eleitos os presidentes Reagan nos EUA e Thatcher²³ na Inglaterra. Ambos pautados na seguinte diretriz:

(...) negação da regulação econômica estatal, pelo abandono das políticas de pleno emprego e pela redução dos mecanismos de seguridade social, em prol, é claro da regulação operada pelo mercado. (FERNANDES, 2000, p: 56).

Os defensores de um Estado neoliberal bradam por uma “mínima” intervenção estatal na economia, já que esta pode ser otimamente regulada pelo mercado (essa é a crença inabalável). No entanto, defendem uma atuação estatal forte em setores ditos “estratégicos”, sobretudo naqueles que necessitam da aplicação de uma grande quantidade de capital. Antunes (2009) cita algumas das principais características que marcaram a implantação do neoliberalismo na Inglaterra, na era Thatcher e nos EUA, na era Reagan, apontando os princípios fundamentais dessa forma político-ideológica de governar, adotada por várias países posteriormente, e que hoje preside a forma de proceder de grande parte dos Estados nacionais

Menos *industrializante* e mais voltado para os *serviços*, menos orientado para a *produção* e mais *financeiro*, menos *coletivista* e mais *individualista*, mais *desregulamentado* e menos *contratualista*, mais *flexível* e menos “rígido”, mais fundamentado no *laissez-faire*, no *monetarismo* e totalmente contrário ao estatismo nacionalista. (ANTUNES, 2009. p: 61, *grifos do autor*).

Apesar dessa aparente “diminuição” da atuação dos Estados nacionais- a que já nos referimos como redefinição do seu papel nos processos de tomada de decisões- ele apenas se reveste de uma nova roupagem. Não é excluído totalmente da arena decisória, cumprindo, por excelência, o papel de financiador e justificador das ações do capital. Além disso, coloca-se a serviço das grandes corporações multinacionais, na medida da necessidade delas do poder institucionalizado para legitimar suas ações. Como chama

²³ Consideradas como as primeiras experiências de implantação do modelo neoliberal.

atenção Benko (2002)

No Entanto, e nem por isso o Estado-Nação deixa de ser um *ponto nodal* da atividade política: de um lado, o único quadro disponível de representação política. De outro, assume função das mais críticas da reprodução da relação capitalista, que nenhum outro poderia fazer em seu lugar, notadamente a gestão da força de trabalho, que sempre ocorre física, cultural e ideologicamente, no âmbito doméstico. (BENKO, 2002, p: 47. *grifos do autor*).

Logo, muito mais que diminuir sua participação nos processos de tomadas de decisões, o que ocorreu foi que o Estado passou a desempenhar ser um ator diferenciado e com seu papel cada vez mais enfraquecido na arena regulatória do processo produtivo. Com um discurso ideológico de contornos bem definidos, as políticas neoliberais passaram a desempenhar o papel de legitimador das ações do capital e de financiador das estruturas de que este necessita para (re) produzir:

A economia atual necessita de áreas contínuas, dotadas de infra-estrutura coletivas, unitárias, realmente indissociáveis quanto ao seu uso produtivo. Mas esse equipamento chamado coletivo é, na verdade, feito para o serviço das empresas hegemônicas. (SANTOS & SILVEIRA, 2005, p: 24)

O peso político-ideológico da queda do comunismo teve importância decisiva para implantação do neoliberalismo: a ideologia capitalista disseminava-se como única possibilidade para superação da crise econômica, conforme explicitado a seguir:

[...] a derrota comunista e o avanço das idéias e políticas dos novos liberais para o Leste Europeu e mesmo, já hoje mais recentemente, para os países da Ásia, tem dado ao pensamento neoliberal condições sem precedentes de que jamais o liberalismo gozou, de uma ideologia que consegue ser quase universalmente hegemônica”. “(...) é indiscutível que o liberalismo nunca teve, nunca alcançou tamanha difusão ou hegemonia no plano mundial como neste final de milênio”. (FIORI, 1997, p: 215).

Ao analisarmos a implantação do neoliberalismo, não podemos deixar de tomar, como indicador de análise, os fatores históricos, econômicos, sociais e políticos de cada país. Os países periféricos, por exemplo, colonizados para a exploração, mesmo que submetidos tendo à modernização conservadora, caracterizam-se pela acentuada desigualdade social, responsável por problemas estruturais, como desemprego, fome, indigência, analfabetismo. Com a dependência econômica de organismos internacionais,

imposta pela agenda neoliberal, esses fatores tendem a agravar-se seriamente, a cada dia.

Ao nos referirmos à ofensiva neoliberal contra o *Welfare Stat*, em países como o Brasil deveu considerar o fato de que, assim como em outros países periféricos, aqui também não se realizou Estado de Bem Estar Social pleno. Essa peculiaridade ocorre, em parte, porque no período de implantação do Estado de bem-estar social, “(...) a sociedade brasileira estava submetida à ditadura militar, cujas políticas sociais visavam o controle e o disciplinamento da massa popular, atuando deste modo como prevenção ao crescimento da luta de classes, sendo contributivas e não universalizantes”. (ABREU, 1997, p: 29).

Enquanto no início dos anos de 1970, os países centrais atravessavam um momento de crise econômica e de críticas ao *Welfare State*, que ocasionou a implantação do projeto neoliberal, no Brasil se processava movimentações populares para a implementação das eleições diretas. Foi um período de lutas pela redemocratização do país, somente conquistada no final da década de 1980. Esses movimentos representavam uma denúncia política e social da realidade brasileira, e culminou na elaboração da Carta Constitucional de 1988, a qual estabelecia a universalização dos direitos, a liberdade do indivíduo e a seguridade social, inspirados no *Welfare State*. A proposta de universalização da previdência, saúde e assistência social, resultou das demandas populares de então.

No Brasil, o modelo neoliberal conduziu a reformas que priorizavam a lógica do ajuste fiscal. Isso ocasionou perdas de direitos e conquistas históricas dos trabalhadores, denominado por Behring (2003) de contra-reforma neoliberal. Segundo essa autora, estava em curso no Brasil nos anos 1990 uma contra-reforma do Estado, e não uma reforma como aponta seus defensores. A desestruturação do Estado e a perda de direitos constitucionais, obtidos pelos trabalhadores, por meio de suas lutas históricas, foram as marcas dessa reestruturação do estado, na perspectiva neoliberal.

Segundo Soares (2003), em países da periferia capitalista, a construção do Estado de Bem Estar Social se deu de forma incompleta e precária, em consequência dessa fragilidade, foi significativamente maior o desmonte dos frágeis mecanismos de proteção social existentes. Porque os direitos conquistados historicamente pelos

trabalhadores não constituíam em um sistema de proteção social sólido, sua eliminação foi realizada sem resistências, a partir da privatização de bens e serviços públicos.

Paralelamente à implantação do neoliberalismo, observamos uma transferência do protagonismo das atividades produtivas propriamente ditas por atividades não ligadas diretamente à produção. Logo, no conjunto das atividades responsáveis pela reprodução do capital, a especulação assume uma importância superior à produção: o dinheiro torna-se virtual. Esse fenômeno, por sua magnitude, impacta as mais diversas atividades produtivas por intermédio do controle de ações em bolsas de valores. Essa nova forma de funcionamento da economia não pode ser desprezada, em virtude de sua capacidade de organizar o processo produtivo. A financeirização da economia é o que passaremos a tratar doravante.

1.2 Financeirização do Capital: a face econômica do processo de reestruturação do capital

O neoliberalismo é uma resposta política do capital às suas crises de acumulação. A financeirização também faz parte desse mesmo movimento, e constitui, sua face econômica. Com já dissemos anteriormente, há uma constante transferência de protagonismo do setor produtivo para o financeiro. A lógica da acumulação e de reprodução do capital, portanto, transfere-se para a atividade especulativa:

O estágio monopolista de desenvolvimento do capital é permeado por uma série de alterações na organização da produção com desdobramentos em diversos aspectos da vida em sociedade. As mudanças na articulação entre a estrutura produtiva e o setor financeiro é uma das principais características deste processo, que envolve também uma intensificação do grau de concentração e centralização do capital sem precedentes. (BRETTAS, 2011, p: 02)

Em face da importância que o setor financeiro da economia vem adquirindo nos últimos tempos, não há como tratar a relação capital/trabalho sem considerar os fundamentos desse processo em escala global e compreender como esses aspectos se manifestam na realidade brasileira. Para iniciar nossa tarefa, faremos um breve resgate do conceito de capital financeiro em Hilfering (1985), um dos mais importantes estudiosos desse assunto na perspectiva marxista. Aspectos das determinações da lei do

valor, que envolvem o processo de financeirização do capital, uma das principais características do atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas, e elementos presentes na dinâmica global do capitalismo, a partir do final do século XX, serão considerados nesse estudo, pelo ponto de vista Hilfering (1985).

Ao debruçar-se sobre as alterações na relação entre bancos e empresas, que marcam a etapa monopolista do modo de produção capitalista, Hilfering (1985) destaca a mudança do papel dos bancos como um dos aspectos fundamentais dessa relação. Os bancos, dada a necessidade de ampliar seu potencial de competitividade, incorporam novas atribuições. Além de suas funções iniciais ligam-se à indústria de forma orgânica, estabelecem novos vínculos a indústria: tornam-se donos, acionistas, investidores diretos na produção.

Essas mudanças, não alteram apenas a funcionalidade dos bancos, mas também a posição destes em relação às indústrias. Enquanto os bancos apenas comercializavam dinheiro, interessava-lhes, fundamentalmente, a capacidade que os credores tinham de arcar com suas obrigações, ou seja, sua solvência. A análise da empresa guardava preocupações de cunho conjuntural. Isto não acontece quando o banco passa a disponibilizar o capital de produção. O interesse pela empresa torna-se estrutural e importam não só questões de fundo da empresa, mas também suas possibilidades futuras:

O interesse momentâneo torna-se permanente e quanto maior for o crédito, e quanto mais prevalecer sobretudo a participação do capital de empréstimo transformado em fixo, tanto maior e mais permanente será o seu interesse. (HILFERDING, 1985, p: 97).

Além disso, cresce também a influência do banco sobre a empresa. Ela fica "presa" ao banco. Tendo em vista que o capital da empresa está quase na sua totalidade, imobilizado na produção, a disponibilidade de capital monetário por meio dos bancos, é que pode garantir a continuidade do processo produtivo, no caso de contratempo ou inviabilidade.

O poder grandes capitalistas é aumentado. Por um lado, ampliam as possibilidades de investimento, e, desse modo, de crescimento e aprimoramento da

capacidade produtiva. Por outro lado, a fragmentação da propriedade da empresa aumenta o poder de mando do grande acionista. Este já não precisa mais deter todo o capital necessário para produzir, basta que detenha a maioria das ações para exercer o total controle sobre a produção. Portanto, a organização da empresa na forma de sociedade anônima potencializa a capacidade de gerenciamento daqueles que dominam o setor produtivo, tornando sua ação mais intensa do que a da empresa individual a qual precisa acumular o seu próprio lucro para garantir as condições necessárias para à produção futura.

O capital financeiro via sociedade por ações, e o grande impulsionador da produção nesta etapa de desenvolvimento: “[...] da mesma maneira que não há mercadoria sem moeda, não há capital produtivo sem capital-dinheiro, nem capital industrial sem capital financeiro”. (BRUNHOFF, 1991, p: 154). Logo, o crédito de capital ganha importância no processo produtivo: os bancos passam a controlar as indústrias, por meio da vinculação orgânica a elas.

Além disso, os bancos contribuem para canalizar o capital-dinheiro que se encontra ocioso, direcionando-o à atividade produtiva. Esta é uma atividade fundamental, tendo em vista que, “[...] enquanto se imobiliza na figura do dinheiro, o capital não funciona e por isso não se valoriza; o capital fica estéril [...]” (MARX, 1984. p: 145). O capital-dinheiro, nas mãos do capitalista industrial, é utilizado para produzir mais-valia, dar continuidade ao processo de valorização do capital, base de funcionamento do modo de produção capitalista. Prescinde, portanto, e cada vez mais, de força de trabalho: sua reprodução transfere-se para esfera financeira:

Com o desenvolvimento da reprodução do capital ao longo dos tempos, passando tanto pela valorização “real” como pela “virtual”, ele vai se tornando cada vez mais o eixo de todas as relações sociais, colocando em segundo plano outros aspectos da sociedade. Se no início do capitalismo, havia uma grande necessidade do sistema por força de trabalho, de modo que homens, mulheres e crianças tinham que trabalhar até um limite físico, através do aumento ou da intensidade da jornada de trabalho, com o mínimo de alimento e descanso necessário para sua sobrevivência, em outro período, conforme o avanço tecnológico há uma necessidade cada vez maior em dispensá-la. (POLANYI, 2000, p: 77).

O movimento próprio do processo de produção, na sociedade capitalista, foi exaustivamente discutido por Marx (1984). De acordo com o pensamento deste autor esse movimento consiste, em linhas gerais, em utilizar o trabalho assalariado para transformar uma determinada quantidade de mercadorias em outras, agora possuidoras de valor agregado que amplia o valor inicial. Somente o trabalho humano, na dimensão de trabalho humano abstrato, é capaz de produzir não só valor como o mais valor, que Marx chama de mais-valia:

Comparando o processo de produzir valor com o de produzir mais valia, veremos que o segundo só difere do primeiro por se prolongar além de certo ponto. O processo de produzir valor simplesmente dura até o ponto em que o valor da força de trabalho pago pelo capital é substituído por um equivalente. Ultrapassando esse ponto, o processo de produzir valor torna-se processo de produzir mais valia (valor excedente). (MARX, 1984, p: 146).

O capital industrial se expressa de diferentes formas, ao longo do tempo. De capital monetário passa a capital produtivo até chegar a capital mercantil. Esses são, portanto, desdobramentos de um mesmo capital, cuja importância Marx (1984) destaca:

O capital industrial é o único modo de existência do capital em que este tem por função não só apropriar-se da mais-valia ou do produto excedente mas também criá-la. (MARX, 1984. p: 147).

A preocupação em encurtar os estágios da produção contribui para aumentar o número de adeptos à especulação financeira na bolsa de valores e, deste modo, a intensificar o processo de financeirização. A bolsa é um mercado de títulos, que tem a função de dar liquidez aos mesmos, por meio da criação de um mercado em que eles possam ser negociados. A disseminação da organização da indústria baseada na sociedade anônima contribuiu para intensificar a conversão do capital industrial em capital fictício, isto é, em títulos de renda capitalizada. (BRUNHOFF, 1991). É o surgimento do mercado de capital fictício que abre a possibilidade para a especulação, a qual, em alguma medida, é necessária para

salvaguardar a capacidade de absorção permanente desse mercado e para dar, com isso, ao capital monetário como tal, a possibilidade de se transformar continuamente em capital fictício e novamente em capital monetário. (HILFERDING, 1985. p: 143).

O processo de financeirização está intimamente articulado a todas as transformações aqui elencadas, e vem ganhando força principalmente a partir das últimas décadas do século XX. A questão que se coloca é que, tendo em vista a busca pela obtenção de mais dinheiro, no mais curto período de tempo possível, este processo tem como base de constituição a eliminação do próprio processo de produção, encurtando o ciclo de forma a termos apenas D (Dinheiro) -D' (Dinheiro Ampliado)- a geração de mais dinheiro, sem passar pelo processo de produção-distribuição-consumo de mercadorias.

À primeira vista, podemos considerar como benéfica essa diminuição no caminho de reprodução do capital. Do ponto de vista do capitalista individual o movimento parece muito "lógico". Entretanto, do ponto de vista do processo de acumulação em seu sentido ampliado, possui contradições significativas, pois se caracteriza como "um valor que valoriza a si mesmo" (MARX apud CHESNAIS, 1996, p: 56).

Esse quadro, ao se generalizar na contemporaneidade, acabou gerou-se uma situação na qual a riqueza financeira deslocou-se das condições postas pela riqueza real, ganhando uma relativa autonomia e gerando uma hipertrofia financeira que tem conduzido à existência de inúmeras "bolhas especulativas" CHESNAIS (1996, p: 58) e a um enorme descompasso no mercado de câmbio.

Esse deslocamento da riqueza para o setor financeira, no entanto, tem suas raízes nas condições de produção encontradas pelos investidores. Sendo assim, a articulação entre grupos industriais e a esfera financeira - tendo como pano de fundo, não só abertura econômica, como também as idéias de livre-comércio e de desregulamentações de todo o tipo -, tem sua origem na diminuição da rentabilidade auferida na produção, ao mesmo tempo em que contribui para agravá-la. Apesar de uma aparente autonomia dos processos de valorização financeira, essas novas configurações parecem-nos, estão intimamente relacionadas ao desenvolvimento da base produtiva. Mais que isso: ao enfrentamento dos limites, freqüentemente colocados ao padrão de acumulação por conta das contradições a ele inerentes.

Apesar da forma clarividente com que procurou desvencilhar-se da esfera produtiva, o capital ao passar de uma esfera de reprodução concreta para uma esfera abstrata, esse processo não é algo novo. Seu ineditismo repousa sobre a intensidade com que esse processo se dá hodiernamente. Marx (1984) fez uma análise cuidadosa do capital “artificial” (conceito utilizado para designar a reprodução do capital que se realiza na esfera abstrata e de forma irracional) embora a origem da valorização do capital na forma D (Dinheiro) – D’ (Dinheiro ampliado) esteja na produção. É fruto do trabalho.

A criação de dinheiro fictício, manipulado pelo sistema bancário, permite a realização de inúmeras transações, desde que não submetidas a exigências generalizadas de conversão: em outras palavras, não podem ser retirados do circuito bancário de uma única vez: a quantia total registrada é maior que o dinheiro real, cuja diferença é representada pelo dinheiro virtual. Uma exigência de conversão de todos esses valores em dinheiro real é impossível, dado que estes “signos” somente podem cumprir sua promessa de conversão em dinheiro quando são passados adiante sob a forma de novas promessas. É devido a esta peculiaridade, que Marx anunciou o dinheiro que valoriza a si mesmo, como a forma mais alienada e mais fetichista de reprodução do capital.

Tendo em vista que este setor se alimenta de recursos produzidos por outro setor (no caso, o setor produtivo), não podemos falar em completa autonomia, fato que constitui, na verdade, uma transferência de riqueza. "Somente depois de ocorrer essa transferência é que podem ter lugar, dentro do circuito fechado da esfera financeira, vários processos de valorização, em boa parte fictícios, inflando ainda mais o montante nominal dos ativos financeiros" (CHESNAIS, 1996, p: 58). Este processo, portanto, tem como base de constituição uma riqueza já criada, sendo ele próprio incapaz de criar algo. É um jogo no qual quando um ganha, o outro, necessariamente, perde.

Ao fim de três décadas, podemos perceber um esgotamento das condições de produção vigentes. Esse esgotamento expressou-se por meio de um mercado saturado, cada vez mais competitivo e que encontrou, por diversas razões, uma crescente para garantir atraentes taxas de retorno. Isto sem falar na intensificação das tensões com o movimento operário organizado, que vinha, nos últimos anos, tornando-se cada vez mais combativo. A queda na rentabilidade do capital investido na indústria- decorrente do esgotamento dos mecanismos virtuosos de crescimento, baseados em bens de

consumo duráveis e agravada pelo choque do petróleo- conduziram a saídas em massa, na busca de formas de valorização puramente financeiras.

A década de 1970 foi, portanto, a década em que as operações financeiras, cuja intensidade e importância já vinham crescendo na década anterior, consolidaram-se em escala internacional. Um imenso mercado livre de controle por parte dos Estados-Nação e sem nenhum lastro começou a dar passos fundamentais em direção a uma autonomização cada vez maior.

No final da década de 1980, quase todos os países da América Latina já haviam incorporado o discurso liberalizante. Mesmo vivenciando um contexto bem diferente do dos países centrais, pregavam o redimensionamento do Estado, a flexibilização do mercado de trabalho e uma série de outras medidas "modernizantes", importando o discurso como se houvesse um grande esquema de proteção social pronto para ser desmontado. No Brasil, este "alinhamento" começou na década de 1990. Portanto, com dez anos de atraso. A implementação do Plano Real, as idéias que deram suporte ideológico para a adoção do receituário neoliberal e a decorrente aversão às estratégias de intervenção direta do Estado, como forma de estimular o crescimento econômico, potencializaram esse processo.

CAPÍTULO 2

PROCESSO DE INTENSIFICAÇÃO E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO: O AGRAVAMENTO DO DESEMPREGO E O SURGIMENTO DE FORMAS ATÍPICAS DE TRABALHO

Toda a chamada história universal não é outra coisa senão a produção do homem pelo trabalho humano.

Karl Marx

Na era contemporânea, o sistema produtivo e o mercado de trabalho são muito diferentes de épocas anteriores. Nessa alta modernidade, como denomina Giddens (1991), modernidade reflexiva, como diz Beck (1997), ou modernidade líquida, nos dizeres de Bauman (2001), há: uma flexibilidade e instabilidade do emprego; uma transformação do capitalismo que incorporou a tecnologia da informação e sofisticou a forma de ganhar capital; um crescimento acelerado do setor de serviços; um aumento das mulheres no mercado de trabalho; um aumento estrutural do desemprego, além do surgimento de novas formas de gestão industrial que superaram o fordismo. São alterados os processos pelos quais as empresas passam ao absorver as tecnologias de

informação. Todas estas modificações afetam sobremaneira as relações de trabalho, rearticulando-as, dando-lhes novos traços e definições, o que faz surgir novas formas de organização do trabalho.

Não há dúvida de que as novas formas de articulações nas relações capitalistas de trabalho- aceleradas e intensificadas, sobretudo no último quartel do século XX- levaram a economia em direção a várias mudanças, entre as quais á desestruturação do mundo do trabalho. Essas transformações não podem ser entendidas apenas como um movimento de reorganização dos meios de produção, baseadas na maior adoção de tecnologias, flexibilização do processo de exploração da força de trabalho, redimensionamento territorial e locacional das plantas fabris, etc. Devemos entendê-las, pois, também, como parte de uma reestruturação produtiva que engloba toda a sociedade de forma a determinar (e também ser determinada nesse movimento) mudanças no padrão de acumulação capitalista, com desdobramentos marcantes para a dinâmica espacial e territorial do trabalho.

Aumento da participação de desemprego em idade economicamente ativa, como citado por Przeworsky & Wallerstein (1988); diminuição do emprego industrial; redução do trabalho assalariado e do trabalho com carteira assinada; aumento significativo das atribuições dos trabalhadores assalariados (forçados a se tornar cada vez mais multifuncionais) são exemplos de alterações nas relações de trabalho.

É na relação capital/trabalho que percebemos a complexidade das atuais transformações produtivas, que não colocam em questão a hegemonia que exerce o capital sobre o trabalho, mas redimensiona-a em vários níveis, tanto técnico quanto territorial. Há novas maneiras de exploração e utilização da força de trabalho na esfera da produção e da reprodução capitalista, com implicações intensas e de grande magnitude à subjetividade do trabalho, às suas formas de organização/representação, enfim ao movimento operário de modo geral.

Cada fase da história do capitalismo tem características específicas de relação capital/trabalho. Se buscarmos a essência do capitalismo, veremos que a sua natureza implica na subordinação do trabalho ao capital. Essa subordinação conheceu formas e intensidades diferentes ao longo da história, e até mesmo um período de convivência menos antagônica. Burawoy (1990), em seu *A transformação dos regimes fabris no capitalismo avançado*, distingue três fases do sistema capitalista, nomeando-as por meio

de conceitos que são reveladores de determinadas características. Primeiro, o autor se refere ao início do sistema como um momento em que a reprodução do capital se dava através da expropriação dos meios de produção dos trabalhadores, com extensão e intensificação da jornada de trabalho. Esse período é denominado de despotismo de mercado- cuja subordinação do trabalhador em relação ao capital é absoluta e a sobrevivência fora desta relação é simplesmente impraticável- onde o trabalhador possui apenas sua força de trabalho para ser vendida no mercado.

Num segundo momento, temos o conceito de período hegemônico: surge uma conciliação entre capital e trabalho, além de maior intervenção estatal. A instituição do salário social e a limitação do arbítrio gerencial por intermédio do reconhecimento dos sindicatos são marcas desse período histórico. Nele, as necessidades de reprodução dos indivíduos não estão mais (necessariamente) atreladas às necessidades de reprodução da atividade produtiva: há a constituição de uma legislação previdenciária que garante essa separação, a fim de libertar ou amenizar a dependência humana do mercado.

As últimas décadas do capitalismo são denominadas pelo autor de período do despotismo hegemônico: voltamos a presenciar uma maior vulnerabilidade do trabalhador frente ao capital, mas de uma forma diferente:

[...] é vulnerabilidade coletiva dos trabalhadores à mobilidade nacional e internacional do capital (...) os trabalhadores enfrentam a perda de seus postos não como indivíduos, mas como uma consequência das ameaças que incidem sobre a viabilidade econômica das empresas” (BURAWOY, 1990, p: 35).

Essa reestruturação produtiva implica uma reconfiguração espacial e territorial que envolve toda a sociedade. Sob a hegemonia do capital ela reorganiza-se, no intuito de corresponder às novas demandas do sistema. Nesse processo de reordenamento socioeconômico e territorial do capital a maior parcela da sociedade se encontra suscetível a danos gerados no interior dessas transformações. Essa suscetibilidade resulta do fato de que essa parcela da população tem como único meio de vida a venda da sua força de trabalho. (ALVES, 1999; ANTUNES, 1999; BRAGA, 1997).

O que vemos é uma gama de modificações que atinge toda a sociedade influenciando diretamente nas formas de organização espacial e territorial, tanto do capital como da força de trabalho. Segundo Moreira (2001),

Cada era do trabalho implica numa forma determinada de arrumação do espaço que o regula. A técnica é o elemento dinâmico dessa mudança. Toda vez que o período técnico muda, correlatamente muda a forma da regulação espacial, e assim o mundo do trabalho. Tem sido essa espécie de lei espacial a norma da organização do espaço da sociedade e do mundo do trabalho na história do capitalismo. (MOREIRA, 2001, p: 08).

As transformações geradas pelas novas técnicas, pelas novas políticas de gestão e controle do processo produtivo, apontam, e ao mesmo tempo, fazem parte de uma grande transformação que envolve não só o mundo do trabalho, mas denunciam mudanças que perpassam todas as esferas da sociedade: políticas, sociais, ideológicas, culturais e os conseqüentes desdobramentos espaciais - territoriais. As modificações no mercado de trabalho, não se resumem a mudanças estruturais, vão além do próprio espaço de produção, chegando às esferas políticas e econômicas dos Estados.

Esses se redimensionam, contribuem para um rearranjo amplo na esfera da organização da sociedade para produção, pois, a flexibilização do processo produtivo se contemplará também com a flexibilidade dos direitos adquiridos historicamente pelos trabalhadores- pela sua anulação ou pelo seu relaxamento- permitindo assim uma maior agilidade para os empregadores no momento do contrato ou da dispensa, o que resultará em custos menores com encargos trabalhistas.

Os elementos característicos desse atual processo- a flexibilização das relações de trabalho, a implantação em vários países de políticas de cunho neoliberal- que junto a financeirização da economia, dita mundializada, enfatizam e dão importância à esfera especulativa do capital em relação à produção, implicam no surgimento de novos e determinantes elementos, que vão resultar na reconfiguração do modelo de acumulação capitalista, redefinindo as relações de produção e, portanto, resultando numa reconfiguração do mundo do trabalho. A diminuição do número de trabalhadores empregados diretamente na produção, o aumento do desemprego e o crescimento do trabalho precarizado, são marcas dessa reconfiguração. Segundo Antunes (1999),

O mundo do trabalho viveu, como resultado das transformações e metamorfoses em curso nas últimas décadas, particularmente nos países capitalistas avançados, com repercussões significativas nos países de Terceiro Mundo dotados de uma industrialização intermediária, um processo múltiplo: de um lado verificou-se uma *desproletarização* do trabalho industrial, fabril, nos países de capitalismo avançado. (...) Mas, paralelamente, efetivou-se uma significativa *subproletarização* do trabalho,

decorrência das formas diversas de trabalho parcial, precário, terceirizado, subcontratado, vinculado à economia informal, ao setor de serviços etc. Verificou se, portanto, uma significativa *heterogeneização, complexificação e fragmentação* do trabalho". (ANTUNES, 1999, p: 209. *Grifos do autor*).

Ao que tudo indica estaríamos muito próximo do fim da “sociedade de direitos²⁴”, ao menos onde esta existiu de fato (países de primeiro mundo). No terceiro mundo ou nos países em desenvolvimento, essa “sociedade de direitos” foi implementada parcialmente, e se fundaria apenas numa perspectiva de futuro: um emprego estável, aposentadoria, acesso a serviços básicos de saúde, enfim, princípios básicos de direitos de cidadania. O que de fato nunca ocorreu integralmente para a maioria dos trabalhadores brasileiros.

O fim dessa perspectiva vem acompanhado da perda progressiva das conquistas salariais e direitos sociais, do crescimento das relações de trabalho ditas “atípicas” ou “não estandardizadas”, um exemplo são os contratos de trabalho temporários e os parciais, ambos com restrições diversas ou sem segurança alguma. O trabalho informal vem adquirindo ares de modernidade, no entanto, funciona, na verdade, como “sub-emprego”, ou melhor, desemprego e insegurança disfarçados.

Nos primórdios do capitalismo havia uma insegurança generalizada, dentro e fora do mercado de trabalho. Fora, porque se estava excluído, à margem de uma sociedade em que os laços familiares- da auto-produção e da Igreja- já não predominavam mais. Dentro, a insegurança decorria de doenças às quais se estava sujeito, dando, portanto, um caráter de imprevisibilidade à sobrevivência em momentos de dispensa de mão-de-obra, ou então, quando numa idade mais avançada.

A heterogeneidade do trabalho não alcança apenas aqueles que estão em situação de desemprego: novas situações de emprego entram em cena. Análises da OCDE²⁵ apud Almeida (2003), indicam que uma parcela significativa daqueles que ocupados em

²⁴ Denominação dada à época da vigência do Welfare State, que tinha como principais características a garantia de direitos e garantias fundamentais, como por exemplo, a garantia ao pleno emprego.

²⁵ Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento.

trabalhos atípicos, considera essa inserção no mercado de trabalho como uma “alternativa” ao desemprego.

A partir da década final do século XX, entram em cena as privatizações. Serviços antes prestados pelo Estado, agora são entregues à iniciativa privada, levando além da ineficiência estatal na garantia de direitos e garantias fundamentais à limitação do emprego público. O aumento do desemprego e a precarização das condições de trabalho, são reflexos da orientação da cartilha neoliberal, pelo fato de ter, como um de seus pressupostos fundamentais, a diminuição das funções dos Estados nacionais. Ao diminuir suas funções (garantia de direitos e deveres fundamentais) o Estado desemprega trabalhadores, transferindo-os para a condição de desempregos, sub-empregados, terceirizados, trabalhadores informais, dentre outras formas de ocupação precárias e intensificadas.

2.1 O agravamento do Desemprego

A atual tendência dos mercados de trabalho é reduzir o número de trabalhadores “centrais” e empregar cada vez uma força de trabalho que entra facilmente e é demitida sem custos quando as coisas ficam ruins.

David Harvey

O desemprego e a ocupação precária constituem-se em dois grandes problemas que afligem a sociedade global. Em termos de Brasil, a instauração o processo de reestruturação industrial e o de ajustes macroeconômicos nas décadas de 1970 e 1980- realizados sob a égide de uma nova "modernização conservadora"- tem significado perdas irreparáveis para a classe trabalhadora. O caráter restringido e concentrado das mudanças tecnológicas e uma distribuição desigual dos custos (pagos pela crise financeira dos estados, pelos trabalhadores e pelos países periféricos) e benefícios (restringidos a determinados países, empresas e indivíduos —, resultantes das políticas de ajuste e reestruturação), geraram uma transformação produtiva sem equidade:

Agora a industrialização das economias dependentes entra na nova divisão internacional do trabalho do mundo capitalista como uma nova forma de expansão desse sistema, elevando-se do antigo patamar de produtores de matérias primas *versus* produtores de manufaturas para produtores de manufaturas de consumo *versus* produtores de manufaturas de bens de produção. (OLIVEIRA, 1989, p: 83. *Grifos do Autor*).

Uma parte significativa dos custos dessa profunda alteração do padrão de industrialização nas nações capitalistas avançadas foi jogado sobre os trabalhadores, através de sua fragmentação, da redução da representatividade sindical, da retração do *Welfare State*, da flexibilização do mercado de trabalho. Ainda que de forma diferenciada, quer sejam os países que optaram pela alternativa ultraliberal de ajustes passivos e subordinados, quer se trate de países de capitalismo organizado e regulado, e devido às respectivas histórias econômica e social, o mundo do trabalho vem sofrendo mudanças estruturais significativas, sob o manto da modernização conservadora. O crescimento do desemprego, sobretudo, nas últimas décadas, tem se manifestado como uma das consequências mais maleficas para a classe trabalhadora.

As transformações alteraram o âmago do processo produtivo e o trabalho direta e indiretamente nela envolvido, acentuando as características de exclusão econômica e social do sistema capitalista. Essas alterações irão afetar o conjunto do mundo do trabalho: suas relações no interior do processo produtivo, a divisão do trabalho, o mercado de trabalho, o papel dos sindicatos, as negociações coletivas e a própria sociabilidade de um sistema baseado no trabalho.

A nova tecnologia reforça as oportunidades de demissão dos trabalhadores, sem provocar qualquer impacto negativo à produção. Muito ao contrário, os novos equipamentos obrigam os trabalhadores a acompanhar seu ritmo, alcançando níveis expressivos de produtividade. Mesmo ampliando o volume da produção, a capacidade de incorporar força de trabalho ao processo produtivo é reduzida, não permitindo recuperar os níveis anteriores (SOUSA, 1988, p: 96).

Após vários anos de crescimento econômico, essa trajetória foi interrompida. No esse processo de estagnação do crescimento era identificado apenas como consequência transitória da crise do Estado de Bem-estar Social, mas, em virtude de sua persistência, passou a ser avaliado em sua dimensão estrutural e tendencial. O processo de retração econômica, que teve seu auge na década de 1980, que por isso é denominada de “década perdida” expressava duas faces distintas. Por um lado, era desprendimento "lógico e funcional" de um novo paradigma de produção industrial de massa de bens diferenciado-se do sistema integrado de produção flexível, que revela a própria dinâmica de funcionamento do modo de produção capitalista, caracterizada, desde seu princípio pela busca do desprendimento e da eliminação da dependência do trabalho:

(...) o processo de reprodução do capital queima várias etapas, entre as quais a mais importante é não precisar esperar que o preço da força de trabalho se torne suficientemente alto induzir as transformações tecnológicas que economizem trabalho. (OLIVEIRA, 1972, p: 42).

Por outro lado, apesar do aspecto inovador para o segmento dos trabalhadores e das relações de trabalho, mostrou-se reduzido na manutenção de direitos de garantias fundamentais antes possuídos pelos trabalhadores, por meio da ampliação do desemprego e da sujeição de trabalhadores a novas formas de trabalho, precárias ou sem nenhuma proteção social. Isso tem levado à fragmentação do trabalho e gerado através de crescente insegurança do trabalho, a paralisia política, o defensismo estratégico e a ampliação das dificuldades para se reconstituir uma nova hegemonia.

Em termos de Brasil foi a partir do pós-segunda guerra mundial, que presenciamos a transformação de uma economia urbana e industrial, complexa e integrada, mas profundamente excludente e desigual. Ao contrário da maioria dos países avançados e da América Latina, os anos 1980 foram, para o sindicalismo brasileiro e para as forças progressistas, anos de dinamismo e de conquista de reconhecimento social. Por um lado, foram reconquistados direitos, organizaram-se centrais sindicais e ampliou-se a sindicalização.

Não menos importantes, a extensão e a profundidade da crise asiática também atingem as suas bases sociais (trabalhadores organizados, movimentos de classe média urbana) iniciando-se um processo de fragmentação e de favorecimento às saídas individualistas e conservadoras. A crise dos anos 1980, e que se prolonga até hoje, é uma crise de saturação de um padrão de desenvolvimento excludente e incapaz de dar conta da incorporação dinâmica à economia internacional. No campo do trabalho, o Brasil tem enfrentado, praticamente ao mesmo tempo, problemas presentes, resultantes do seu passado histórico, e problemas relacionados ao futuro.

Como consequência do desemprego, observou-se a ampliação de novas formas de trabalho atípicas e temporárias. Em geral, essas novas formas de ocupação caracterizam-se pela imprevisibilidade, à medida que sua oferta depende de comportamentos cotidianos do sistema econômico, tanto em sua correspondente global como local. Dessa maneira o tipo de oferta dessas novas formas de ocupação responde

por fatores de ordem global- alterações estruturais na organização produtiva das empresas como um todo- e fatores de ordem local como variantes políticas, institucionais e culturais. De sorte que fatores como atipicidade, precariedade e intensidade dessas novas formas de trabalho vai resultar de um entrelaçamento entre as determinantes globais e locais: resultará de interação entre essas duas frentes, global e local.

2.2 O Surgimento dos Sub- Empregos e de formas atípicas de trabalho

O aparecimento de empregos atípicos²⁷, relacionado-se à necessidade de ajustamento das empresas face aos novos requisitos de competitividade e de flexibilidade dos mercados²⁸. Numa economia globalizada, com a predominância da lógica financeira e da rendibilidade em curto prazo, há pressão incessante para flexibilização das relações de trabalho. As empresas-confrontadas com um quadro complexo de internacionalização, mudanças tecnológicas e organizacionais- procuram, antes de tudo, aumentar a flexibilidade do planejamento e da estruturação dos fluxos do trabalho, por meio da redução dos custos salariais e de funcionamento.

Temos assistido no Brasil a constantes alterações nas condições sociais e econômicas, que têm exercido um efeito negativo no mercado de trabalho. Conseqüentemente, as condições de vida da classe trabalhadora, vêm sofrendo crescente deterioração. Além de uma precarização das condições de trabalho, essas têm sido cada vez mais, intensificadas. Como diz Alves (2010),

²⁷ Para efeitos desse trabalho, consideramos como formas atípicas de trabalho todas aquelas que não se enquadram na forma tradicional, na qual o mercado de trabalho é estruturado com base no trabalho assalariado.

²⁸ Num mundo de alta competitividade, é convencional ter uma quantidade de empregados temporários, onde o nível de contratação esteja relacionado á demanda. Assim, numa época de grande demanda, há a contratação de número de trabalhadores suficientes para a produção visando a atender uma demanda específica. Com a retração da demanda, esse contingente de trabalhadores é reduzido á proporção da demanda anterior, de sorte que o nível de contratação esteja intimamente relacionado á demanda. O aumento de contratações, em épocas de festas tradicionais, como natal e dia das mães, por exemplo, é um caso típico de contratos temporários.

No Brasil, a presença da superexploração do trabalho vincula-se, de certo modo, à constituição retardatária do capitalismo industrial. Enquanto o processo de constituição do capitalismo clássico implicava percorrer a trajetória do artesanato, manufatura e da grande indústria (...), a constituição do capitalismo industrial no Brasil deu-se no interior de um contexto sócio-histórico mundial em que predominava, no plano do capitalismo central, a grande indústria. O que permitiu, de maneira precoce, não apenas a articulação, no cenário industrial do país, da mais-valia absoluta com a mais-valia relativa, mas a constituição de um novo poder do capital diante do trabalho assalariado o que caracterizou a debilidade estrutural da organização da classe operária no Brasil. (ALVES, 2010, p: 159).

O trabalho em tempo parcial²⁹ - surgido em decorrência das novas estratégias de reprodução do capital- possibilita o aumento da capacidade de adaptação dos mercados: a oferta de postos de trabalho molde-se às variações sazonais da atividade econômica. Os trabalhadores desempenham suas atividades de acordo com as necessidades das empresas, tornando-se vulneráveis diante da constante possibilidade de demissão.

Os trabalhos temporários³⁰ fazem parte do rol de novas formas de trabalho decorrentes dos processos de reestruturação produtiva. Essa forma de trabalho constitui-se num instrumento de gestão das empresas, utilizada para a satisfação de necessidades de mãos-de-obra pontual, imprevista ou de curta duração. Dessa forma o emprego flexível: resulta de flutuações de oferta e demanda, permitindo maior facilidade de adaptação dos efetivos da empresa frente às suas necessidades. Outra característica, em geral presente nos contratos de trabalhadores temporários, é a previsibilidade da rescisão do contrato final da atividade.

Reinecke (1999), ao analisar as “formas atípicas de emprego”, afirma: geralmente implicam níveis mais baixos de cobertura legal e de incorporação de conquistas trabalhistas. Pela multiplicidade de situações empíricas podem assumir diferentes significados, como por exemplo, uma nova forma de empreendedorismo ou novas formas de trabalho assalariado (trabalho temporário ou em tempo parcial).

Nessas novas formas de relação capital/trabalho, a flexibilização do uso da mão-de-obra tem-se pautado por relações predatórias, prevalecendo a baixa remuneração do trabalho, instabilidade, vínculos informais, trabalho manual e tecnologia rudimentar. O

²⁹ O trabalho a tempo parcial é aquele cujo período de trabalho tem uma duração inferior à duração normal de trabalho em vigor na empresa/estabelecimento ou na respectiva profissão.

³⁰ Consideramos como trabalhador temporário aquele cujo êxito na obtenção de uma ocupação laborativa, se encontra condicionado a necessidades temporárias ou excepcionais de mão-de-obra.

que envolve níveis diferenciados de dependência da parte contratada perante a contratante.

Temos observado um processo de intensificação³¹ do trabalho. Em tempos anteriores, aumentava-se de produtividade em decorrência de aumentos da demanda. Esses esforços, no entanto, eram concentrados em dias, semanas ou no máximo meses. Hoje a demanda por mais trabalho é permanente: o pico de produção é incessante. Além disso, observamos uma extensão do trabalho que passa a ocupar os horários do não-trabalho, como cita Faria & Pires (2011):

Para produzir mais em menos tempo, trabalhadores são obrigados a desenvolver diversas atividades diferentes, com um esforço maior do ponto de vista intelectual e emocional e um envolvimento contínuo com suas tarefas, inclusive fora de seu local de trabalho (FARIA & PIRES, 2011, p: 11).

O envolvimento com as atividades laborativas é intenso. As responsabilidades decorrentes do exercício do trabalho invadem os tempos de trabalho morto. Essa separação entre trabalho vivo e trabalho morto, que propiciava o desenvolvimento de outras atividades nos horários de “folga”, praticamente desapareceu. O tempo destinado, às atividades de cunho sindical, por exemplo, estão cada vez mais se escasseando

Com os novos sistemas tecnológicos e comunicacionais, o tempo do trabalho invade os do não trabalho, afetando diretamente o bem-estar da maioria das pessoas. Nesse contexto, a flexibilidade e a polivalência são dois dos principais pontos que impulsionam a intensificação e fazem com que o trabalhador não consiga se descolar de suas atividades mesmo em seu tempo supostamente livre. (FARIA & PIRES, 2011, p: 12).

Esse esforço tem sido dedicado mesmo em atividades tradicionais, como a incorporação do trabalho imaterial no controle de defeitos, diminuição de perdas, controle de máquinas e etc. Se a tecnologia tem potencial para liberar a pessoa de um trabalho cansativo (de um ponto de vista físico), pode, igualmente, representar o aumento do ritmo ou da intensidade do trabalho.

Outro elemento que tem contribuído para a intensificação do trabalho é o estabelecimento de metas. Nesse caso, atinge tanto trabalhadores com um alto grau de

³¹ Por intensidade, consideramos aqui a definição de Rosso (2008) que a conceitua como se refere o grau de energia despendido pelos trabalhadores para a realização de uma atividade concreta. (ROSSO, 2008, P: 20).

escolaridade, como um bancário, por exemplo, até um cortador de cana. Além da intensificação do trabalho, o estabelecimento de um regime de metas traz em seu bojo a individualização de responsabilidades pelo desempenho da empresa, por intermédio de mecanismos de aferição da produtividade individual. Esses mecanismos são potencializados por meio de punições ou premiações, mediante avaliações de desempenho de cada trabalhador³².

Esse conjunto de pressões (estabelecido pelas formas atuais de organização do trabalho) implica rotinas que afetam a vida pessoal e as condições de saúde do trabalhador. O maior engajamento das pessoas com o trabalho tem como consequência o avanço das atividades laborais na sua esfera reprodutiva: não se tem tempo para pensar em outra coisa que não o trabalho.

Aumento no número de casos de problemas músculo-esqueléticos, cardiovasculares e de saúde mental são algumas das constatações que corroboram com as teses da intensificação do trabalho e suas consequências nefastas para as condições de saúde dos trabalhadores. O crescimento exponencial dos casos de LER³³ é um exemplo clássico do surgimento de doenças relacionadas ao desempenho de atividades laborais de forma mais intensa.

É nesse processo de intensificação, complexificação, fragmentação e heterogeneização da classe trabalhadora, parafraseando Antunes (2009), que presenciamos o aparecimento de novas formas de trabalho precário, e entre elas, as atividades ligadas à economia informal. A informalidade passa a ser o campo de atuação de grande parte dos trabalhadores “excluídos”, pelos mais diversos motivos, do mercado formal de trabalho. Ao ampliar, a economia informal diversifica-se: passa a ser campo de atuação de pequenas empresas e de trabalhadores autônomos. O principal traço da informalidade passa ser o não regramento ou controle pelo poder público.

Apesar de resultar de questões estruturais de funcionamento do capital, o fenômeno da informalidade também responde a questões de ordem local. Composição familiar, qualificação profissional, gênero, idade, naturalidade, dinâmica da economia local, são elucidativas na tarefa de compreender a dinâmica de funcionamento da

³² Um caso típico é a exposição de cartazes ou folders com imagens de funcionários de empresas acompanhadas dos dizeres “vendedor do ano”, ou funcionário “destaque do mês”.

³³ Lesão por Esforço Repetitivo.

relação capital/trabalho, e conseqüentemente as suas diferentes formas de manifestação, como a informalidade.

CAPÍTULO 3

ESTRATÉGIAS METODÓLOGICAS

A intensidade das mudanças quotidianas no mundo contemporâneo e a conseqüente diversificação das esferas de vida fazem com que, cada vez mais, aqueles que lidam com a realidade social enfrentem novos contextos e novas perspectivas

sociais. Essa conjuntura requer modificações e aperfeiçoamentos nas formas de interpretar a realidade presente, uma vez que as formas tradicionais de produção de conhecimento se tornam cada vez mais insuficientes para abarcar tal nível de complexidade. É particularmente nesse contexto de complexificação das relações sociais e de diversificação das diferentes esferas da vida societal, que emerge a crescente adoção de métodos de pesquisa de caráter qualitativo. De acordo com Flick (2009)

A pesquisa qualitativa é de particular relevância ao estudo das relações sociais devido à pluralização das esferas da vida... é a dissolução de “velhas” desigualdades sociais dentro de uma nova diversidade de ambientes, subculturas, estilos e formas de vida. Essa pluralização exige uma nova sensibilidade para o estudo empírico das questões. (FLICK, 2009, p: 20).

Diante dessa realidade tão nova quanto complexa, o autor supracitado nos chama a atenção para a crescente desatualização dos métodos tradicionais de abordagem da realidade social,

Trata-se de situações tão novas para eles, que suas metodologias dedutivas tradicionais- questões e hipóteses de pesquisas obtidas a partir de modelos teóricos e testadas sobre evidências empíricas- agora fracassam devido à diferenciação dos objetos. (FLICK, 2009, p: 21).

Esse contexto de diferentes matizes e facetas impõe ao pesquisador escolher um movimento metodológico diferenciado. Ao invés de partimos de grandes teorias e testá-las em diferentes realidades empíricas, faz-se mister levar em consideração, antes, a realidade em si mesma. Essa postura metodológica orientará a definição da perspectiva teórica a ser utilizada na interpretação da realidade social. São necessários “conceitos sensibilizantes” para a abordagem dos contextos sociais a serem estudados (FLICK, 2009, p: 22). Não se trata, portanto, de abordar uma realidade sem um conhecimento teórico prévio, mas de possibilitar um diálogo da construção teórica com a realidade empírica, sem superestimar ou subestimar um ou outro. De acordo com Geertz (2009):

[...] aqui, as teorias são desenvolvidas a partir de estudos empíricos. O conhecimento e a prática são estudados enquanto conhecimento e prática locais (GEERTZ Apud FLICK, 2009, p: 23. *Grifos do Autor*).

Apesar dos avanços teórico-epistemológicos e, sobretudo, metodológicos, possibilitados pelas novas posturas investigativas, particularmente no campo das ciências humanas e sociais, a realidade social e o movimento incessante de complexificação a ela inerente, ainda nos desafiam. Ao invés de tentarmos homogeneizar realidades sociais complexas necessitamos interpretar a realidade social dada. Essa tarefa se torna possível à medida que produzamos conhecimentos sobre circunstâncias particulares. Essas particularidades de cada realidade social são tamanhas que impossibilitam a transferência de estudos endêmicos ao estudo e interpretação de outras realidades. Flick (2009) nos faz a seguinte alerta:

Na condução de desencantamento dos ideais do objetivismo, não podemos mais partir irrefletidamente da noção de enunciados objetivamente verdadeiros. O que resta é a possibilidade de enunciados relativos a sujeitos e a situações, que devem ser determinadas por um conceito de conhecimento sociologicamente articulado (BONB & HARTMANN apud FLICK, 2009, p: 24).

Partindo dos pressupostos indicados, utilizaremos a metodologia qualitativa, por meio da realização de entrevistas de campo. Com a utilização desse método de investigação científica, objetivamos coletar dados que revele aspectos subjetivos das trajetórias de vida dos trabalhadores que atuam no mercado informal da cidade de Palmas, capital do Estado do Tocantins. Optamos por essa fonte de dados por acreditarmos que não há melhor informante do que os próprios sujeitos que atuam no mercado de trabalho informal para expressar percepções acerca desse universo.

A seleção da amostra que será estudada na pesquisa em tela foi realizada por meio da denominada amostragem teórica³⁴, em detrimento da amostragem estatística. A escolha desse tipo de amostragem está relacionada à questão norteadora da pesquisa ora

³⁴ A amostragem teórica é o processo de coleta de dados para a geração de teoria pelo qual o analista coleta, codifica e analisa conjuntamente seus dados e decide que dados coletar a seguir e onde encontrá-los, a fim de desenvolver sua teoria quanto esta surgir. Esse processo de coleta de dados é controlado pela teoria em formação. Na amostragem teórica, as decisões relativas à amostragem podem partir de qualquer um dos níveis, podendo ser tomadas no nível dos grupos a serem comparados ou podem concentrar-se diretamente em pessoas específicas. Em ambos os casos, a amostragem de indivíduos, de grupos ou de campos concretos não se baseia nos critérios e nas técnicas da amostragem estatística. Ao contrário disso, selecionam-se indivíduos, grupos, etc., de acordo com o seu nível (esperado) de novos *insights*, para a teoria em desenvolvimento em relação à elaboração da teoria até então. As decisões sobre a amostragem visam àquele material que prometa os maiores *insights* percebidos à luz do material já utilizado e do conhecimento dela extraído. (FLICK, 2009, p: 120/121.)

empreendida, ou seja, o que foi levado em consideração para a escolha da amostra não foi seu tamanho, objetivando atingir um grau de representatividade numérica, mas, seu potencial revelador dos problemas da pesquisa.

Essa mesma postura será utilizada quando da escolha das entrevistas a serem transcritas e analisadas, sempre tendo em consideração seu potencial para responder os problemas da pesquisa. As amostras apresentadas, portanto, serão aquelas com maior potencial de contribuição com os objetivos da pesquisa. Dessa maneira, impõe-se uma coerência a esse tipo de abordagem: o importante na amostra é sua relevância para o problema pesquisado, e não sua representatividade numérica no grupo estudado.

As alterações na esfera produtiva, na forma de atuação política dos estados nacionais e na composição orgânica do capital, são as determinantes das alterações na relação capital\trabalho. O agravamento do desemprego; o surgimento de novas formas atípicas e precárias de trabalho e o aumento no número de trabalhadores que atuam no setor informal da economia são exemplos dessas alterações impostas à esfera produtiva. Como explicar as consequências dessas modificações para a classe trabalhadora, onde os eventos citados não se manifestaram de forma clássica, ou onde se manifestaram de forma menos intensa: essa será a questão norteadora do trabalho.

Preferimos o termo questão norteadora á hipóteses, pela própria natureza do trabalho: não se trata de partir de uma teoria geral, globalizante, e testar sua correspondência empiricamente, mas da posse de um conhecimento teórico anterior, que, confrontado com a realidade empírica, mas de enriquecer as teorias-chave com elementos da realidade local, objetivando, aperfeiçoá-las, incrementá-las, ao invés, de apenas testá-las.

Em outras palavras, trata-se de compreender as nuances do processo de emergência da informalidade, em contextos onde não se verificou uma intensa produção fabril. Nessas localidades, esse fenômeno resulta também de outros fatores particulares. A convergência/ divergência desses fatores- a dialética das questões estruturais com as questões de ordem local- vão conformar diferentemente o fenômeno da informalidade em diversas localidades.

Baseados nas leituras acerca dos temas relacionados á relação capital /trabalho, e ancorados no arcabouço teórico que vimos utilizando ao longo do trabalho, formulamos

a seguinte questão: como explicar a gênese da informalidade nas pequenas e médias cidades brasileiras, onde a participação da atividade fabril, no percentual na atividade econômica em geral, é inexistente ou insignificante?

Para responder a essa indagação, realizamos quatorze entrevistas com trabalhadores que atuam no mercado informal da cidade de Palmas, Capital do Estado do Tocantins. As pesquisas se concentraram nas Quadras³⁵ 104 e 108 Norte; 104 Sul; 208 Sul; 204 Sul; 108 Sul; 504 Sul; Terminal Rodoviário (Quadra 1212 sul) e feira coberta do setor Aurenny I (Distrito de Taquaralto), com trabalhadores de diferentes gêneros, idades, características de mobilidade, naturalidade e atividades desempenhadas.

O objetivo das entrevistas, dado seu reduzido número, não é representar o fenômeno da informalidade nas ruas da cidade como um todo, mas sim entender melhor alguns aspectos desse universo imperceptíveis ao olhar superficial, uma vez que só aparecem nos bastidores do cotidiano dos trabalhadores informais.

CAPÍTULO 4

CONSIDERAÇÕES ACERCA DO CONCEITO DE INFORMALIDADE

³⁵ Na seção anexos encontra-se mapa detalhando os locais de realização das entrevistas de campo.

Essa etapa de nosso estudo procurou investigar, tese corroborada posteriormente pelos dados obtidos na pesquisa de campo, a diversidade e a complexidade do universo do trabalho informal: esse foi o “calcanhar de Aquiles” que nos motivou a realizar este trabalho, por meio do qual descobrimos que os percursos, as situações, as formas de geração de renda, inerentes ao mercado de trabalho informal, apresentam-se uma pluralidade de formas.

A seguir, faremos uma breve exposição das diferentes formas de tratar a informalidade. Nessa perspectiva, algumas abordagens acerca desse conceito serão expostas, tendo em consideração sua complexidade, heterogeneidade, e a necessidade, de conciliar teorias explicativas com evidências empíricas. Trata-se de um esforço para trazer à luz uma abordagem que tenha correspondência com a realidade em foco.

Estudar a informalidade é reconhecer sua importância como indicador social, uma vez que os números indicam que esse fenômeno significa mais do que apenas uma situação de marginal, ou de sobra como se referem alguns autores³⁶. Só recentemente a informalidade tem se constituído como objeto de estudos dado a movimentação econômica deste mercado de trabalho. Até poucas décadas essas questões não se constituíam como objeto de estudo, pois, se via nas formas de ocupação informais um momento transitório na bibliografia dos sujeitos. Somente quando este assume um *status* de permanência é que ela passa a ser estudada a partir de seu potencial econômico, humano e cultural que se dá em escala significativa.

O termo “informal” foi caracterizado pela primeira vez pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), após conferência realizada em 1969, que lhe atribuiu as características: (a) propriedade familiar do empreendimento; (b) origem e aporte próprio dos recursos; (c) pequena escala de produção; (d) facilidade de ingresso; (e) uso intensivo do fator trabalho e de tecnologia adaptada; (f) aquisição das qualificações profissionais à parte do sistema escolar de ensino; e (g) participação em mercados competitivos e não regulamentados pelo Estado (OIT *apud* CACCIAMALLI, 2000).

O adjetivo informal é encontrado a partir das expressões: setor informal, que pressupõe sua localização num lugar determinado da estrutura produtiva; economia

³⁶ Ver Castel (1997).

informal, considerada como um conjunto de atividades extra-oficiais e não tributadas; e trabalho informal, reconhecido como atividade lícita e legítima, apesar da ausência de regulamentação por parte do Poder Público. Cacciamalli (2000) enfatiza ainda a amplitude que o termo abriga:

O termo setor informal, embora sugira maior rigor, desde a sua origem, vem sendo aplicado na literatura especializada, especialmente latino-americana, de uma maneira abrangente. Essa denominação, entretanto, pode representar fenômenos muito distintos, como por exemplo: evasão e sonegação fiscais; terceirização; microempresas, comércio de rua ou ambulante; contratação ilegal de trabalhadores assalariados nativos ou migrantes; trabalho temporário; trabalho em domicílio, etc.

Seja qual for o conceito que o qualifica, o significado informal traz, já na sua raiz etimológica, algo que não tem forma ou ausência de formalidade (HOUAISS, 2004). A falta de um significado preciso ao termo informal não poderia expressar melhor a ambiguidade subjacente à condição das pessoas que trabalham informalmente. A 15ª Conferência de Estatísticas do Trabalho, realizada em Genebra, Suíça, em Janeiro de 1993, após mais de 20 anos de debates e controvérsias, consagra a seguinte vertente metodológica:

O setor informal é uma gama de empresas familiares ou domésticas, ou seja, empresas dirigidas por unidades domésticas ou por membros familiares tanto individualmente quanto em parceria com outros. Ao contrário das corporações ou quase-corporações, as unidades domésticas são definidas pela SNA como unidades de produção que não são constituídas como entidades legais separadas por seu(s) proprietário(s) e que não tem um controle completo dos encargos do negócio, incluindo o balanço comercial dos recursos e responsabilidades. Nesse sentido, o tipo de organização legal da unidade e o controle do negócio são os primeiros critérios propostos pela definição internacional do setor informal. (OIT *apud* CACCIAMALLI, 2000).

O enfoque é modificado, em 1997 em trabalho da OIT³⁷ que, define o setor informal, a partir das unidades econômicas e não das familiares,

O setor informal deve ser definido em termos das características das unidades de produção (empresas) onde as atividades se desenvolvem, mais do que em termos das características das pessoas envolvidas ou a natureza de seus trabalhos. Da mesma forma, a população empregada no setor informal era definida incluindo todas as pessoas que, durante um determinado período, eram empregadas em, ao menos, uma unidade produtiva do setor informal, independente do seu status empregatício ou se é ou não seu único trabalho

³⁷ Organização Internacional do Trabalho.

paralelo. As pessoas exclusivamente empregadas em unidades produtivas fora do setor informal são excluídos desta definição, ainda que seja precária sua situação de trabalho. Nesse sentido, o conceito de pessoas empregadas no setor informal não é idêntico ao conceito das pessoas empregadas em relações de trabalho informais. (HUSSMANS, *apud* CACCIAMALLI 2000).

Nesta última definição, a OIT desvincula o entendimento de trabalho informal do de trabalho irregular e precária: mesmo aqueles que possuem carteira de trabalho assinada podem constituir-se como trabalhadores informais, na medida em que estiverem inseridos em unidades econômicas com características específicas. Dentre elas, a mais importante é o fato do detentor do negócio exercer, simultaneamente, as funções de patrão e empregado e de não existir divórcio entre as atividades de gerenciais e de produtivas (CACCIAMALLI, 1983).

Os critérios apontados pela OIT, em 1997, permanecem até hoje como um padrão universal. Por isso, é adotado pelas agências de pesquisa brasileiras, entre elas o SEADE/DIEESE: “O setor informal é apresentado como um espaço econômico subordinado e intersticial ao movimento das formas de organização da produção capitalista, constituindo-se do conjunto de atividades que pode ser explorado por trabalhadores por conta própria.” (SINGER, 2000).

Em outros países, o termo informal é utilizado com outros significados que o qualificam de forma quase sempre pejorativa. Termos como *Lavoro Nero* (negro), na Itália (com mesmo significado na Índia e Israel); “economia de sombra”, na Alemanha. E ainda: folk sector, cripto-economia, economia de proximidade, invisível, oculta, desprotegida, não estruturada (YÁZIGI, 2000), que refletem a complexidade e heterogeneidade das atividades nesse setor.

A extensa gama de atividades do setor informal dificulta, ainda mais, uma caracterização única ou padrão médio do trabalhador informal. Os estudos das agências de pesquisa nacionais - o IBGE (1997) e SEADE (2000)-, respectivamente, sobre economia e trabalho informal, apresentam a informalidade só no setor de serviços, no comércio e na indústria.

Dentre os autores que apontam diferentes aspectos do trabalho informal, gostaria de destacar alguns em função de suas relevantes contribuições: Bosi (1995), Oliveira (2003), Buarque de Hollanda (1995), Prado Jr. (2000) e Kowarick (1983). Com argumentos diferentes, os estudiosos acima compartilham da ideia de que não houve de

fato, aqui, transição plena da mão-de-obra arcaica para a moderna. Nas respectivas obras, os autores em questão demonstram os entraves que impediram a constituição de um mercado de trabalho com direitos trabalhistas universalizados no Brasil.

BOSI (1992) sinaliza a contradição fundamental do processo colonizador, uma vez que a modernização das Américas, embora tenha se dado por meio do capitalismo, utilizando-se de regimes arcaicos de trabalho³⁸. A começar pelo extermínio dos índios, passando pela escravidão, até hoje, ainda não se extinguiram as formas de exploração da mão-de-obra, alheias ao universo dos direitos, nos regimes capitalistas democráticos dos países centrais. Para o autor, trata-se de uma “anomalia do capitalismo”, termo emprestado de Marx (BOSI, 1995).

Outro aspecto muito emblemático ressaltado por Bosi (1993), e que explica grande parte dos conflitos que acontecem no comércio informal de rua, é a violência imanente, resultado da interação entre o colonizador e a força de trabalho: “Quando é aguçado o móvel da exploração a curto prazo, implantam-se nas regiões colonizáveis estilos violentos de interação social” (BOSI, 1995)

Em consonância com as idéias de Bosi (1993), Oliveira (2003) argumenta que foi no capitalismo Brasileiro pós-colonial que se consolidaram as bases para que tal “anomalia”, ou regime de exceção, se tornasse permanente. Buarque de Holanda (1995) mostrará, porém, que as bases para o desvio de rota do capitalismo no Brasil devem-se, sobretudo, à colonização portuguesa, que gerou uma sociabilidade “à brasileira”, incapaz de prover os requisitos imprescindíveis para um mundo moderno, capitalista e democrático. Essa parece ser a espinha dorsal das muitas características que o autor expõe como parte de um movimento, na direção oposta àquela que as nações centrais seguiriam como modelo de desenvolvimento. Ao colocar a figura do colonizador português, em contraponto à dos demais colonizadores, Buarque de Holanda entende que não foram formadas as bases institucionais modernas de separação entre a esfera privada e a pública.

Do ponto de vista territorial, esse mesmo autor identifica o colonizador português na figura do sementeiro (trabalhador do campo) e do ladrilhador (trabalhador da cidade), tendo em vista as respectivas ocupações no território. A mesma

³⁸ A expressão regimes arcaicos de trabalho é utilizada neste para diferenciar as relações de trabalho vigentes em outros sistemas de produção que não o capitalismo.

improvisação das condutas do trabalho no campo aparece na apropriação do terreno e no traçado das cidades: ausência de planejamento, redundância nos procedimentos, etc.

Para além das influências do iberismo na formação da sociabilidade brasileira- idéia defendida por Buarque de Hollanda - Souza (2000) propõe uma interpretação diferenciada argumentando defendendo a existência “[...] imbricação entre idéias, práticas e instituições sociais”. (SOUZA, 2000, p: 56). Para esse autor

não é possível pensar em idéias sem os seus estratos condutores correspondentes, e não é possível comparar tradições culturais sem pensar nas instituições em operação nos diferentes contextos. Assim, falar em iberismo na formação do Brasil sem analisar as nossas estruturas institucionais seria esquecer que a escravidão, a instituição total do nosso processo de formação como nação, foi uma instituição, na melhor das hipóteses, marginal no contexto de formação do Estado português. (SOUZA, 2000, p: 57).

Para o autor em tela, a “chave” para explicar a singularidade da sociedade brasileira, é o fato de a possibilidade de ascensão social dos mestiços estar ligada à sua identificação com os valores e os interesses do opressor. Tal possibilidade cria um estrato social cujas atitudes serão centrais no processo de modernização da nossa sociedade

“[...] o enorme número de mestiços e de filhos ilegítimos de senhores e de padres, indivíduos de status intermediários, quase sempre assumindo as funções de escravo doméstico ou agregado da família, de qualquer modo quase sempre mais ou menos deslocado do mundo de posições polares como são as do senhor e escravo, encontra agora uma possibilidade nova de ascensão e mobilidade social [...] Na nova sociedade nascente são as antigas posições polares que perdem peso relativo e esses indivíduos [...] passam a formar o elemento mais tipicamente burguês daquela sociedade em mudança [...]” (SOUZA, 2000, p. 241).

Prado Jr. (2000), por sua vez, faz uma análise do ponto de vista dos conflitos entre classes, quando se refere à massa trabalhadora, como um “exército permanentemente marginalizado do mercado de trabalho”. Para o autor, a ausência de um Estado Nacional consolidado e uma base empresarial que, por estar subordinada ao capital internacional não prioriza as questões internas, configuram traço da economia brasileira, tais como instabilidade, precariedade da conjuntura mercantil e incerteza estrutural. Em suas palavras: “incapacidade de controlar seu próprio destino”.

A contribuição de Caio Prado Jr. nessa temática foi historicizar o debate sobre os entraves para o desenvolvimento econômico no Brasil, ou seja, colocar em pauta “os

bloqueios ao desenvolvimento decorrentes das estruturas internas e externas herdadas da situação colonial”. (PRADO Jr., 2000)

As discrepâncias regionais apontadas por PRADO Jr.(2000) explicam, entre outras coisas, boa parte dos movimentos migratórios dentro do Brasil, cujos deslocamentos configurariam, nas últimas décadas, a constituição das metrópoles brasileiras e todas as suas idiosincrasias, o trabalho informal é apenas uma delas.

A indagação sobre o “regime de subordinação” (PRADO Jr. 2000) condicionado pelo sistema colonial se estenderia de tal maneira até nossos dias, a ponto do autor em tela apontar o dilema que jamais se descolaria de nós: “Perecer ou modificar-se?”, antítese esta que, em outras palavras e radicalidade não menos amena, significa: subordinar-se ou romper?

Para deixar mais clara essa tese, Prado Jr. (2000) enumera vários indícios da presença de velhos procedimentos que, até hoje, estão entranhados na sociedade brasileira:

No terreno econômico, por exemplo, podemos dizer que o trabalho livre não se organizou ainda inteiramente em todo o país. Há apenas, em muitas partes dele, um processo de ajustamento em pleno vigor, um esforço mais ou menos bem sucedido naquela direção, mas que conserva traços bastante vivos do sistema escravista que o precedeu. Numa palavra, não completamos ainda hoje a nossa evolução da economia colonial para a nacional. No terreno social a mesma coisa. Quem percorre o Brasil de hoje fica muitas vezes surpreendido com aspectos que se imagina existirem nos nossos dias unicamente em livros de história. (PRADO JR. 2000).

Todas estas razões são para Prado Jr. (2000), aquilo que nos arrasta para trás, “que nos projeta inteiramente para o passado”. Para ele, “os problemas brasileiros de hoje”, os fundamentais, já estavam definidos e postos em equação há 150 anos e esses velhos dilemas fazem do Brasil um país “sem forma”: “o que salta à vista é um organismo em franca e ativa transformação e que não se sedimentou ainda em linhas definidas, que não tomou ‘forma’”. O trabalho informal seria, dentro dessa lógica, apenas uma máscara a esconder as velhas formas de trabalho precário, exploração da mão-de-obra e indefinição dos direitos no âmbito da regulação trabalhista moderna.

A contribuição de Lúcio Kowarick (1994) também é fundamental para o entendimento da marginalização das classes trabalhadoras, simultaneamente à constituição do trabalho livre no Brasil. Um dos entraves para essa sistemática condição

de trabalho precário no Brasil é o modificar a relação entre trabalhador e empregador. Mudaram-se os formatos, mas as relações despóticas ainda permanecem.

Presenciamos hoje em dia- apesar de todos os avanços institucionais e na legislação trabalhista- práticas que remontam á épocas retrógradas. As constantes descobertas de trabalhadores submetidos à condições análogas á escravidão (apesar de trabalharem em lavouras que utilizam as mais sofisticadas técnicas de produção), são um exemplo clássico de que a modernização na esfera técnica e tecnológica não foi acompanhada por um modernização nas relações capital/ trabalho.

Dois aspectos, segundo Bosi (1995), explicam a contradição da colonização das Américas. Em primeiro lugar, nela combinavam efeitos modernizantes do capitalismo com regimes arcaicos de trabalho. Em segundo, a modernização só conseguiu se desenvolver em bases violentas de confronto e exploração dos dominados:

Para extrair os seus bens com mais eficácia e segurança, o conquistador enrijou os mecanismos de exploração e de controle. A regressão das táticas parece ter sido estrutural na estratégia da colonização, e a mistura de colono com agente mercantil não é de molde a humanizar as relações de trabalho. (BOSI, 1995)

A análise de Marx sobre o desvio de rota do capitalismo, nos países colonizados, é resgatada por BOSI (1995). Para Marx, seria incompatível um sistema capitalista sem trabalho livre e assalariamento, processo pelo qual o capital se transforma em valores. Uma economia ao mesmo tempo conectada ao capitalismo europeu e assentada sobre o trabalho escravo só poderia ser uma “anomalia” (MARX *apud* BOSI, 1995). A informalidade é um dos aspectos da extensão dessa “anomalia” até os dias de hoje.

Segundo Oliveira (2003), acreditava-se, na década de 1970, que “agricultura de subsistência, sistema bancário, financiamento da acumulação industrial e barateamento da reprodução da força de trabalho, nas cidades, constituíam o fulcro do processo de expansão capitalista”. Essa era a razão, portanto, da existência do “exército de reserva”, na figura do trabalhador informal, como subproduto indesejável do desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

Atualmente, o modelo interno - *agrobusiness*, financeirização da economia, Terceira Revolução Industrial e dependência externa - atinge a plenitude do descarte do trabalho produtivo e constitui o que Oliveira (2003) chama de “trabalho abstrato” e não

informal, em sua opinião, o termo é empregado erroneamente, porque esse mesmo modelo transforma todo o tempo de trabalho em trabalho não-pago.

No regime assalariamento pleno, os salários eram periódicos e considerados um “custo”. Nos chamados países do capitalismo periférico, entre eles o Brasil, o capital usa o trabalhador somente quando dele necessita. O pagamento dos trabalhadores não é um adiantamento do capital, mas depende dos resultados das vendas dos produtos-mercadorias. Segundo Oliveira (2003), a isto se chama ocupação e não mais emprego:

Grupos de jovens nos cruzamentos vendendo qualquer coisa, entregando propaganda de novos apartamentos, lavando-sujando vidros de carros, ambulantes por todos os lugares; os leitos das tradicionais e bancárias e banqueiras ruas Quinze de Novembro e Boa Vista em São Paulo transformaram-se em tapetes de quinquilharias; o entorno do formoso e iluminadíssimo Teatro Municipal de São Paulo exhibe o teatro de uma sociedade derrotada, um bazar multiforme onde a cópia pobre do bem de consumo de alto nível é horrivelmente kitsch. (OLIVEIRA, 2003. P: 52)

Segundo Oliveira (2003) assistimos atualmente a uma desconstrução da relação salarial, consolidada a partir da segunda metade do século passado e desfeita já na década de 1980. Essa também é compartilhada por Souza (2000). Esse autor argumenta, no entanto, que o regime de subordinação do Brasil ao capital externo e a persistência da acumulação sem distribuição de renda não lhe deram fôlego, em nenhum momento, para superar a exclusão contínua de grande contingente de trabalhadores.

A última década é emblemática: apesar de o país ter passado por surtos de euforia econômica, os números da informalidade indicam que há um resíduo permanente de excluídos do mercado de trabalho formal. Esse descarte sistemático da força de trabalho fica represado não só no comércio informal de rua, como nas muitas atividades urbanas desprotegidas e não regulamentadas.

Essa característica de modernização excludente foi tratada de diferentes formas não só por Oliveira (2003), como por Furtado (1999) - “modernização mimética”; e Schwarcz (2000) - “modernização conservadora”. A especificidade do capitalismo, na sua periferia seria, portanto, promover continuamente uma acumulação “truncada”, incapaz de reverter os recursos captados em investimento interno e permitir um mercado de trabalho incluyente.

A informalidade não é uma condição transitória a ser civilizada pelo capitalismo. Ao contrário, funciona justamente para reproduzi-lo precariamente nos países ditos

periféricos. Segundo Oliveira (2003), é nas formas do atraso, sendo a informalidade um exemplo eloquente, que o capitalismo se consolida:

acentuava-se que o específico da revolução produtiva sem revolução burguesa era o caráter produtivo do atraso como condômino da expansão capitalista. O subdesenvolvimento viria a ser, portanto, a forma da exceção permanente do sistema capitalista na sua periferia. (OLIVEIRA, 2003. P: 56).

Ao descrever o comportamento do brasileiro HOLLANDA (1995) investigou qual seria a herança de condutas que portugueses e espanhóis deixariam no Brasil, quando construção de um espaço público de ideias, instituições, e formas de sociabilidade. Para ele, “a frouxidão da estrutura social e falta de hierarquia organizada seriam as características mais emblemáticas desse espaço coletivo novo, fora do âmbito doméstico” (HOLLANDA, 2003, p: 84).

Quando se refere às relações na sociedade civil ibérica e, em decorrência, à sociedade brasileira declara: “No fundo, o próprio princípio de hierarquia nunca chegou a importar de modo cabal entre nós. Toda hierarquia funda-se necessariamente em privilégios. E a verdade é que, bem antes de triunfarem no mundo as chamadas idéias revolucionárias, portugueses e espanhóis parecem ter sentido vivamente a irracionalidade específica, a injustiça social de certos privilégios, sobretudo dos privilégios hereditários”. Esse personalismo que se reflete na falta de coesão social seria uma recusa à autoridade: “submissão à um objeto exterior, aceitação à uma lei estranha ao indivíduo” (HOLLANDA, 1995, p: 78).

A ética do trabalho, para o brasileiro, segundo Buarque de Holanda, confunde-se com a ética da aventura. O aventureiro é “esse tipo humano que ignora fronteiras. O mundo tudo se apresenta a ele em generosa amplitude e, onde quer que se ponha um obstáculo a seus propósitos ambiciosos, sabe transformar esse obstáculo em trampolim”. O trabalhador, “ao contrário, é aquele que enxerga primeiro a dificuldade a vencer, não o triunfo a alcançar. O esforço lento, pouco compensador e persistente que, no entanto, mede todas as possibilidades de desperdício e sabe tirar o máximo proveito do insignificante, tem sentido bem nítido para ele. Seu campo visual é naturalmente restrito. A parte maior do que o todo.” (HOLLANDA, 1995, p: 79)

O brasileiro, em última instância, é uma conjunção dos dois: “Existe uma ética do trabalho como existe uma ética da aventura”. No entanto, “Entre esses dois tipos, não

há, em verdade, tanto uma oposição absoluta como uma incompreensão radical”. (HOLANDA, 1995, p: 81)

A característica típica do aventureiro é sua capacidade de adaptação. Entretanto, para Buarque de Holanda, adaptar-se significava também acomodar-se no provisório, “sem compensação próxima” e sem a preocupação de consolidar sua existência a longo prazo. Uma lavoura agrícola, com métodos rudimentares, parecia ainda mais atestar nossa “índole semi-capitalista”: nossa primeira economia colonial passava distante do que poderíamos chamar de uma civilização moderna, fundada na mão de obra assalariada e na indústria.

Esse aspecto é determinante quando pensamos na dificuldade de racionalizar procedimentos, evitar as redundâncias internas e otimizar o setor produtivo. Segundo o autor, “o domínio europeu foi mais brando e mole, menos obediente a regras e dispositivos do que à lei da natureza.” (HOLANDA, 1995, p: 80).

A definição mais pungente dos brasileiros, segundo Buarque de Holanda, são homens “desterrados na nossa própria terra”, num ambiente, muitas vezes, “desfavorável e hostil” (HOLANDA 1995, p: 81). De acordo com Caio Prado Jr., “a análise da estrutura comercial de um país revela sempre, melhor que a de qualquer um dos setores particulares da produção, o caráter de uma economia, sua natureza e organização.” (PRADO JR. 2000, p: 112). Ele faz uma análise simultânea do comércio externo e interno. Ao falar do externo, Prado Jr. se atem na forma das mercadorias atravessarem as fronteiras: se elas vêm por via terrestre, são obrigadas a passar por regiões não populosas, cuja vigilância e fiscalização não são totalmente presentes. Se vêm pela via marítima, são submetidas a uma ordem política e administrativa mais consolidada. Porém, “O privilégio legal português da navegação do Brasil não excluía o contrabando que se praticava em larga escala, e que pelo seu vulto não pode ser ignorado. Eram os ingleses, os grandes amigos, aliados e protetores de Portugal, os principais contrabandistas.” (PRADO JR. 2000, p: 98).

PRADO Jr. (2000) descreve em que termos era esse sistema: “O contrabando era mais fácil e proveitoso”: “a ancoragem dos navios contrabandistas em lugares mais ou menos ocultos da baía; se estabelecia através do contato com os negociantes da praça, compradores de mercadoria fraudulenta; tudo com a escandalosa conivência das autoridades que mal disfarçavam a sua participação no negócio”. (PRADO JR. 2000, p: 58)

Esse sistema organizado de evasão de divisas, ao longo de cinco séculos, não parece tão fácil de desatar. Principalmente, se pensarmos no interesse de que essa clandestinidade permaneça. No caso do trabalhador informal, essa ilegalidade é apenas uma face das outras ilegalidades/ clandestinidades presentes na sua vida: habitação clandestina; mercadoria ilegal; razão social clandestina; ocupação no espaço público ilegal, e, no caso daqueles que entraram no país sem registro oficial, a cidadania ilegal.

A origem do trabalho livre no Brasil é controversa porque, concomitante ao processo de transição do trabalho escravo para o trabalho livre, já consolidara o processo de marginalização de parte da força de trabalho: “antes da abolição, os livres e pobres só realizavam as tarefas que os escravos não podiam fazer, e depois de 1888, couberam-lhe as atividades mais degradadas e mal-remuneradas.” (KOWARICK, 1994, p: 45).

Os trabalhadores nativos também iriam sofrer a concorrência dos trabalhadores imigrantes recém- chegados. Para o Estado, elas eram os mais aptos ao trabalho disciplinado e regular, em detrimento da mão de obra nativa. Os trabalhadores nativos, ao contrário. “São refratários ao trabalho organizado, porque sendo mínimas suas necessidades, não precisam se alugar para outros de forma contínua. De resto, a disponibilidade para nada fazer – agora introduzo essa nova dimensão da assim chamada vadiagem, o desamor ao trabalho e a possibilidade do ócio e do festejo.” (KOWARICK, 1994, p: 49) são evidentes nos trabalhadores nativos.

O que se verificou, apesar da então recém-abolição da Escravatura, que a condição do trabalho livre era, na verdade, constante e impunemente aviltada pelas regras de submissão à exploração da mão-de-obra: “Liberdade significava não só a escolha de locomover-se por um pauperismo itinerante, como também, sobretudo, a possibilidade de desobedecer.” Era, portanto, inadmissível submeter-se aos desmandos daqueles que eram antes senhores de escravos e depois se transformaram em patrões “sem mudarem a mentalidade senhorial e despótica de lidar com o homem livre.” Dessa forma, a este trabalhador livre só restava a vida errante e, dessa forma, ser visto como “corja inútil, ralé instável, vadio que nada servia.” (KOWARICK, 1994, p: 61)

Essa massa que não chegou a ser incorporada, mesmo a partir da inauguração do trabalho livre, para Kowarick (1994, p: 59), formaria “uma massa desenraizada, que não foi incorporada ao processo produtivo até 1930, quando a economia viria a apresentar maior grau de desenvolvimento e diversificação.”

Assim como aconteceu no campo, na indústria o trabalhador nativo foi incorporado, segundo Kowarick, de forma acessória e residual. Somavam-se a isso os preconceitos de cor, particularmente sobre o negro e mulato, “que trazia estampada na pele a pecha que a escravidão tão forte sedimentara”. (KOWARICK, 1994, p: 76). Esse “exército permanentemente marginalizado do mercado de trabalho” e seus descendentes iriam enfrentar todas as dificuldades de acesso às oportunidades de emprego, em um mercado de trabalho cada vez mais excludente e restritivo.

O uso de interpretações diferenciadas (por alguns vista como contraditórias) acerca das variáveis determinantes para a formação da sociabilidade brasileira – como Hollanda (1996) e Souza (2000)- não objetiva, aqui nesse trabalho, contrapô-las, antes, temos a intenção de avançar para além de um marco descritivo-analítico pautado pelas mazelas de uma modernidade incompleta. Essa postura nos auxiliará a compreender as trajetórias de vida de cada trabalhador informal para além de simples casos exemplares de “viração” própria das desde sempre conhecidas situações de pobreza.

Propomos usar cada caso individual como “postos de observação”, que permitem apreender os perfis de um mundo urbano alterado e redefinido pelas formas contemporâneas de produção e circulação de riquezas, que ativam os diversos circuitos da economia informal, que mobilizam o “trabalho sem forma”. (OLIVEIRA, 2003, p: 56) e se processam nas fronteiras incertas do informal, do ilegal e também do ilícito. É esse o plano de atualidade, no qual se inscreve os percursos incertos de personagens urbanos como os aqui descritos. “Esses são cifras de contemporaneidade, pois entra em ressonância com o que vem acontecendo em outros lugares, também nas cidades dos chamados países do Norte”. (TELLES, 2008, p: 158)

Aqui utilizamo-nos, uma vez mais, da prestigiada Professora de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP) Vera da Silva Telles, para reforçarmos o argumento de que o aparecimento de formas de trabalho atípicas e precárias (e entre elas a informalidade)- fazendo parte desse universo práticas ilegais e ilícitas- relaciona-se à implementação do processo de reestruturação produtiva

Em termos gerais, anos de reestruturação produtiva e da chamada flexibilização das relações de trabalho que terminou por esfumegar as diferenças entre trabalho, desemprego e expedientes de sobrevivência, na própria medida em que o assim chamado informal instala-se no núcleo dinâmico dos processos produtivos e, no mesmo passo, se expande pelas vias de redes de subcontratação e formas diversas de

mobilização do trabalho precário, sempre nos limites incertos entre o legal, o ilegal, também entre o ilícito e delituoso, quando isso envolve o tráfico de seres humanos direcionado para as miríades de oficinas clandestinas que se espalham nesses circuitos produtivos. (TELLES, 2008, p: 159)

Segundo Telles (2008) o desmoronamento de um modo de organização social baseado no taylorismo/ fordismo faz com que presenciemos uma espécie de “reatualização de uma história de longa duração” (TELLES, 2008, p: 160), que evidencia as incompletudes de nossa modernidade. Apesar de representar uma espécie de “reprise histórico contemporâneo” esse processo é hoje diferenciado, na medida em que ocorrem em meio a alterações na organização produtiva e na forma de reprodução do capital, segunda a autora:

projetou-se no núcleo dinâmico da economia um capitalismo que mobiliza e reproduz o “trabalho sem forma”, ao mesmo tempo em que fez generalizar os circuitos ilegais de uma economia globalizada nas sendas abertas pela liberalização financeira, a abertura dos mercados e encolhimento dos controles estatais, em um tal intrincamento entre o oficial e o paralelo, entre o legal e o ilegal, o lícito e o ilícito que as binaridades perdem sentido e tornam obsoletas as controvérsias clássicas em torno do formal e do informal. (TELLES, 2008, p: 161).

Reforçamos: apesar de resultar de condicionantes de ordem estrutural, essas mudanças também vão resultar de particularidades específicas a cada localidade. É esse endemismo- que apesar de particular reproduz estruturais macroeconômicas e macrosociais- da cidade de Palmas, capital do Estado do Tocantins, a última cidade planejada do século XXI, que nos indaga. Como nos chama atenção TELLES (2008)

[...] se a situação brasileira tem que ser vista sob o ângulo dos processos transversais que a atravessam, também é importante averiguar os modos de sua territorialização, em interação com contingências locais, história e tradições herdadas, assimetrias e desigualdades que lhes são próprias. (TELLES, 2008, p: 161).

Com esse intuito, passaremos a descrever as singularidades da informalidade na cidade supracitada. Isso se dará por meio de aspectos obtidos por meio da realização de entrevistas de campo, realizadas conforme descrito anteriormente. Esperamos revelar singularidades que contribuam para o enriquecimento de um arcabouço teórico de interpretação da sociabilidade brasileira contemporânea, com toda a sua complexidade e heterogeneidade, resultantes da interação entre o global e o local

[...] se a situação brasileira tem que ser vista sob o ângulo dos processos transversais que a atravessam, também é importante averiguar os modos de sua territorialização, em interação com contingências locais, história e tradições herdadas, assimetrias e desigualdades que lhes são próprias. (TELLES, 2008, p: 162)

Como pudemos observar neste capítulo, o conceito de mercado de trabalho informal, ou simplesmente de informalidade, apresenta definições as mais variadas e diversas. Não há, no meio acadêmico, um consenso acerca do referido termo, o que nos leva a inferir que o mesmo é portador de complexidade e heterogeneidade acentuada. Em se tratando das pequenas e médias cidades brasileiras, essa realidade não é diferente: o mercado de trabalho informal, apresenta-se complexo e heterogêneo, necessitando-se que cada vez mais nos que aproximemos da realidade empírica, visando a decifrar esse universo tão rico quanto diverso.

É importante dizer, mais uma vez, que as transformações pelas quais têm passado a economia, em escala mundial (processo que temos denominado de reestruturação produtiva) têm representado um processo contínuo de precarização e intensificação das condições de trabalho. Mas, é certo dizer que países como o Brasil jamais passaram pelo pleno emprego, e, portanto, jamais tiveram grande parcela de sua população com acesso aos benefícios trabalhistas. É, portanto, o fenômeno da informalidade³⁹, nesse país da “exceção”, para usarmos uma vez mais a correta expressão de Francisco de Oliveira, nosso objeto de investigação.

³⁹ Segundo pesquisas do IBGE a quantidade de trabalhadores brasileiros atuando na informalidade permanece praticamente estável nos últimos dez anos.

CAPÍTULO 5

INTERFACES E NUANCES DA INFORMALIDADE NA CIDADE DE PALMAS: CONTRIBUIÇÃO À COMPREENSÃO DA RELAÇÃO CAPITAL/TRABALHO NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

Iniciaremos a apresentação dos dados, obtidos por intermédio das entrevistas⁴⁰ realizadas com trabalhadores informais residentes na cidade de Palmas, capital do Estado do Tocantins, traçando um perfil detalhado dos sujeitos da pesquisa. Essa etapa será realizada por meio da descrição das variáveis sexo, idade, escolaridade, estado civil, naturalidade e tempo na atividade informal.

A maioria dos entrevistados é do sexo masculino. Esse dado pode ter relação com a ética do provedor, que em nossa cultura patriarcal, traz subjacente a idéia de que a responsabilidade pelo sustento familiar deve-se aos homens. Baseada nessa mesma orientação cultural, às mulheres é reservado o papel de reprodutora, protetora e responsável pelos afazeres do lar. Resulta disso, a dificuldade do seu reconhecimento social no mercado de trabalho.

Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2005, p. 29), “o trabalho da mulher, é consequência de uma ordem de gênero (que inclui não somente o trabalho, como todas as outras dimensões da vida social) e de uma divisão social do trabalho”, que restringe ao trabalho feminino a esfera do ambiente doméstico, atribuindo a essa esfera “um valor social inferior ao mundo público”, desconhecendo seu valor econômico diante da sociedade. Dessa maneira, o trabalho da mulher por

⁴⁰ Na Seção anexos encontra-se informações adicionais referente às entrevistas, tais como o roteiro para realização das mesmas e etc.

longo tempo vem sendo marcado pela desvalorização, sendo reconhecido pelo patriarcado como inferior e, portanto, de menor valor.

A maioria dos trabalhadores possui entre 30 e 40 anos de idade. Esse dado aponta desigualdade de idade entre os trabalhadores que atuam no mercado de trabalho informal na cidade de Palmas. Indivíduos mais jovens (20 a 30 anos) e mais velhos (40 anos ou mais) participam em menor número nesse mercado. Esse dado pode ter relação com a natureza dos serviços ofertados na cidade, tendo como principais componentes o setor de construção civil e o de serviços domésticos.

Ensino fundamental incompleto, Ensino médio incompleto, Ensino fundamental completo, esses são os graus de escolaridade da maioria esmagadora dos entrevistados. Esses dados nos revelaram uma curiosidade. Apesar de as mulheres possuírem um número maior de anos de estudo, isso não representa vantagem para elas em termos de acesso ao mercado formal de trabalho. Essa questão revela, uma vez mais, a importância de levarmos em consideração a diferenciação sexual do trabalho (baseada em uma cultura patriarcal) em análise no universo denominado mercado de trabalho.

Os entrevistados, na sua grande maioria, são casados. São, portanto, formadores de núcleos familiares. Isso revela a importância da ética do provedor na vida desses trabalhadores, na medida em que a responsabilidade pelo sustento de suas famílias implica na obrigação moral de terem que trabalhar. Nesse sentido a “honra” pessoal (sobretudo nos indivíduos do sexo masculino) leva os trabalhadores a se submeterem às mais intensas e precárias formas de trabalho (aí incluída a informalidade) sob pena de serem tidos como pais ruins que não dão conta de criar seus filhos.

A grande maioria dos entrevistados é oriunda dos Estados do Tocantins, Pará e Maranhão, respectivamente. Esses dados corroboram as pesquisas do IBGE acerca das migrações intra-estaduais. Essas apontam os estados de Maranhão e Pará como principais estados de origem de parte da população do Tocantins. Outra questão importante é a relevância da migração intra-estadual na formação da cidade de Palmas. A intensa transferência de contingentes populacionais das cidades do interior do estado para a cidade, fez com que em 22 anos, essa passasse da condição de povoado à de maior cidade do Estado, com uma população de 228.332 no ano de 2000 (IBGE, 2010)

As despesas com aluguel consomem parte do orçamento familiar: metade dos entrevistados mora de aluguel. Curiosidade: o aparecimento de outras condições de residência, que não casa própria e aluguel, revela a importância das teias de relações sociais na garantia da sobrevivência dos trabalhadores entrevistados. O estabelecimento dessa teia de relações sociais ocasiona vínculos que podem representar soluções temporárias em termos de moradias. Nesse sentido, o “*morar de favor*” é um exemplo marcante da importância dessas relações.

A grande maioria dos indivíduos atua há mais de 02 (dois) anos na informalidade. Essa porcentagem é ainda mais acentuada quando nos referimos aos indivíduos do sexo masculino. Isso pode estar relacionado à natureza da ocupação desses indivíduos: a grande maioria atua na área da construção civil. Com o grande crescimento do mercado imobiliário na cidade (sobretudo com a edificação de obras de grande porte como prédios). Como a edificação de obras desse porte demanda um tempo considerável, grande parte dos entrevistados trabalha há 02 anos ou mais no mesmo empreendimento imobiliário. Dessa forma, com base nos dados, o perfil do trabalhador informal de Palmas é: Homem, com idade entre 30 e 40 anos, com ensino fundamental incompleto, casado, tocantinense, mora de aluguel e atua na informalidade há mais de 02 anos.

Antes de continuarmos prestemos um esclarecimento. Como a informalidade nos espaços públicos está ainda revestida de forte carga ideológica, a confissão de estar na zona de penumbra entre preconceito e repressão x compreensão e intolerância tem consequências as mais diversas e imagináveis. Baseado nessa percepção observou-se que muitas das respostas podem não ser absolutamente verdadeiras, uma vez que o próprio conteúdo dos dados relatados contradiz com a condição vivida.

Apesar da complexidade de heterogeneidade das trajetórias de vida de cada trabalhador, suas falas nos permitem elaborar algumas matrizes que perpassam pela vida de vários deles. Dessa maneira, objetivando dar ao texto um caráter didático (e não mais que isso) elaboramos algumas categorias que procuraram revelar o quão é complexo e heterogêneo o universo que se convencionou denominar mercado de trabalho informal. Categorizamos as entrevistas entre cinco variáveis. Elas revelam relações diretas e indiretas com o fenômeno da informalidade. São elas: ilegalidade/ ilicitude; valores,

cultura: a ética do trabalho e a ética do provedor; escolaridade e qualificação profissional; segurança e remuneração, e segregação espacial.

Partindo, portanto, de nossa hipótese de trabalho- a informalidade nas pequenas e médias cidades brasileiras resulta da interação de questões de ordem estrutural (reestruturação produtiva, em sua face política (neoliberalismo) e econômica (financeirização do capital), com questões de ordem conjuntural- procuraremos demonstrar a relação da informalidade com cada uma das categorias acima citadas. É nossa intenção demonstrar a complexidade e heterogeneidade desse fenômeno, características essas que dificultam o estabelecimento de definições e conceituações universais.

5.1 Ilegalidade e Ilicitude

Nesse tópico procuramos relacionar a informalidade a ilegalidade e ilicitude. É preciso esclarecer que ao contrário do imaginado por muitos, questões como ilegalidade e ilicitude não são exclusivas do mercado de trabalho formal. Uma coisa é, por exemplo, costurar para terceiros, de sua própria casa, para os vizinhos, ou manter uma mecânica de fundo de quintal, e outra é comercializar drogas pela internet, vender produtos piratas e outras tantas modalidades criminosas. Não dá para confundir.

Além disso, há inúmeros casos de ilegalidades nas relações de trabalho formal. Casos esses que vem aumentando nas últimas décadas em virtude do escasseamento dos postos de trabalho e do desmanche da cultura sindical (e conseqüente enfraquecimento dos sindicatos). Diante de uma oferta de trabalho cada vez mais escassa, os trabalhadores são obrigados a submeterem-se às mais diversas formas de trabalho precárias e intensas, ainda que reguladas por contratos formais.

O primeiro relato que nos remete à relação entre informalidade e ilegalidade é do moto-taxista Alessandro. Ele revelou-nos um universo até então desconhecido: o sistema de aluguel de pontos de táxis e moto-taxis nos locais de maior movimento na cidade de Palmas. De acordo com o mesmo, esse sistema ocorre à revelia do poder público. Alessandro revelou que à época em que iniciou a atividade de moto-taxista esse sistema já vigorava. Segundo ele a gênese do funcionamento baseia-se na cobrança de uma “comissão” pelos “donos” dos pontos. Somente mediante o pagamento dessa “comissão” é possibilitada a exploração comercial de tais locais.

Eu pago todo mês uma quantidade para um rapaz que vem aqui recolher o dinheiro, nunca parei para perguntar como realmente isso funciona. (Alessandro)

A única coisa que sei é que quando cheguei aqui já existiam os donos dos pontos... não sei como isso se iniciou, só sei que existem os donos, e que elas cobram para que possamos trabalhar aqui. (Alessandro)

Outra referência, dessa vez de Emerson, nos remete dessa vez á relação entre ilicitude e informalidade. Segundo o entrevistado o trabalho que realiza atualmente (moto-taxista) é melhor para ele, pois oportuniza a realização de ganhos- extras por intermédio de algumas entregas “no meio da madrugada”. Esse relato apesar de não nos fornecer subsídios que permitam afirmar a ilicitude de tal atividade, nos permite, em virtude do horário em que é realizada e da característica de ganho extra relatada por Emerson, no mínimo ao duvidar de sua legalidade.

Esse serviço aqui do moto-taxista não é lá essas coisas não... Mas têm algumas vantagens... Têm umas entregas particulares que eu faço no meio da madrugada...Essas corridas assim fora de hora é que fazem com que a renda seja razoável. (Emerson).

Os relatos de Alessandro e Emerson revelam a existência de relações entre ilegalidade/ilicitude e informalidade. Essas relações ficam ainda mais explícitas quando voltamos nosso olhar para o universo urbano das cidades brasileiras. Nelas observamos a existência de uma zona de intersecção entre o legal/ilegal, e suas consequentes relações entre o lícito e o ilícito. A “aceitação” do desempenho dessas atividades está implicitamente relacionada à atuação no mercado informal. Por exemplo, “as corridas fora de hora e no meio da madrugada”, descritas por Emerson, dificilmente seriam realizadas se o mesmo trabalhasse para um empresa privada, onde possivelmente teria um horário de trabalho pré-estabelecido, e muito provavelmente, um percurso já previamente definido.

Há uma zona de turbulência entre o ilegal e o legal, entre o lícito e ilícito. A nosso ver a realização de atividades ilegais ou ilícitas relaciona-se à própria dinâmica da informalidade, características como a imprevisibilidade de renda, por exemplo, levam os trabalhadores a desempenharem atividades diversas de acordo com a necessidade de sustento familiar. Nesse sentido o termo “se virar” é exemplo marcante.

O fato é que, hoje, a vida social parece atravessada por um universo crescente de ilegalismos que passam pelos circuitos da expansiva economia (e cidade) informal, o comércio de bens ilegais e o tráfico de drogas (e seus fluxos globalizados), com suas sabidas (e mal conhecidas) capilaridades nas redes sociais e nas práticas urbanas. [...]O fato é que as relações incertas entre o lícito, o ilegal e o ilícito constituem um fenômeno transversal na experiência contemporânea. (TELLES, 2008, p: 157).

Essas ilegalidades convivem no universo urbano com formas “modernas” como os *shoppings centers*, caracterizando uma simbiose entre esse dois universos do mercado de trabalho. Não há uma distinção clara e explícita entre ambos, como poderíamos imaginar em um primeiro olhar superficial. Esses dois universos são, ao contrário, complementares, na medida em que um é funcional ao outro. Eles convivem paralelamente, produzindo e reproduzindo a dinâmica de funcionamento das cidades. Maricato (2003), ao tratar da cidade de São Paulo, revela a existência de uma relação orgânica entre legalidade e ilegalidade, licitude e ilicitude no cotidiano das cidades brasileiras, segundo ela

Padrões modernistas detalhados de construção e ocupação do solo, presentes nas leis de zoneamento, código de obras, leis de parcelamento do solo, entre outras, convivem com a gigantesca cidade ilegal onde a contravenção é regra. (MARICATO, 2003, p: 153)

Não é de se estranhar que em tais situações ocorra o desenvolvimento de normas, comportamentos, mecanismos, procedimentos extralegais que são impostos à comunidade pela violência ou que são aceitos espontaneamente e até desejados. Diante da inexistência de uma regulação legal efetiva, são produzidos acordos tácitos, temporários, funcionais, que se moldam às situações cotidianas de rua

A indisponibilidade estrutural dos mecanismos oficiais de ordenação e controle social e a ausência de mecanismos não oficiais comunitários criaram uma situação que designarei por privatização possessiva do direito. [...] A privatização possessiva do direito constitui-se por uma dialética entre a tolerância extrema e a violência próxima (SOUZA SANTOS, 1993, p. 47).

Essa relação dialética entre tolerância extrema e violência próxima nas ações do poder público também é tratada por Itikawa (2004). Essa autora convida-nos a atentar para o papel de reprodução das relações sociais desempenhas por essa relação contraditória, com características de organicidade peculiares

A inoperância das leis é em si um instrumento de reprodução da desigualdade porque só resta aos trabalhadores clandestinos a vulnerabilidade à corrupção e ao clientelismo. Não é à toa que depois de três séculos de legislação sobre o tema, pouco avançamos para contrariarmos a lógica perversa da irracionalidade da ocupação dos espaços públicos pelo trabalho informal e tampouco das formas de repressão. (ITIKAWA, 2004, p: 341)

A relação entre ilegalidade e informalidade pode ser também verificada mediante relatos de existência de acordos tácitos entre empregado/ empregador, realizados á revelia da lei. Esses acordos revelam a existência de regras próprias, exclusivas do mundo da informalidade,

Eu não tenho carteira assinada, mas minha patroa me dá férias toda vez que ela viaja. (Maria)

Eu não trabalho com carteira assinada não... Mas eu e minha patroa combinamos alguns horários que permitem que eu estude, de forma que ela e eu nos combinamos muito bem (Ângela)

Essa espécie de “concessão” de “direitos” que ocorrem por parte do empregador (com o consentimento do empregado), todas realizadas ao arrepio do ordenamento jurídico institucional, revela essências próprias do universo do mercado de trabalho formal. Isso pode nos levar a inferir a existência de aceitações mútuas (empregador/ empregado) de regras singulares e particulares a cada relação de trabalho na informalidade. Feijó & Silva & Souza (2009) citam a existência desse universo próprio, singular de regras do universo do mercado de trabalho informal

[...] as pessoas envolvidas em atividades informais têm suas próprias regras e estruturas organizacionais do mercado (OIT apud FEIJÓ & SILVA & SOUZA, 2009, p: 334).

Outra questão que ficou evidente nos relatos dos entrevistados foi a utilização do trabalho infantil. Expressões como “vou adquirir um ponto para as meninas tocar até que elas terminem os estudos” (Ana); “Minha mãe sempre dizia desde pequenininha que me ensinando a trabalhar, estava me ensinando como se vive” (Maria), revelaram o quão a utilização do trabalho infantil é freqüente. Novais (1996) chama nos atenção revela para a utilização do trabalho infantil da informalidade. Esse autor revela também uma questão de suma importância: a utilização do trabalho infantil na informalidade tem crescido de forma exponencial nos últimos tempos. Uma das

explicações para isso pode ser a crescente dificuldade do sustento familiar, o que faz com que cada vez mais um maior número de membros familiares tenham que trabalhar

Mas concretamente a inserção da criança no mercado de trabalho é determinada pelas necessidades de subsistência da família, e começa geralmente dentro de casa nos afazeres domésticos. Com as necessidades crescentes da família este trabalho tende a se estender para a vizinhança, chegando até as praças e ao centro das cidades. De maneira geral o trabalho aparece na fala das crianças como compulsório a infância pobre, enquanto mecanismo disciplinador e como forma de inserção no mundo socialmente aceito. (NOVAIS, 1996, p: 48).

É portanto a necessidade de reprodução da vida social, uma das principais causas da utilização do trabalho infantil na informalidade. Diante da difícil escolha entre a questão ética e as necessidades materiais, orgânicas essas tem sido preponderantes

“[...] para viver, é preciso comer, beber, ter onde morar, vestir-se e para que isso aconteça, precisa realizar a produção dos meios que permitam a satisfação destas necessidades, a produção da própria vida material” MARX (1991 p. 34-45)

“Expressões como é só por enquanto que as crianças precisam trabalhar” (Ângela); “ Quando as coisas melhorarem eles podem se dedicar somente aos estudos (Ana)” e “Eles precisam ajudar no sustento da família” (Arnaldo), são evidências empíricas das afirmações de Novais (1996). Apesar desse caráter provisório (o que não deixa de ser crime, além de um problema social gravíssimo), a utilização de mão-de-obra infantil acaba por perpetuar-se, pois a chegada da “melhora” pode não ocorrer como imaginado, ou em muitos casos até nunca chegar

Assim, a inserção da criança no mercado de trabalho na maioria das vezes se faz de modo informal, comercializando produtos produzidos pelas próprias mães, irmãs ou vizinhos; como doces, salgados, trabalhos manuais, cafezinhos, amendoins, algodão-doce, cocadas etc. (NOVAIS, 2008, p: 48).

Aspecto importante também evidenciado foi o uso do termo aprendizagem para justificar uma situação de emprego infantil irregular. Segundo Telles (1992) apesar de o trabalho das crianças ser tido como fundamentais na complementação da renda "é pouco provável que o trabalho das crianças e adolescentes chegue a alterar substancialmente as condições de sobrevivência familiar, [...] o que pesa menos é a

"lógica da sobrevivência", e mais um conjunto de valores e representações sociais pelos quais a importância do trabalho infantil é elaborada" (1992, p. 85).

Podemos perceber uma relação orgânica entre informalidade é ilegalidade, informalidade e ilicitude. Apesar do trabalho informal ser ilegal pelo motivo da contratação ocorrer à revelia das normas legais, ou seja, sem carteira de trabalho assinada, a questão da ilegalidade vai além. Abrange empresas que muitas vezes não estão cumprindo plenamente com a legislação vigente - logo afeta também parte daquilo que se considera setor formal da economia. Daí depreende-se que a ilegalidade não passa despercebida pelas estatísticas oficiais, pelo contrário, está bem presente, quer como tal, quer inserida nas declarações de empreendimentos "formais". Legalidade, no sentido de vínculo formal de trabalho, também nem sempre garante que o trabalhador irá usufruir do que lhe é de direito no que tange a direitos assegurados na legislação.

Muitos são forçados a abdicar desses direitos em troca da permanência do vínculo empregatício, troca de férias por dinheiro, redução do tempo de licença maternidade (quando não termina acarretando demissão após o período garantido por lei), não recebimento de horas-extras e chegando a situações limítrofes que caracterizariam condições de trabalho degradante ou escravo.

Existe ainda uma pequena, porém imprescindível, diferenciação a fazer, informalidade não significa marginalidade. Infelizmente atividades criminosas permanecem sendo desenvolvidas no país - como a indústria do narcotráfico, por exemplo - envolvendo parcela das pessoas que atuam na informalidade, porém isso nos permite traçar uma relação direta entre informalidade e ilicitude. Nosso objetivo com esse tópico não é esse, mas sim dizer que há relações entre ilegalidade e informalidade e entre informalidade e ilicitude, assim também como há uma relação entre atividades formais e ilegalidade e também ilicitude. Isso não é o mesmo que afirmar que informalidade relaciona-se a ilegalidade e ilicitude.

5.2 Valores⁴¹, cultura⁴²: A ética do trabalho e a ética do provedor, A recusa à hierarquia e ao personalismo

⁴¹ Para efeitos desse trabalho valor será considerado conforme Rokeach apud Almeida & Sobral (2009, p:106) para quem valor é: "crença duradoura de que um modo específico de conduta ou estado-final de existência é pessoal ou socialmente preferível a um modo de conduta ou estado-final de existência oposto"

Nesse tópico procuraremos traçar relações entre questões valorativas, culturais e informalidade. Para nós, a inserção/permanência na informalidade remete também a questões dessa ordem. Para todos os efeitos, nos utilizaremos do uso da ética do trabalho e da ética do provedor, na tarefa de demonstrar essa correlação entre questões valorativas e culturais e informalidade.

A origem da palavra ética vem do *grego ethos* e significa conduta ou costumes. Para Valls (2008) “a ética pode ser o estudo das ações e dos costumes, e pode ser a própria realização de um tipo de comportamento” (p:7). Contudo, pode ainda ser denominada uma ciência normativa ao fazer reflexões científicas; uma ciência descritiva ao referir-se aos costumes e especulativa quando tratar da liberdade humana.

Ao compreender a ética como sinônimo de moral, Rosas (2008) especifica essa relação intrínseca da seguinte forma: “Ética é princípio, moral são aspectos de condutas específicas; Ética é permanente, moral é temporal; Ética é universal, moral é cultural; Ética é regra, moral é conduta da regra; Ética é teoria, moral é a prática” (p. 1-3). Essas citações servem para percebermos como a ética pode influenciar as ações individuais.

Nos relatos dos entrevistados ficou evidente a questão da ética do trabalho (que traz subjacente a ideia de que é por intermédio do trabalho que as pessoas são inseridas na estrutura social⁴³) na conduta dos trabalhadores informais. Conforme aponta Nardi (2006) o termo “ética do trabalho” refere-se, na verdade, à abreviação do termo “ética protestante do trabalho” criado por Weber para descrever a maneira como foi possível valorizar o trabalho e a acumulação, elementos imprescindíveis para o desenvolvimento do capitalismo. Nardi (2006) recorda que, de acordo com Weber, o trabalho, na doutrina protestante, é entendido como uma obrigação moral e seria a principal maneira de “assegurar o estado de graça na doutrina protestante”. (NARDI, 2006, p: 44).

⁴² Cultura aqui é entendida conforme Tylor apud Laraia (1985, p: 26) par quem se trata: “um todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade”.

⁴³ Segundo Castel (1998), a estratificação social nas sociedades modernas é fundada sobre a divisão do trabalho, portanto, essencialmente o lugar ocupado neste define as posições sociais.

A importância desempenhada pela ética do trabalho nas atitudes cotidianas dos trabalhadores também é apontada por Bajoit & Fressan apud Martins (2001) segundo os quais

O trabalho é ao mesmo tempo uma necessidade vital, uma obrigação social e um dever moral, cuja contrapartida é o status social que ele confere e a satisfação pessoal que proporciona. O trabalho tem uma dimensão instrumental (ganhar a vida) mas, apesar de seu caráter penoso, ele comporta também uma forte dimensão expressiva (realizar-se social e pessoalmente. ((BAJOIT &FRASSEN apud MARTINS, 2001, p: 07).

O relato de Alex é exemplar, nesse sentido

Essas mãos aqui cheias de calo foi meu pai que me ensinou trabalhar... Tudo que eu sei foi ele que me ensinou, me ensinou: não mexer nas coisas dos outros..., eu posso é morrer de pobre senhor, mas não roubo nada de ninguém". (Alex).

Sarti (1996) que tal como Zaluar (2000), investiga famílias pobres, aponta a moral do trabalho como grande força estruturadora da identidade do trabalhador. Esse autor salienta que são os atributos morais, como disposição para o trabalho e honestidade, que auxiliam os trabalhadores a vencer na vida. Isso não significa necessariamente ascender socialmente, mas afirmar-se segundo o valor positivo do trabalho. Orientados pela ética do trabalho os trabalhadores crêem que por intermédio do trabalho obtêm a “redenção moral”. É essa orientação que dificulta (para não dizer impede) a aceitação do ócio, tido como “vagabundagem”.

De acordo com Zaluar (2000) no Brasil, a ética do trabalho foi introduzida por meio da associação dos valores da família ao trabalho, e, portanto, ligada ao sustento familiar

Também privados do orgulho de que os membros da corporação de ofícios tinham pelo conhecimento das técnicas necessárias para realizar seu trabalho, próprio do período pré-capitalista, e da satisfação moral que a concepção religiosa do trabalho como um valor em si, própria do capitalismo em sua versão puritana, aos trabalhadores pobres do Brasil resta a satisfação material que seus ganhos salariais poderiam lhes fornecer. [...] É assim que o trabalhador pobre alcança a

redenção moral e, portanto a dignidade pessoal. (ZALUAR, 2000. P: 120/121).

Por sua vez, a ética do provedor refere-se à necessidade de sustento do trabalhador e de sua família, levando o adquirir à disciplina do trabalho. Para Zaluar (2000) é por meio dessa ética que se opera uma distinção entre os trabalhadores honestos, respeitáveis e aqueles que rejeitam o trabalho como “vagabundos” e bandidos. É essa ética que permite aos trabalhadores brasileiros orgulhar se si mesmos e aparecer como moralmente superiores aqueles que “escolheram” os caminhos errados, dissociados da disciplina do trabalho.

Todo mundo têm que trabalhar... Como é que se vive se não trabalhar. (Ricardo)

Vida de pobre é trabalho meu filho não tem esse negócio de ficar atoa não. (Cristiane)

Se eu não trabalhar como é que vou comer. (Artur)

O papel de provedor se intensifica na infância dos filhos. É nesta fase da vida familiar que a esposa luta para que seu companheiro mantenha-se longe dos apelos que podem desviá-lo do caminho da responsabilidade para com a mulher e seus filhos. Estes apelos negativos são os vícios e a vida de bandido. É durante a formação da família que, o homem precisa sair do conflito entre a bebida e as “obrigações familiares” (Zaluar, 1994, p.122). As constantes referências do cuidado “com os meninos” revelam como a composição familiar, sobretudo por filhos menores de cinco anos, insere a ética do provedor na orientação das ações dos trabalhadores

Têm que dar comida para as crianças meu filho (Bruno)

Têm que levar as crianças para a escola. (Rodrigo)

A nossa maior preocupação é com os meninos, não queremos que eles sejam iguais nós, queremos que estudem... (Joaquim)

Outra relação de trabalho informal e valores culturais foi a forte presença do trabalho doméstico feminino . Esse fenômeno revelou-nos dois aspectos importantes: o primeiro refere-se à reprodução da predominância feminina nesse tipo de atividade e, a segunda a existência de relações pessoais nessas relações de trabalho. Talvez essa

personalidade presente nas relações (empregadas/patroa) seja uma explicação para a forte presença da informalidade nesse tipo de atividade.

Trabalho como empregada doméstica há três anos, mas desde os 14 anos minha mãe me levava com ela para ajudar no trabalho na casa da patroa dela. (Cristiane).

a família lá é muito gente boa, eles gostam muito de mim. (Cristiane)

De acordo com Theodoro & Scorzafave (2011) a presença do trabalho feminino na atividade doméstica é explicada

[...] por motivos culturais, dado que os afazeres domésticos são tidos na sociedade brasileira como de responsabilidade da mulher, independente de sua posição social. (THEODORO & SCORZAFAVE, 2011, p: 94)

O relato abaixo corrobora com as afirmações de Theodoro & Scorzafave (2011), que relacionam a informalidade no trabalho doméstico à composição familiar. Isso nos infere a traçar um paralelo entre a ética do provedor, o trabalho doméstico e a informalidade. Devido à necessidade de cuidar dos filhos (ética do provedor) e ocupadas no trabalho doméstico (reservado a elas por fatores de ordem cultural), as mulheres se submetem a condições de trabalho precárias (informalidade)

Tem que trabalhar porque tenho filho para dar de comê. Não tenho carteira assinada, mas falei com minha patroa ela disse que depois falaríamos sobre isso.....mas até hoje nada.(Ana)

Dessa maneira

Com relação ao emprego doméstico, as mulheres casadas e com filhos são as que apresentam maior taxa de informalidade. (THEODORO & SCORZAFAVE, 2011, p: 95).

Notou se também nos relatos das mulheres que atuam como empregadas domésticas um sentimento de recusa à hierarquia e ao personalismo. Segundo Hollanda (1996) essa seria uma característica inerente à cultura brasileira. Uma espécie de “rebeldia”: recusa a submeter-se à autoridade de algo externo. Para esse autor, essa seria uma das características herdadas pelo povo brasileiro da civilização portuguesa

Aqui ninguém manda em mim, eu entro e saio do trabalho a hora que eu bem entender. (Emerson)

O senhor sabe né, trabalhar para gente mesmo é muito melhor, não tem ninguém que manda na gente, a gente chega e sai a hora que quiser...(Maria)

Tem gente que não gosta desse negócio de cumprir horário, aquela coisa certinha de ter de tá sempre de bom humor, respeitar o chefe, fazer de conta que concorda com ele mesmo quando você sabe que ele está errado, aí prefere trabalhar por conta própria que não tem essas coisas. Eu sou desses(Cleiton).

Além de tudo ainda sou meu próprio patrão, é muito melhor. (Artur)

Aqui procuramos traçar relações entre valores, cultura e informalidade. Essa relação ficou evidente quando notamos a influência da ética do trabalho e da ética do provedor na orientação de vida dos trabalhadores. São baseados nessas "obrigações morais" que os trabalhadores se submetem às condições de trabalho degradantes e precárias, tudo para que não sejam considerados "vagabundos" ou "atoas".

5.3 Escolaridade e Qualificação Profissional

Nesse tópico procuraremos relacionar a informalidade a existência de baixos níveis de escolaridade e à inexistência de boa qualificação profissional. Os constantes acirramentos por ocupação de postos de trabalho, em virtude do escasseamento desses, têm tornando cada vez mais difícil a inserção no mercado de trabalho formal. Essa dificuldade é agravada, quando se trata de pessoas com baixa escolaridade e qualificação profissional escassa.

Se por um lado há o surgimento das denominadas “grandes profissões” que possibilitam a quem as realiza a percepção de remunerações altas, há por outro as denominadas “profissões de esquina”, se incluindo nesse rol todas aquelas atividades desempenhadas em situações precárias, além de intensas e mal-remuneradas, aí incluídas algumas atividades desempenhadas na informalidade. Geralmente, nesse segundo grupo se encaixam as profissões que não exigem uma escolaridade considerável, e nem uma boa qualificação profissional, situação essa em que se encontra a grande maioria dos trabalhadores brasileiros, sobretudo aqueles que atuam na informalidade.

Em alguns relatos verificou-se a associação do sucesso na procura por um trabalho melhor remunerado, menos intenso, a uma boa qualificação e a uma alta escolaridade. É recorrente nas falas, o direcionamento do fracasso na procura por uma ocupação formal à inexistência desses dois quesitos: boa escolaridade e qualificação profissional.

Se eu tivesse carteira “D” seria mais fácil conseguir um emprego. (Alex)

Eles sempre dizem que eu não tenho estudo, aí fica difícil. (Artur)

A primeira coisa que eles pergunta é se você tem algum curso profissionalizante, se você não tiver é praticamente impossível arranjar serviço. (Bruno)

A minha prioridade agora são os estudos, porque acredito que quando eu terminar as coisas vai melhorar bastante. (Ângela)

Conforme aponta Zibas (1997) os empresários de hoje exigem um trabalhador que tenha iniciativa

Seja criativo e responsável, saiba resolver os problemas, trabalhe em equipe, lidar bem com as constantes inovações tecnológicas e que seja portador de uma alta capacidade de abstração, que o predisponha a constante aprendizagem. (ZIBAS, 1997, p: 123).

Aqui podemos perceber uma grande contradição, visto que nos parece que um perfil conforme o delineado atende mais aos princípios educacionais humanistas, que aos requisitos de uma formação estritamente técnica e especializada da mão-de-obra.

Além daqueles que declararam baixa escolaridade e falta de qualificação profissional como principais responsáveis pelo insucesso na procura por uma ocupação formal, há ainda relatos de trabalhadores que se ocupam de uma atividade fixa mesmo que informalmente. Esses revelaram a dificuldade de conciliar os horários de trabalho com os horários de estudo. Segundo Ângela quando há uma dificuldade de compatibilizar essas duas atividades, os trabalhadores têm sempre que optar pelo trabalho em detrimento dos estudos

Eles não gostam muito de quem estuda não, e falam logo, aqui não tem esse negócio de matar serviço ou chegar atrasado por causa de estudo não, sua prioridade tem que ser sempre o trabalho. (Ângela)

*Você tem que parar de estudar para levar os outros na escola.
(Alessandro)*

Aqui podemos perceber outra contradição nítida do capitalismo contemporâneo: o mesmo mercado que exige que os trabalhadores possuam um alto nível de qualificação profissional e uma alta escolaridade para poderem ocupar os postos de trabalho disponíveis dificulta (e no caso de Ângela impede mesmo) uma compatibilização entre os horários destinados ao trabalho e ao estudo. Resulta disso, um processo perverso que aponta para uma permanência constante desses trabalhadores na informalidade, na medida em que tem que “optar” pelo trabalho em detrimento do estudo.

Apesar de alguns trabalhadores terem associado alta escolaridade e boa qualificação profissional ao sucesso na procura por um trabalho formal, essa posicionamento não é unânime. Alguns relatos- sobretudo daqueles trabalhadores da construção civil- evidenciaram que em suas áreas de atuação, fatores como qualificação profissional e alta escolaridade possuem uma importância secundária no sucesso quando da procura por uma ocupação formal

*Para você encontrar um trabalho como o meu, não é preciso ter muito estudo, o que eles querem é um pessoa que dê conta do serviço.
(Ricardo)*

Aqui é importante que você dê conta do serviço, não importa se você estudou ou não importa que seja bom de serviço. (Bruno)

Essa questão pode estar associada ao deslocamento na percepção do trabalho, a mudanças nas relações pessoais como o trabalho. Como dizem Bajoit & Frassen apud Martins (2001)

Enquanto no modelo tradicional a realidade pessoal estava associada ao trabalho, hoje é o trabalho que tende a estar subordinado à realização pessoal, permanecendo entretanto como um elemento e um *locus* essencial, embora não exclusivo. Nesse sentido, não se trata tanto de uma rejeição ao trabalho, mas sim de uma reivindicação de um trabalho que tenha sentido para o próprio indivíduo e/ou que lhe deixe tempo para uma vida própria (BAJOIT & FRASSEN APUD MARTINS, 2001, p: 05. *Grifo do Autor*).

Essa mudança na concepção do trabalho associa-se a situação do mercado de trabalho na atualidade. Contrastando com um quadro de trabalho no passado, em que uma vez alcançado o posto de trabalho, este era visto como permanente e nela buscava-se realização e ascensão, a conjuntura atual é de grande mobilidade e instabilidade ocupacional. Diante do escasseamento do trabalho em tempo integral, presenciamos uma tendência a inserção em trabalhos atípicos, temporários, parciais e etc.

Outra questão evidenciada nos relatos dos trabalhadores do setor da construção civil foi a realização de qualificação profissional à parte dos estabelecimentos formais de ensino. Segundo os trabalhadores desse setor “você aprende é fazendo, no dia-a-dia”

Eu aprendi fazendo, olhando os outros fazerem...Hoje sou um profissional. (Arnaldo)

Comecei a trabalhar de servente, aí os pedreiros falaram porque você não aprende a mexer com ferro, dá muito dinheiro, e tem pouca gente que sabe... Aí pensei comecei a aprender e hoje sou um profissional na área. (Arnaldo)

O fato da obtenção de qualificação profissional por meio da experiência cotidiana, revela, uma vez mais, a versatilidade e capacidade de improvisação dos trabalhadores atuam na informalidade. Diante de um sistema educacional excludente e neoliberal (onde a oferta de qualificação é regida pelas necessidades do mercado) essa é a saída encontrada para a qualificação.

Essa forma de obtenção de qualificação profissional “clandestina”, feita fora dos estabelecimentos formais de ensino, revela que o planejamento e a rigidez dos horários característicos do sistema de ensino formal, dificulta a inserção e a permanência dos trabalhadores no mesmo, fazendo assim com que tenhamos um círculo vicioso, convergindo quase sempre para a permanência na informalidade. Dessa maneira, os trabalhadores não se inserem no mercado formal por falta de boa escolaridade e de qualificação profissional, ao mesmo tempo, não estudam e não se qualificam pelo fato da intermitência e da imprevisibilidade característica da informalidade dificultar-lhes a inserção e permanência no sistema oficial de ensino.

Aqui é preciso que nos atentemos para outro fator, as condições de ingresso e principalmente de permanência encontradas por esses trabalhadores nas escolas públicas: falta de professoras (e professores que faltam às aulas); professores

desestimulados, desinteressados e baixas expectativas na profissão que exercem (resultado das baixíssimas remunerações e da falta de valorização profissional da profissão); professores com formação precária e baixa qualificação; preconceito, por parte da administração escolar e de professores, diante de pessoas pobres e com dificuldades de aprendizagem, e, de fato, marcadas por experiências de fracasso escolar, sendo qualificados, não raro, como “marginais perigosos”, insubordinados e até deficientes mentais.

Dessa maneira são estigmatizados, classificados como impossíveis, casos perdidos, relegados a um destino de repetência e, finalmente de exclusão. Não são raras passagens do tipo “já que não dá para os estudos, que vá trabalhar”. No entanto, é dito que para trabalhar é preciso ter mais tempo de escola. Portanto, o descrédito, o desencanto e às vezes até a recusa pelo ingresso em estabelecimentos de ensino formais podem resultar, também, desses fatores.

Logo, não se pode deduzir linearmente que o desemprego e a informalidade, no Brasil, derivam unicamente do processo de reestruturação produtiva em curso desde os anos 1970. São também resultados de especificidades estruturais do subdesenvolvido capitalismo brasileiro que, combinado e complementar a processo de reestruturação produtiva, adotado num quadro de profunda recessão da economia, e de uma política econômica inibidora do desenvolvimento econômico, foram responsáveis pela ampliação do desemprego, pela da precarização e pela informalização do trabalho.

Nessa parte do trabalho procuramos relacionar a inserção/permanência na informalidade a falta de qualificação profissional e à baixa escolaridade. Excetuando-se os trabalhadores da construção civil, foram diversos os relatos que associaram o fracasso na procura por um trabalho formal a esses fatores. Não estamos querendo dizer com isso que há uma relação direta entre baixa escolaridade, falta de qualificação profissional e informalidade, bem como entre alta escolaridade, boa qualificação profissional e formalidade, a questão é bem mais complexa. Nosso objetivo foi apenas demonstrar como esses dois fatores contribuem para a inserção e permanência de parte dos trabalhadores palmas na informalidade.

Também não temos intuito de afirmar que a posse de alta escolaridade e boa qualificação profissional garante uma ocupação formal. Esse "sucesso" depende de

inúmeros outros fatores. Há várias ocasiões em que trabalhadores que atuam no setor informal possuem escolaridade e qualificação profissional superiores aos trabalhadores da formalidade. Nessas ocasiões a opção pela informalidade resulta de diversos outros fatores, entre os quais podem estar alguns dos que estamos aqui tratando.

5.4 Segurança e Remuneração

Neste tópico discutiremos as relações entre informalidade, segurança e remuneração. Para iniciar nossa tarefa esclarecemos que segurança aqui será tomada como garantia de permanência na atividade, garantia de uma ocupação por longo período de tempo. Os relatos evidenciaram uma questão de suma importância: apesar de muitos relatos terem estabelecido de uma relação linear entre formalidade, boa remuneração e segurança, isso não quer dizer que esses trabalhadores consideram o trabalho formal como mais vantajoso que o trabalho informal, essa relação é bem mais complexa.

A percepção de uma renda fixa foi apontada por vários trabalhadores como a principal vantagem do vínculo de trabalho formal. Notou-se que há para esses uma correlação direta entre trabalho formal, boa remuneração e segurança. Segurança no sentido de garantia de uma renda fixa, e, conseqüentemente, garantir do sustento familiar. Aqui se percebe como a segurança no trabalho está relacionada à ética do provedor. A garantia de trabalho por longo período de tempo é por consequência a garantia de sustento família pelo tempo equivalente.

Se eu arrumar um emprego com carteira assinada é bom, porque eu sei que todo final do mês eu vou ter aquele dinheiro fixo, pode ser pouco, mas é garantido... (risos)". (Bruno)

O trabalho com carteira assinada é muito melhor... Por exemplo, nesse serviço eu faço um financiamento para comprar um carro, depois o dono do carro resolve vender o carro, aí tó frito. (Rodrigo⁴⁴)

O senhor sabe né, quando a gente trabalha com carteira assinada, a gente tem a garantia de receber aquela quantia xis todo mês. (Maria)

⁴⁴ Rodrigo trabalha atualmente como taxista, porém com um carro de outra pessoa.

Com carteira assinada você tem uma renda garantida, (Arnaldo)

Esses relatos evidenciaram a percepção do trabalho formal como seguro e perene. Essas características, segundo os entrevistados possibilitam estabilidade e previsibilidade. Para eles, diferente do trabalho formal, o trabalho informal é caracterizado pela sazonalidade e intermitência, levando os que se ocupam de atividades nesse setor a viver em constante vulnerabilidade e instabilidade. Alves & Tavares apud Antunes (2006) revelam a imprevisibilidade das atividades informais, pelo fato de estarem atreladas às necessidades momentâneas do mercado

Há também os informais mais “*instáveis*”, recrutados temporariamente e com frequência remunerados por peça ou por serviço realizado. Eles realizam trabalhos eventuais e contingenciais, pautados pela força física e pela realização de atividades dotadas de baixa qualificação, como carregadores, carroceiros e trabalhadores de rua e serviços em geral. (ALVES e TAVARES, apud ANTUNES, 2006, p: 61).

No entanto, apesar de alguns trabalhadores terem associado segurança e boa remuneração ao estabelecimento de vínculo de trabalho formal, essas características não são suficientes para que eles o considerem mais vantajoso que o trabalho informal. Existem outras variáveis que “*pesam*” na opção pela permanência na informalidade. Fatores como intensificação e precarização- muitas vezes relacionados aos trabalhos formais-, remuneração, recusa à hierarquia e ao personalismo, são indispensáveis para analisar a escolha da atividade a realizar. Os relatos a seguir evidenciam como outras variáveis, além da segurança e boa remuneração, fazem diferença na escolha pela ocupação a desempenhar.

Aqui nós pode fazer outros serviços que surgem de repente, fazendo com nosso ganho seja maior do que se tivéssemos um trabalho fixo. (Possíveis relações com trabalho ilícito). (Joaquim)

Eu apesar de não ter uma renda fixa, não tô pensando em largar esse serviço aqui não, ganho muito melhor e meus finais de semana são livres... Risos. (Bruno)

Os relatos em questão, evidenciam como boa remuneração não está associada a trabalho formal. Aliás, baixa remuneração foi em algumas ocasiões o fator decisivo para

o abandono da formalidade. Portanto, traçar uma relação direta entre trabalho formal/boa remuneração não corresponde, pelo menos em nossa pesquisa, à realidade.

Semelhante à questão da remuneração, não se pode traçar uma relação direta entre trabalho formal/ atividade menos precária, aliás: menor intensidade e baixa precariedade das atividades informais se comparadas às formais, foram, muitas vezes, as motivações para a “escolha” e/ou permanência na informalidade.

Aqui eu trabalho menos. (Arnaldo)

Aqui podemos ficar sentidos, diferente lá do posto que eu ficava o tempo todo em pé. (Emerson).

Eu folgo nos finais de semana. (Ângela)

A percepção do trabalho formal como melhor remunerado, mais seguro, pode ter relação direta com a ética do trabalho (apesar de não fazerem juízo de valor entre trabalho formal e trabalho informal, para eles todas são trabalhos). A ética do trabalho orienta a aceitação do desempenho de uma atividade laboral como meio moralmente aceito de garantir o sustento familiar, mesmo diante da escassez cada vez maior de postos de trabalho e de uma dificuldade a cada maior de inserção massiva no mercado de trabalho formal

A ótica que vê no emprego um benefício a ser esperado de crescimento econômico é a ótica do capital que tende a se justificar socialmente com o fato de que oferece lugares de trabalho a numerosas pessoas. Do ponto de vista dessas pessoas, que se vêem obrigadas se esfalfar por toda vida em troca de uma remuneração quase nunca adequada, o privilégio de ter para quem vender sua força de trabalho é duvidoso. (SINGER, 1977, p: 10)

Diante da afirmação de Singer (1977), devemos ser cautelosos, não interpretando a inserção de trabalhadores na informalidade como opção, sob a ótica das “decisões individuais”. Esse tipo de visão é um tanto contraditória numa sociedade aonde a miséria e o desemprego vêm crescendo cada vez mais. O problema está no processo de desenvolvimento do país e no próprio modelo que o alimenta: concentrador de renda, poupador de mão-de-obra e etc. É evidente que muitos entrevistados não assumem a condição de desempregados, pois isso os estigmatiza, transferindo-lhes a responsabilidade por está condição. As formas de pensamento social adequadas ao modelo excludente, desenvolvem na consciência social a responsabilidade pela

marginalização. Deste modo, é comum ouvir afirmações, tais como: “desprivilegiados da sorte”; “prá quem quer trabalhar emprego tem”; “pró cara que sabe trabalhar emprego não falta”; “a questão do trabalho é uma questão de vontade”.

Aqui nossa intenção foi evidenciar as relações entre informalidade, segurança e remuneração. A primeira questão a ser destacada é o fato de muitos trabalhadores terem optado pela informalidade em virtude de uma melhor remuneração se comparada à atividades formais⁴⁵. Uma segunda constatação é a percepção do trabalho informal como mais seguro que o trabalho formal. Isso pode ser associado ao fato das "vagas" do trabalho informal não depender como os formais das intempéries do mercado⁴⁶.

5.5 Segregação Espacial Urbana

Antes de iniciarmos a discussão acerca da relação entre informalidade e segregação espacial urbana torna-se necessário esclarecermos a forma de abordagem de segregação espacial aqui utilizada. Compartilhamos da ideia de Sposito (2007) para quem segregação espacial “é o resultado de um processo de diferenciação que se desenvolve ao extremo e que leva, na cidade, ao rompimento da comunicação entre as pessoas, da circulação entre os sub-espacos, do diálogo entre as diferenças, enfim, conduz á fragmentação do espaço urbano”. Esse processo acaba por piorar as condições de vida da classe mais pobre à medida que dificulta (e na maioria das vezes impede mesmo) o acesso as infra-estruturas básicas como saúde, educação, saneamento, transporte público, mercado de trabalho formal e etc.

Vários foram os relatos que relacionaram a inserção /permanência no mercado informal em decorrência da proximidade dessa atividade ao local de residência. Esse fator é potencializado quando se trata de trabalhadores do sexo feminino. Esses, em

⁴⁵ Logicamente essa comparação deve ser feita considerando-se a natureza do trabalho que esses trabalhadores podem conseguir no mercado formal. Essa percepção passa necessariamente por questões com escolaridade e qualificação profissional

⁴⁶ Apesar de a informalidade ter relações com as questões macroeconômicas, essa relação não é orgânica como ocorre com a formalidade. Aliás, como temos defendido ao longo desse trabalho, a intensificação do processo de informalização é resultado da incapacidade do mercado de trabalho formal de absorver a mão-de-obra crescente a cada dia.

nossa cultura patriarcal, responsáveis pelo cuidado com as crianças, sobretudo, menores de cinco anos, “optam” por ocupações próximas à suas residências, visto que isso possibilita, um maior tempo de convivência ao lado da prole.

Até que eu pego o ônibus e chego lá no centro já são quase nove horas, já passou da hora de entrar e muito... Não dá para vir almoçar em casa por causa da lonjura... Quem vai levar as crianças na escola?(Maria)

Tem também o negócio da lonjura, nós aqui tem que pegar três ônibus para chegar lá no centro, então se eu entrar sete horas da manhã, eu tenho q sair de casa no mínimo às cinco... Aqui não eu trabalho perto de minha casa. (Bruno)

Esses relatos tornam evidente a fundamental importância da segregação espacial na decisão pela inserção/ permanência na informalidade. Dizeres como “moro perto” e “aqui é perto de minha casa” são contundentes nesse sentido. Aliada há uma prestação de serviço de transporte público de péssima qualidade, a importância da segregação espacial na “decisão” pela informalidade, torna-se notória. Bassul (2002) revela os efeitos perversos da segregação espacial para a população de baixa renda,

A dificuldade do acesso a terra tem sido fator determinante de carências e desigualdades sociais. Nas cidades, os altos preços do solo urbanizado determinam a segregação populacional por estratos de renda e impõem ônus sociais inversamente proporcionais à capacidade de pagamento de quem os suporta. Obrigados a buscar alojamento em áreas distantes e precariamente providas de serviços públicos, são exatamente os mais pobres os que arcam com os custos mais elevados de transporte e de acesso a bens e serviços urbanos. Se a propriedade fundiária dividiu os homens, hoje é vez das cidades, que exclui aqueles que as fizeram e nelas buscam abrigo. (BASSUL, 2002, p.01)

Para além das justificativas corriqueiras que relacionam a emergência da informalidade estritamente a novas formas de produção e de relações de trabalho, (aumentam assim o contingente de trabalhadores autônomos, por exemplo, por meio do processo de terceirização), à realocação de mão-de-obra de setores tradicionalmente com maior grau de formalização (indústria de transformação) para setores com maior grau de informalidade (serviços e comércio) – terceirização do emprego e a fatores institucionais associados ao sistema de seguridade social e à legislação trabalhista, incentivando o estabelecimento de relações informais de trabalho entre as empresas e os

trabalhadores, existem outros vários fatores que podem nos auxiliar na compreensão desse universo tão complexo, a segregação espacial é um desses fatores, como afirma Maricato:

A segregação urbana ou ambiental é uma das faces mais importantes da desigualdade social e parte promotora da mesma. À dificuldade de acesso aos serviços e infra-estrutura urbanos (transporte precário, saneamento deficiente, drenagem inexistente, dificuldade de abastecimento, difícil acesso aos serviços de saúde, educação e creches, maior exposição à ocorrência de enchentes e desmoronamentos etc.) somam-se menos oportunidades de emprego (particularmente do emprego formal), menos oportunidades de profissionalização, maior exposição à violência (marginal ou policial), discriminação racial, discriminação contra mulheres e crianças, difícil acesso à justiça oficial, difícil acesso ao lazer. (MARICATO, 2003, p: 152)

Essa consideração da importância do espaço urbano na análise da informalidade, advém da abordagem desse como resultado, e ao mesmo tempo elemento, da produção social. Essa postura parte da concepção de que o espaço urbano não é neutro, mas produção de um agente específico, conforme Carlos (1994, p: 46) “a categoria determinante capaz de dominar e organizar o espaço a partir de um ponto espacial- a metrópole- é o capital”. O capital transforma a cidade através de seus trabalhadores e assim como em qualquer outra relação capital/ trabalho, o produto do trabalhador é um objeto alheio aos seus interesses.

Da consideração do espaço como produto social decorre a importância da análise do espaço urbano em toda a sua integralidade, considerando-o como parte de sua totalidade, sendo assim, parte ativa na (re) produção deste, visto que: a segregação tem outra característica condizente com nossa desigualdade, o enorme desnível existente entre o espaço urbano dos mais ricos⁴⁷ e dos mais pobres. Partindo dessa premissa, concordamos com Villaça (2011)

Nenhum aspecto do espaço urbano brasileiro poderá ser jamais explicado/ compreendido se não forem consideradas as especificidades da segregação social e econômica que caracteriza nossas metrópoles, cidades grandes e médias. (VILLAÇA, 2011, p: 01)

⁴⁷ Riqueza aqui está considerada em sua acepção mais simplista, aquela que a identifica como posse de bens materiais.

Essa ideia de espaço social, caracterizando-o como produto e, ao mesmo tempo produção social, também é defendida por Levy apud Oliva (2001)

O espaço é, portanto, notadamente, uma dimensão do social. Ele possui as mesmas características que as outras dimensões: parcial e global, transversal, dispondo de uma igual potencialidade, logo, legitimamente cognitiva. O espaço está dentro da sociedade e da expressão 'relação espaço/ sociedade' deve ser concebida como uma relação de uma parte com o todo, do mesmo modo que política/sociedade e indivíduo/sociedade. (LEVY apud OLIVA, 2001, p: 04).

Apesar de resultar de uma ação programada do capital que dita suas regras de expansão, a conformação do espaço urbano também resulta de interferências do poder público. Ele se (re) produz por meio da dialética entre esses dois agentes estruturantes

[...] o urbano reproduz-se, de um lado, de forma “espontânea, no jogo livre do mercado [...] e de outro, “planejada”, na medida em que o estado passa a intervir cada vez mais na produção da infra-estrutura ou na criação de leis de zoneamento urbano. (CARLOS, 1994, p:189)

A atuação do poder público municipal⁴⁸, constitucionalmente responsável pelo disciplinamento do uso do solo urbano, aliada à atuação do capital, vai atuar por meio de estatutos, leis e normativas na conformação e na (re) produção do solo urbano. A importância do ente municipal na configuração do espaço urbano é discutida por Maricato (2003). Essa autora faz uma correlação entre o surgimento de leis de disciplinamento do uso do solo urbano e as necessidades de atendimento dos interesses do capital, representados pelo capital imobiliário

A legislação urbana não surgirá senão quando se torna necessária para a estruturação do mercado imobiliário urbano, de corte capitalista. Os Códigos Municipais de Posturas, elaborados no final do século XIX tiveram um claro papel de subordinar certas áreas da cidade ao capital imobiliário acarretando a expulsão da massa trabalhadora pobre do centro da cidade. A nova normatividade contribui para a ordenação do solo de uma parte da cidade mas também contribui, ao mesmo tempo, para a segregação espacial. (MARICATO, 2003, p: 153)

⁴⁸ A atual discussão acerca da proposta de expansão do Plano Diretor de Palmas é um exemplo contundente da importância da atuação do poder público na configuração espacial do espaço urbano.

De acordo com os relatos podemos perceber como a segregação espacial possui relação com a inserção/permanência de trabalhadores na informalidade, especialmente quando estudamos as grandes e médias cidades brasileiras, repositórios por excelência das agruras dessa “chaga” social. Mais uma vez é preciso uma advertência: não estamos aqui dizendo que todos aqueles que residem distante do centro das cidades atuam na informalidade. Existem, por exemplo, casos em que pessoas com alto poder aquisitivo que atuam na formalidade, moram distantes dos centros urbanos em chácaras, sítios e etc. Como também há casos de trabalhadores informais residentes no centro das cidades. Não há uma relação direta entre residir distantes dos centros urbanos e atuação na informalidade, o contrário também é verdadeiro. No entanto, essa ressalva não esvazia a importância da segregação social na opção dos trabalhadores pelo ingresso/permanência na informalidade.

....

As trajetórias analisadas nessa pesquisa demonstram a complexidade e a diversidade da questão do trabalho no mercado informal. São diversos os arranjos utilizados pelos trabalhadores para garantir sua sobrevivência e de seus familiares. Pudemos observar através dos relatos, a grande flexibilidade e criatividade com que os entrevistados conseguem converter as mais diversas situações cotidianas em oportunidades de geração de renda.

Pudemos perceber também, o quão é complexo o universo de variáveis que contribuem para a inserção e a permanência no mercado de trabalho informal. Os valores de uma cultura de honestidade e retidão na conduta laboriosa são percebidos em todas as trajetórias, ainda que em diferentes intensidades.

Outra questão relevante se trata da heterogeneidade das justificativas para a percepção do trabalho informal como “melhor” que o trabalho formal. Questões de ordem ética e moral; sobretudo aquelas relacionadas ao cuidado com as crianças, (notadamente quando essas têm idade inferior a cinco anos de idade), de ordem familiar, e também de ordem geracional, são preponderantes nesse sentido. Outra questão relevante é a inexistência de paradoxo entre trabalho formal e trabalho informal, aparecendo, ao contrário, como atividades complementares.

Em quase todos os depoimentos podemos perceber que a procura por um vínculo de trabalho formal, não se configura em condição para o abandono do vínculo com o trabalho informal, apesar de este ser classificado como mais “seguro”. Além de ser tido como um garantidor de ocupação, em termos da capacidade de absorção de mão-de-obra, principalmente por independer de qualificação profissional, o trabalho informal é, em muitas ocasiões, percebido como economicamente mais vantajoso.

A complementaridade entre o trabalho formal e trabalho informal, revelou se notória, eliminando quase que completamente qualquer relação paradoxal. Essa constatação se torna de fundamental importância, principalmente na orientação quando da elaboração de políticas públicas de combate ao desemprego e a informalidade.

As situações se combinam com as variadas maneiras de adesão aos valores da cultura do emprego e da ética do trabalho, e às diferentes intensidades das relações pessoais e dádiva na vida do trabalhador, resultando assim, em diferentes arranjos, avaliações e perspectivas diante das posições de trabalho ocupadas. Pode-se chegar a afirmar, com base nos relatos de alguns dos entrevistados, que a adesão a esses valores se modifica de acordo com as experiências vividas por cada um nos distintos momentos de suas trajetórias.

Os relatos dos entrevistados a respeito do trabalho informal e suas mudanças de acordo com as experiências vividas, evidenciam a presença de certa racionalidade na estruturação das trajetórias de trabalho. Diante das atuais configurações do mercado de trabalho na atualidade, e da consequente dificuldade em arranjar emprego, os trabalhadores não se posicionam de forma ingênua; tem conhecimento do que os mercados de trabalho formal e informal são capazes de oferecer-lhes, sabem o que perdem e o que ganham em um cada deles. E é com base nesses conhecimentos, mesclados com os valores da cultura do emprego, da ética do trabalho que são traçadas suas trajetórias de vida.

A conjugação de todos esses fatores (a maneira de aderir à cultura do emprego e à ética do trabalho; maior ou menor presença de redes de sociabilidade) produz diferentes avaliações a respeito das atividades informais. Além de existir diversas formas de se inserir no mercado de trabalho, é revelada uma gama de significações a respeito das posições ocupadas.

Há diferentes concepções a respeito do trabalho formal e trabalho informal. Apesar de atuarem na informalidade, estando, dessa maneira, excluídos dos direitos inerentes ao vínculo formal de trabalho, os trabalhadores informais não se consideram desempregados. Isso pode relacionar-se ao fato de não considerarem o trabalho informal como menos vantajoso que o formal.

Infere-se variações nas diversas maneiras como as pessoas vêem o trabalho no mercado informal em suas vidas e também os direitos sociais a ele associados. O estabelecimento de um vínculo de trabalho formal pode ser mais ou menos desejado, mais ou menos acessível, pode haver maior ou menor seletividade com relação aos trabalhos no mercado formal que realizara e os informais em que atuam; maior ou menor desejo de emprego, e etc. E, como as análises das trajetórias individuais mostraram, essas distinções estão intimamente relacionadas à adesão aos valores da cultura do emprego e da ética do trabalho, resultando assim em diferentes visões do que é “certo” e do que é “errado”, do que é trabalho de “verdade” e do que é trabalho precário, do que ilegal e imoral e etc.

Nos relatos que explicitarão desejo pelo estabelecimento de um vínculo de trabalho formal, concomitantemente, foram relacionados os obstáculos que dificultam a obtenção de êxito nessa empreitada: a falta de qualificação profissional e baixa escolaridade⁴⁹. Apesar de alguns trabalhadores ter relatado a precariedade do trabalho informal, isso não significa para eles que o trabalho formal seja menos precário. Há falas em que a certeza da precariedade e baixa remuneração do trabalho formal é marcante: *“com esse estudo que eu tenho, acho difícil conseguir um trabalho melhor e que eu ganhe mais do que ganho aqui” (Bruno)*. Dessa maneira, depreende-se que não há o estabelecimento de uma relação direta entre trabalho informal /precariedade, bem como entre trabalho formal/ menos precariedade, como também entre trabalho formal/ boa remuneração e trabalho informal/ remuneração ruim.

Em relação aos trabalhadores informais que se autodenominaram autônomos, podemos perceber uma forte relação de compromisso com a atividade, chegando-se a se compararem com a rotina dos trabalhadores formais. Essa semelhança entre trabalho

⁴⁹ Exceto os trabalhadores do setor de construção civil para quem fatores como qualificação e alta escolaridade possuem um papel secundário no sucesso/fracasso da procura por uma ocupação formal

autônomo e trabalho formal ancora-se em certas semelhanças descritas pelos entrevistados, como a constância do trabalho e de renda⁵⁰. Essa postura pode ser percebida na fala de Cristiane e Maria. Para elas o trabalho como autônomo possui um *status* superior aos “*bicos*”. O estabelecimento desse caráter superior que os trabalhadores autônomos conferem ao seu labor pode estar relacionado a uma noção de profissão.

Maria também se refere ao seu trabalho de vendedora como “*por conta própria*”, conferindo-lhe um caráter de profissão. Essa designação é ancorada nos “*investimentos*”⁵¹ que faz no seu negócio e na crença em possuir uma capacidade peculiar para exercer a profissão, justificado pela fidelidade de sua clientela. Parece que o fato de fixarem em uma atividade específica no mercado de trabalho informal, também constitui um diferencial em relação àqueles que também atuam na informalidade, mas que costumam desempenhar uma variedade de atividades.

Alessandro, por exemplo, já desempenhou atividades na área de construção civil, no entanto não possui tanto conhecimento nessa atividade como Alex e Bruno. Ele se dedica menos a elas, já tendo experimentado várias outras atividades, como borracheiro e caixa de supermercado. Cristiane, apesar de trabalhar a certo tempo como doméstica para uma mesma família, sua versatilidade (trabalha também como vendedora de refeições na feira aos domingos), revela sua capacidade de transformar as mais diversas situações cotidianas em oportunidades de geração de renda.

Aliás, essa capacidade de geração de renda independentemente da atividade desempenhada, se revelou constante no relato dos entrevistados. Eles possuem uma multiplicidade de táticas de sobrevivência, acionadas e selecionadas de acordo com a necessidade e as oportunidades surgidas a cada momento da vida. Com exceção de Ricardo e Alex, os trabalhadores entrevistados relataram encontrar-se em constantes situações de necessidade. A garantia da sobrevivência é garantida pela grande capacidade de versatilidade, e pela capacidade de transformação das mais diversas

⁵⁰ Para elas essas características dão um tom de “formalidade” ao trabalho que desempenham. Essa é uma questão interessante, pois define outros critérios para a definição de informalidade, que não apenas a questão legal.

⁵¹ É dessa forma que ela denomina o aumento na quantidade de produtos vendidos.

situações em oportunidades de geração de renda por meio de táticas de sobrevivência. Apesar desse “se virar”, eles vêm-se a todo momento presos às circunstâncias, impossibilitados de lançar um olhar distanciado para enxergar novas soluções.

Apesar de se diferenciarem quanto à adoção de estratégias e táticas de sobrevivência, todos os nossos entrevistados relatam conseguirem, de uma maneira ou de outra, sobreviver por meio das atividades realizadas no mercado de trabalho informal. Nessa tarefa, as relações pessoais e a dádiva desempenham um importante papel.

Além da revelação de garantia de sustento familiar por intermédio da atuação na informalidade, com o uso das mais diversas táticas de sobrevivência, ficou explícito também que uma regularidade no desempenho das mesmas atividades, se configura numa medida de garantia de provimento do sustento familiar. Isso ficou evidenciado na fala daqueles desempenham as mesmas atividades com certa regularidade. Elas acreditam que essa condição lhes dá um caráter de melhor amparados.

Nesse caso, a abundância de trabalhos conseguidos e a marcante presença da dádiva, não somente na obtenção dos trabalhos, mas também nas relações de trabalho com seus clientes, implicam uma distinta avaliação de outras formas de inserção no mercado informal. Este é percebido como possibilidade de experimentar uma maior pessoalidade nas relações de trabalho, as quais são, então, vividas como muito mais gratificantes, prazerosas e dotadas de significado.

Segundo Nicolas (2002), as trocas por meio da dádiva comportam um aspecto libertador, em oposição à alienação imposta pelo mercado. Ele reforça que é por meio da dádiva, que os “parceiros da troca recriam as condições de uma existência “digna de ser vivida”. (NICOLAS, 2002. P: 60)

Não obstante a presença de uma forte teia de relações interpessoais cimentadas pela dádiva são também estabelecidos contatos com a intenção de se conseguir trabalho e clientes. Rodrigo e Maria demonstram através de seus relatos, a necessidade de manter contatos pessoais

“Se não tiver comunicação, te garanto você pára, você trava. Tem que ter, tem que ter diálogo, comunicação, você tem que ter amizades, não importa a

natureza delas, quase sempre elas ajudam, e muito. Aí você pode até pensar é por interesse, sim interesse pela sobrevivência”

Contatos pessoais se revestiram de fundamental importância na garantia de sustento familiar. A evidência aqui atribuída à dádiva tem a função de chamar atenção para a possibilidade de construção de relações mais humanizadas, solidárias e gratificantes entre os trabalhadores que atuam no mercado informal, valores esses que se contrapõem à impessoalidade e às relações de exploração e humilhação comumente encontradas no mercado formal.

Mesmo entre aqueles que sonham em conseguir uma ocupação no mercado formal, sonho esse ancorado principalmente na crença da possibilidade de realização de um planejamento a longo prazo, foi percebida, uma orientação de vida baseada na ética do provedor. Repetimos novamente: é esta espécie de “obrigação moral” que faz com que esses trabalhadores se submetam às mais precárias e intensas condições de trabalho.

Movidas pela necessidade da sobrevivência e pela contribuição que o trabalho informal tem tido nesse sentido, os valores da cultura do emprego ficam esmaecidos na trajetória desses trabalhadores, não há tanto desejo de aderir ao mercado formal e suas estratégias e táticas de sobrevivência não passam pela busca do emprego. É essa percepção que faz com que eles não vejam o trabalho no mercado informal como precariedade.

Não há, com essas constatações, a intenção de idealizar o mercado de trabalho informal como positivo, já que ele é em grande medida precário e instável por uma parcela considerável dos entrevistados. O “se virar”, por si só já demonstra o quanto esse tipo de ocupação é paliativo. Também não é pretensão aqui idealizar a dádiva como garantia de segurança, somos conscientes de que ela também pode ter efeitos perversos. Porém, é necessário salientar que nesse mundo invisível não há apenas precariedade, como poderíamos supor e costumamos perceber. Há também muita vida, capacidade criativa e solidariedade.

Não há apenas múltiplos arranjos criados pelos trabalhadores para geração de renda que vão além das configurações mais reconhecidas e visíveis no mercado informal, há também maneiras de se relacionar bem diferentes das que acostumamos

observar no mercado de trabalho formal e, que permanecem, em grande medida, desconhecidas para a sociedade em geral. Estamos diante de pessoas que cotidianamente no mercado invisível, inventam e reinventam modos de sobrevivência com os maiores e menores recursos ao seu alcance.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa dissertação pode ser entendida como pertencente a dois grandes grupos de pesquisadores. O primeiro é daqueles que enxergam no trabalho, como bons discípulos do velho Luckás, a categoria ontológica do ser social. Por meio do trabalho nos tornamos humano, é o trabalho “a categoria ontológica do ser social”. Não trabalho

alienado como presenciamos na maioria das atividades laborais de hoje, mas trabalho emancipado. Nas palavras do mestre: “O trabalho como categoria fundante do ser social, como atividade permanente e imanente da própria existência humana e impulsionador para a dinâmica da vida em sociedade”.

O segundo grande grupo refere-se aqueles para quem a informalidade é resultado, sobretudo, das mudanças na estrutura reprodutiva do capital, não somente delas, mas principalmente delas. Dentre desse grupo há aqueles que podem ser denominados de “estruturalistas”, por crerem que a informalidade é apenas uma seqüela, desajuste estrutural, momentâneo, anomalia do capitalismo, que tendem a desaparecer com o tempo. Não pertencemos a esse grupo.

Acreditamos sim: a informalidade resulta de alterações na organização produtiva do capital, e, por conseguinte na forma de reprodução do capital, materializada em diversas formas como, por exemplo, diferentes formas de gestão e de produção das empresas, mas é algo para, além disso, sobretudo, quando estamos nos tratando de pequenas e médias cidades, como é o caso desse estudo.

A informalidade se reveste de extrema complexidade, tendo inúmeros matizes e roupagens conceituais. Variáveis como a especificidade da expansão capitalista do país, o papel do Estado, o nível tecnológico, a geração e distribuição de renda, o perfil cultural e demográfico, entre outras, alimentam discussões e controvérsias no sentido de fornecer subsídios à heterogeneidade das formas que essa dinâmica econômica representa.

Diante dessa complexidade, necessitamos considerar singularidades e particularidades. Sem essa visão integradora, corre-se o risco de produzirmos análises descoladas da realidade. Com uma postura universalizante ao invés de cumprir a tarefa de ajudar a explicitar as diferentes dinâmicas, obscurecemos - as por considerá-las somente como manifestações de generalidades. Dalsoto & Tedeso (1995) nos chamam atenção nesse sentido:

O setor informal terá que ser visto, adicionalmente, também como uma construção social, que passa por dinâmicas econômicas singulares, representativas do âmbito das conjunturas e das histórias locais. (DALSOTO & TEDESCO, 1995, p: 83)

A ausência de dados, de metodologias e de conceituações mais apropriadas, a falta de um referencial teórico mais conciso, que contemple as matizes heterogêneas daquilo que se convencionou chamar de setor informal, dificultam a potencialização e a apreensão mais abrangente de todas as atividades econômicas que aí operam. Desse modo, abre-se espaço para criação, redefinição e reformulação de categorias analíticas indutoras de procedimentos metodológicos que permitam caracterizar conjunto de atividades informais, agrupá-las, compará-las e perceber sua dinâmica em realidades histórico-espaco- temporais específicas. É essa a contribuição que esperamos ter dado com o estudo da informalidade na cidade de Palmas. Não que a realidade aqui seja universal, mas

O local, o específico poderá tomar amplitude maior, na medida em que é expressivo de um conjunto de relações complexificadas por uma realidade sócio-econômica de determinações históricas mais amplas. (AZEVEDO, 1985, p: 160).

Utilizamos a entrevista direta com os trabalhadores informais por cremos que ninguém melhor que eles para expressar suas vontades, trajetórias de vida, paixões, ideias, externar um conjunto de valores orientadores de atitudes e de ações. Esse tipo de pesquisa tem problemas. Às vezes não encontramos disposição para conversa, em outras sabemos que há um esforço por parte dos sujeitos para que deponham de acordo com as vontades do pesquisador, já em outras ocasiões percebemos um esforço no sentido de obscurecer suas ações através de relatos enviesados, distorcidos e contraditórios. Mas, ainda assim, acreditamos ser a melhor maneira de compreendermos o universo social.

O universo denominado homogeneamente de mercado de trabalho formal é muito mais que um agrupamento de pessoas que ganham a vida nas grandes cidades prestando serviços à revelia do poder público. Ele é meio de vida, meio de afirmação social, possibilidade de uma vida melhor, afastamento de precariedade e intensidade (típicas do trabalho formal nos dias de hoje): é o *locus* onde se produz sociabilidades, amizades, amores, fracassos, sucessos.

A informalidade apresenta-se como um universo complexo e extremamente heterogêneo. Mesmo sabendo das dificuldades de categorização que isso impõe, nos propusemos a agrupar os relatos em cinco categorias-chaves. Não que as categorias comportem todos os relatos, e muito menos, que não possam ser estabelecidas várias

outras categorias. Empreendemos apenas um esforço objetivando tornar os relatos compreensíveis por meio de exercício meramente didático.

As categorias não são, em hipótese alguma, fechadas e inflexíveis, elas perpassam umas às outras e são de uma transversalidade enorme. Muitas delas se confundem. Esse exercício didático resulta de uma visão particular de dois pesquisadores, com suas ideias, crenças, valores, ideologias e posturas teóricas, científicas e políticas específicas. Vários podem ser as categorias enxergadas por outros pesquisadores, como também podem ser elencadas categorias diversas, divergentes daquelas aqui elencadas.

Esclarecemos ainda que estudar a informalidade, entendendo-a como manifestação da relação capital/trabalho no capitalismo contemporâneo, nos permite traçar um desenho das repercussões da reestruturação produtiva do capital, em suas distintas e interdependentes faces, sobre a força de trabalho. Isso porque a reprodução social dos trabalhadores da informalidade está diretamente ligada às transformações impostas pelo capital.

Enfim a complexidade não comporta simplismos. Para compreendê-lo faz se necessário a utilização das trilhas da humildade. É preciso o despertar de uma razão sensível, capaz de compreender um mundo obscuro inexplorável por meio das orientações da razão racionalizante. Muito ainda há que ser pesquisado, para nos aproximarmos da compreensão e, sobretudo, interpretação dessa realidade plural. Tivemos o privilégio de poder fazer um curso de pós-graduação em nível de mestrado, numa universidade federal, pública, aqui em nosso local de origem. Há poucos anos atrás, isso era impossível.

Isso traz a possibilidade de estudarmos a nossa realidade, e paralelamente, fazermos comparações, exercícios analíticos, utilizando o cotidiano que nos rodeia. Constatações como as descritas nessa pesquisa, que só temos conhecimento através da extrapolação dos muros enclausuradores da academia, e do debruçamento sobre os fatos sociais através da análise de suas manifestações reais, convida-nos a refletir acerca da necessidade de uma verificação profunda da capacidade explicativa dos fenômenos sociais que rogam ter as grandes teorias estruturantes. Ou pelos menos, nos aproximar o

mais próximo possível da concretude dos fenômenos sociais, tomando-os pelo que são em si próprios, sem pretender fazer com que encaixem-se, num molde preestabelecido. Isso quase sempre leva-nos a atitudes visando à construção de rápidas improvisações para que novas descobertas correspondam a um sistema teórico construído.

Talvez, estejamos no mais do que nunca, no momento de refletir acerca das palavras do sociólogo francês Michel Maffesoli, quando nos convida a produzir “um saber que não violenta, de modo prometício, o mundo social e natural, que não conceituaria, sem precauções, aquilo que é observado, mas, ao contrário, que se contenta em levar em conta, de um modo acariciante, o dado mundano enquanto tal”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Marcelo de Paiva. **O Brasil na rodada Uruguia do GATT: 1982-1983**. Texto para Discussão. Nº 301. Departamento de Economia da PUC- Rio de Janeiro. Janeiro de 1997, P: 01-26.

AGLIETTA, Michel. **“Regulación y crisis del capitalismo”**. México, Siglo Veintiuno Editores, 6a edición, 1999. Tradução de Marcos Paulo da Silva.

ALMEIDA, Adriana Sousa de. **Desemprego e Precarização das condições de trabalho nos países avançados.** *Dissertação de Mestrado.* Instituto de Economia, UNICAMP, 2003.

ALMEIDA, Filipe Jorge Ribeiro de & SOBRAL, Filipe João Bera Azevedo. **O sistema de valores humanos de administradores brasileiros: adaptação da escala PQV para o estudo de valores no Brasil.** RAM – Revista de Administração Mackenzie, v. 10, n. 3 São Paulo, SP. mai./jun. 2009. ISSN: 1678-6971.

ALVES, Giovanni. **O novo (é precário) mundo do trabalho.** São Paulo: Boitempo, 2000.

ALVES, M. A; TAVARES, M. A. **A dupla face da informalidade do trabalho: “autonomia” ou precarização.** In: Ricardo Antunes (org). *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil.* São Paulo, SP. Boitempo, 2006.

ALVES, Giovanni. **O novo (é precário) mundo do trabalho.** São Paulo: Boitempo, 2010.

ANDRADE, A. S. C. **Trabalho feminino e desvantagem social: Diferenciais de raça e cor no emprego doméstico.** XIV Encontro Nacional de Estudos Populacional, ABEP.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo (SP), Boitempo Editorial, 1999.

ANTUNES, Ricardo. **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil.** São Paulo: Boitempo, 2009.

ANTUNES, Ricardo. **Sentidos do Trabalho:** Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2ª Ed. 10ª Reimpressão. São Paulo: Boitempo, 2009.

ANTUNES, Ricardo. **Os modos de ser da Informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho?** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 107, p. 405-419, jul./set. 2011.

AZEVEDO, Beatriz R. **Emprego, Desemprego e Sub-emprego: uma revisão da literatura crítica.** *Ensaio* FEE. Porto Alegre. V. 06. Nº 01. P: 155-168. 1985.

BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

- BECK, U. **A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva.** In: BECK, U. & GIDDENS, A. & LASH, S. (orgs). **Modernização reflexiva.** São Paulo: Editora da UNESP, cap.1, p: 11-68, 1997.
- BENKO, Georges. **Economia, Espaço e Globalização na aurora do século XXI.** Tradução de Antonio de Pádua Danesi. 3ª Edição. São Paulo: HUCITEC/ANNABLUME. 2002.
- BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma – desestruturação do estado e perda de direitos.** São Paulo. Cortez, 2003.
- BASSUL, José Roberto. **Reforma urbana e Estatuto da Cidade.** EURE (Santiago): 2002. Vol. .28, n.84 [09 abr. 2004], p.133-144. Disponível em :<http://www.scielo.cl/scielo>. Acesso em 28 de Fevereiro de 2012.
- BRAGA, Ruy. **A restauração do capital: um estudo sobre a crise contemporânea.** São Paulo, Editora Xamã, 1997.
- BRETTAS, Tatiana. **Os fundamentos do processo de financeirização no capitalismo contemporâneo.** O Comuneiro, Nº 12, Março de 2011.
- BRUNHOFF, Suzanne. **A hora do mercado: crítica do liberalismo.** São Paulo, Editora Universidade Estadual Paulista, 1991, p.154.
- BOSI, A. **Dialética da colonização.** São Paulo: Editora, 1995.
- BURAWOY, M. **A Transformação dos regimes fabris no capitalismo avançado.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, Rio de Janeiro: Vértice/ANPOCS, nº 13, p. 30-49, Junho: 1990.
- CACCIAMALI, Maria Cristina. **Globalização e processo de Informalidade.** Economia e Sociedade, Campinas, Ps. 153-174 Jun: 2000.
- CACCIAMALI, M. C. **Conceitos sobre o setor informal, reflexões parciais, embora instigantes.** Comentários ao artigo. Econômica (Niterói), v. 9, p. 145-168, 2007.
- CAMARANO, Ana Amélia. **Envelhecimento da População Brasileira: Uma contribuição demográfica.** In: Guia SERASA de Orientação ao Cidadão. Ed. Dezembro 2003. São Paulo-SP, p. 6-15.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade.** São Paulo. Contexto. 1994.

CASTELLS, Manuel **A Sociedade em Rede**, Vol. I de A Era da informação: Economia, Sociedade e Cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999 a.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano – I. Artes de fazer**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1994.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

COSTA, Maria da Silva. **Trabalho informal: um problema estrutural básico no entendimento das desigualdades na sociedade brasileira**. Caderno SRH, Salvador, V. 23. Nº 58, P- 171-190. Jan./Abril/2010. FABRINI, J. E. **Contradição como Parâmetro de Compreensão da Existência Camponesa**. UNIOESTE, 2004.

DALSOTO, João Carlos & TEDESCO, Adelar. **Desvendando o invisível: Considerações introdutórias acerca da informalidade**. Revista Teoria e Evidência Econômica. Ano 3. Nº 5. P: 79-105. Maio de 1995

DRAIBE, Sonia & Wilnês HENRIQUE. **Welfare State, crise e gestão da crise**. IN: Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol. 03, Nº 06, São Paulo: ANPOCS, 1988. P53-78.

FALEIROS, Vicente de P. **A política social do Estado Capitalista: as funções da Previdência e Assistência social**. 8ª Ed. São Paulo, Cortez, 2000.

FARIAS Glauco & PIRES, Thalita. **O Trabalhador ligado 24 horas**. In: Revista FÓRUM. Nº 98. Ano 9, Maio de 2011.

FEIJO, Carmem Aparecida & SILVA, Denize Britz do Nascimento e & SOUZA, Augusto Carvalho de. **Quão Heterogêneo é o setor informal Brasileiro? Uma proposta de Classificação de Atividades baseada na ECINF**. Revista de Economia Contemporânea, Rio de Janeiro, V.13, Nº 02, P. 329-354, Maio/ Ago. 2009.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FIORI, J. L. **Globalização, hegemonia e império**. In: TAVARES, M. C.; FIORI, J. L. (Org.). Poder e dinheiro. Uma economia política da globalização. Petrópolis: Vozes, 1997.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução de Joice Elias da Costa. 3ª Edição. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro, 1989

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo, Edições Loyola, 6ª edição, pp. 117-184, 1996.

HILFERDING, Rudolf. **O capital financeiro**. São Paulo, Nova Cultural, 1985.

HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. 26ª Ed. São Paulo, Companhia das Letras: 1995.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 2ª ed. Ed. Cortez. São Paulo: 1998.

KOWARICK, Lúcio. **Viver em risco — sobre a vulnerabilidade no Brasil urbano**. Escritos urbanos. São Paulo: Editora 34, 2000, pp. 108-110.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Zahar. Rio de Janeiro, 1986, pg. 25.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole, legislação e desigualdade**. Estud. av. vol.17 N° 48 São Paulo Mai/Ago. 2003.

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. **O processo de reestruturação produtiva e o jovem trabalhador: *conhecimento e participação***. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, São Paulo 13 (2): 61-87, Novembro de 2001.

MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo, Abril Cultural, Coleção Os Economistas, volume I, tomo 2, 1984.

MARX, Karl; Friedrich Engels. **A ideologia alemã**. 8ª ed. São Paulo-SP: Aucitec, 1991.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**, L.I., v.1 e v.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MOREIRA, R. **As novas noções do mundo (geográfico) do trabalho**. Rev. Ciência Geográfica, (Seção Bauru/AGB), Ano VII- Vol. III nº-20, setembro/dezembro de 2001, p.10-13.

NEVES, José Luis. *IN: Cadernos de Pesquisa em Administração*. São Paulo, V. 01. Nº 03. 2º Semestre/ 1996. Disponível em: <http://www.ead.fea.usp.br/cad-pesq/arquivos/C03-art06.pdf>. Acesso em 11/11/11.

NICOLAS, G. **O dom ritual, face velada da modernidade**. *IN: MARTINS, P. H. (org.). A dívida entre os modernos: discussão sobre os fundamentos e as regras do social*. Petrópolis: Vozes, 2002.

NORONHA, Eduardo G. **“Informal”, Ilegal, Injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 18 nº. 53 outubro/2003.

NOVAIS, Liliane Capilé Charbel. **Crianças em situação de rua: trabalho e estratégias de sobrevivência**. *Dissertação (Mestrado)* - Universidade Federal da Paraíba, 1996.

(OIT). Organização Internacional do Trabalho. **Manual de Capacitação e Informação sobre Gênero, Raça, Pobreza e Emprego**. Módulo 1- Tendências, problemas e enfoques: um panorama geral. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br>. Acesso em 05/053/2012.

OLIVA, Jaime Tadeu de. **O espaço geográfico como componente social**. *Terra livre*. São Paulo, Nº 17, P: 25-48. 2º Semestre de 2001.

OLIVEIRA, Francisco de. **A Economia da dependência imperfeita**. São Paulo: Nobel, 1989.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica á razão dualista e o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

PETRAS, James. **Ensaio contra a ordem**. Campinas: Scritta, 1995.

POLANY, K. **A grande transformação: as origens de nossa época**. Cap. 5, 6 e 12.2ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

POSTHUMA, A. C. (Org.) *Abertura e ajuste do mercado de trabalho no Brasil: políticas para conciliar os desafios de emprego e competitividade*. Brasília: OIT; MTE; São Paulo: Ed. 34, 1999.

PRADO Jr., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. Coleção grandes nomes do pensamento brasileiro. São Paulo: Publifolha / Brasiliense, 2000.

PRZEWORSKY & WALLERSTEIN, E. **O capitalismo democrático na encruzilhada**. São Paulo, *Novos Estudos Cebrap*. n. 22, 1988.

REINECKE, G. **Qualidade de emprego e emprego atípico no Brasil**. In: ROSSO, Sadi Dall. **Mais trabalho! A intensificação do labor na sociedade contemporânea**. São Paulo: Boitempo, 2008.

RUY, José Carlos. **O operário faz a coisa e a coisa faz o operário**. Revista Princípios. Nº 43, SP, Ed. Anita Garibaldi, nov/96 - Jan/97.

SAMPAIO JR, P. **Entre a nação e a barbárie**. Os dilemas do capitalismo dependente. São Paulo: Vozes, 1999.

SANTOS, B. S. **Notas sobre a história jurídico-social de Pasárgada**. Em SOUZA Jr., J. G. (org.). *Introdução crítica ao direito*. Brasília, UnB, 1993.

ROSAS, Vanderlei de Barros. **Afinal, o que é ética**. Disponível em: <http://www.mundodosfilosofos.com.br/vanderlei18.htm>. Acesso em: 10 de Março de 2012.

SANTOS, Milton & SILVEIRA, Maria Laura da. **O Brasil: Território e Sociedade no início do Século XXI**- 7ª Edição, Rio de Janeiro: RECORD, 2005.

SINGER, Paul. **Emprego, produção e reprodução da força de trabalho**. Economia política do trabalho. São Paulo: HUCITEC, 1997. SOARES, Laura Tavares. *O desastre social*. Os porquês da desordem mundial. Mestres explicam a globalização. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SOARES, M.A.T. **Trabalho informal: da funcionalidade á subsunção ao capital**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2008.

SOUSA, Nair Heloisa Bicalho de. **Os efeitos da nova tecnologia nas fábricas**. IN:

SOUZA, Jesse de. **A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro**. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 2000. 276 páginas.

SOUZA, M.C.C. Globalização e processo de informalidade. Economia e Sociedade. IN: Instituto de Economia. Nº 14. Jun. de 2000. Campinas: Unicamp, 2000.

SPOSITO, Maria Encarnação B. **Capitalismo e Urbanização**. São Paulo. Contexto. 2007.

TELLES, Vera da Silva. **A experiência da insegurança: trabalho e família nas classes trabalhadoras urbanas em São Paulo**. Tempo Social, São Paulo, v. 4, 1994.

THEODORO, Maria Isabel Accoroni & SCORZAFAVE, Luiz Guilherme. **Impacto da Redução dos encargos trabalhistas sobre a Formalização das Empregas Domésticas**. RBE Rio de Janeiro v. 65 n. 1 / p. 93–109 Jan-Mar 2011.

VALLS, Álvaro L.M. O. **O que é ética**. 9ª edição. São Paulo-SP: Brasiliense, 2008, p. 7-74 (Coleção primeiros passos; 177).

VILLAÇA, Flávio. **São Paulo: segregação urbana e desigualdade**. Estud. Avan. On line 2011, vol.25, n.71, pp. 37-58. ISSN 0103-4014.

YAZIGI. **O mundo das calçadas**. São Paulo: Humanitas/ Imprensa Oficial, 2000.

ZALUAR, A. **A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

OUTRAS FONTES:

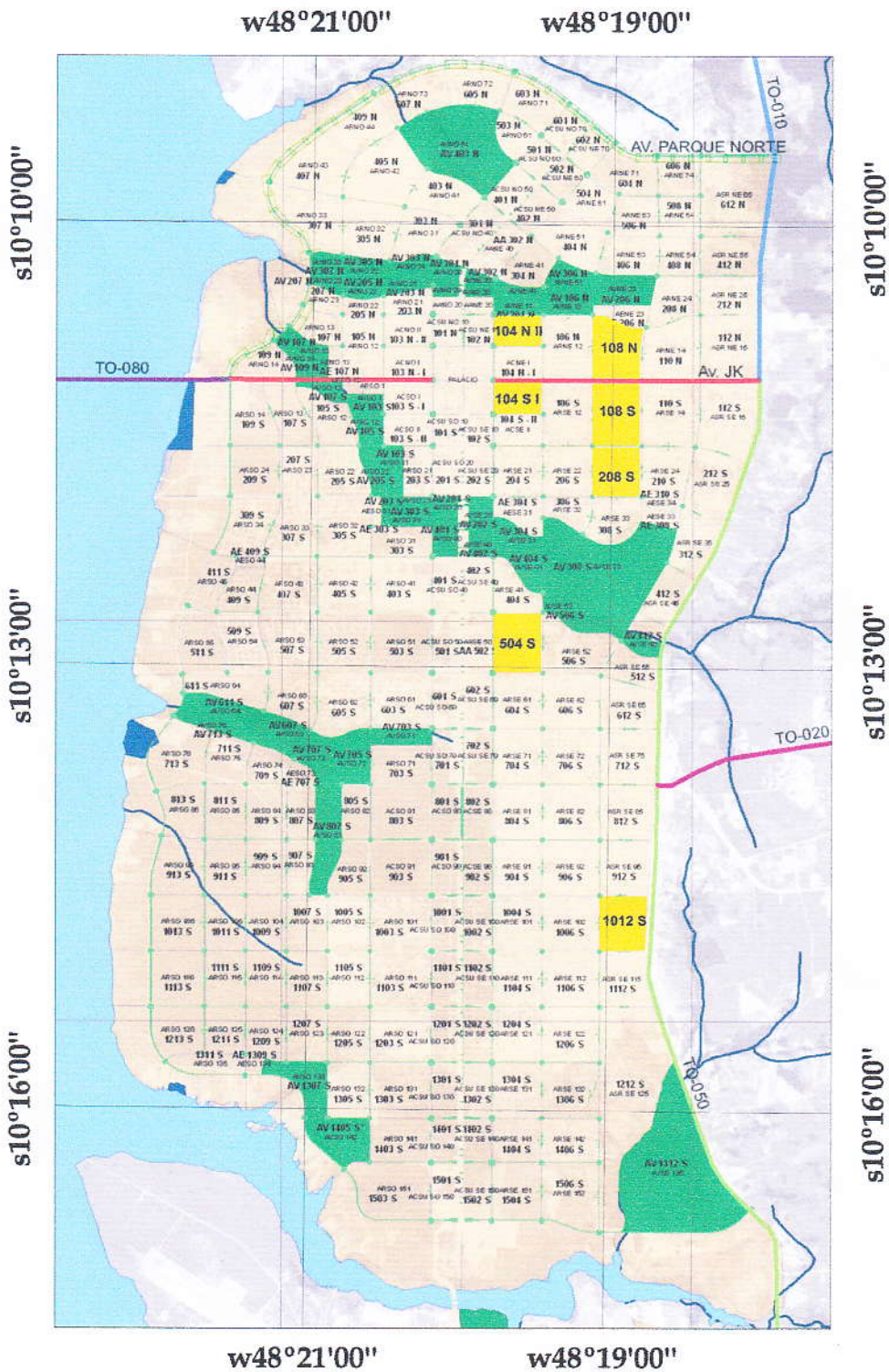
www.scielo.org

www.teses.usp.br




www.ifch.unicamp.br

ANEXO I LOCAIS DE REALIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS DE CAMPO

LOCAIS DE REALIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS DE CAMPO

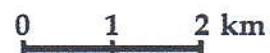


LEGENDA

-  Quadra onde foram realizadas as entrevistas
-  Áreas verdes
-  Plano diretor de Palmas - TO



ESCALA



APÊNDICE A- ROTEIRO PARA REALIZAÇÃO DE ENTREVISTA DE CAMPO

Nº

Local: (Quadra/ Bairro)_____ Data: _____

Nome do Entrevistado (a) (somente 1º nome): _____

Sexo:_____ Data de nascimento:___ /___/ _____ Naturalidade:_____

Estado civil: () Casado () Solteiro () Outros: Especificar

Tempo de Residência na cidade _____

Condição da Residência: () Própria Alugada () Outros ()

Escolaridade: () Analfabeto () Ens. Fund. Completo Incompleto

() Ens. Fund. Completo () Ensino Médio Incompleto () Ensino Médio Incompleto

() Nível Técnico

Atividade que desempenha atualmente: _____

Já foi empregado (carteira assinada)? _____ Sim/Não Onde? Quanto tempo? _____

Se não, por que não obteve êxito? _____

Há quanto tempo está realizando a atividade atual: _____

Gostaria de trabalhar com carteira assinada: _____

Quais as principais dificuldades para conseguir um trabalho com carteira assinada?

Há alguém de sua família que já trabalhou ou trabalha atualmente na informalidade?

Você pensa em mudar de atividade? Por quê

Quais as vantagens/ desvantagens do trabalho informal?

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA PARTICIPAÇÃO DE PESQUISA

Você está sendo convidado a participar da pesquisa: “*A Gênese da Informalidade na cidade de Palmas, Capital do Estado do Tocantins*”. A pesquisa tem por objetivo estudar os trabalhadores residentes neste município que atuam no mercado de trabalho informal. A participação nessa pesquisa não trará nenhum tipo de implicação institucional ou legal. Sua participação é totalmente voluntária e você poderá recusar-se a responder alguma questão ou abandonar o estudo sem qualquer prejuízo pessoal. Fica assegurado que sua identificação será preservada e as informações coletadas serão utilizadas exclusivamente para os fins deste estudo. Toda e qualquer dúvida poderá ser esclarecida pelo entrevistador.

Eu,.....
concordo em participar voluntariamente desta pesquisa. Declaro que li e entendi os termos deste consentimento.

Palmas,.....de 2012.

Assinatura do Entrevistado

APÊNDICE B- ENTREVISTAS**Entrevista N°: 1****Local: (Quadra/ Bairro):** 104 Norte**Data:** 23/02/2012**Nome do Entrevistado (a) (somente 1º nome):** Ricardo**Sexo:** M**Data de nascimento:** 08 / 02/ 1982**Naturalidade:** TO**Estado civil:** Casado**Tempo de Residência na cidade:** 19 anos**Condição da Residência:** Alugada**Escolaridade:** Ensino Fundamental Completo**Atividade que desempenha atualmente:** Ajudante de Pedreiro**Já foi empregado (carteira assinada)?** Não**Sim/Não Onde? Quanto tempo?****Se não, por que não obteve êxito?** Falta de Qualificação Profissional**Há quanto tempo está realizando a atividade atual:** 12 anos**Gostaria de trabalhar com carteira assinada:** Sim**Quais as principais dificuldades para conseguir um trabalho com carteira assinada?** Falta de Qualificação Profissional**Há alguém de sua família que já trabalhou ou trabalha atualmente na informalidade?** Sim**Você pensa em mudar de atividade? Por quê?** Sim. Trabalhar menos e ganho melhor**Quais as vantagens/ desvantagens do trabalho informal?****Vantagens:** Flexibilidade de horários. **Desvantagem:** imprevisibilidade

Entrevista N°: 2**Local: (Quadra/ Bairro):** 104 Norte**Data:** 21/01/2012**Nome do Entrevistado (a) (somente 1º nome):** Bruno**Sexo:** M **Data de nascimento:** 24 / 07/ 1979 **Naturalidade:** MA**Estado civil:** Casado**Tempo de Residência na cidade:** 16 anos**Condição da Residência:** Alugada**Escolaridade:** (X) Ens. Fund. Completo Incompleto**Atividade que desempenha atualmente:** Diversas. Não especificada**Já foi empregado (carteira assinada)?** Não**Sim/Não Onde? Quanto tempo?****Se não, por que não obteve êxito?** Não especificou disse apenas que a rigidez dos horários é um dos grandes impeditivos na procura por emprego.**Há quanto tempo está realizando a atividade atual:** 20 anos**Gostaria de trabalhar com carteira assinada:** Sim**Quais as principais dificuldades para conseguir um trabalho com carteira assinada?** Falta de Qualificação Profissional; distância dos centros comerciais**Há alguém de sua família que já trabalhou ou trabalha atualmente na informalidade?** Não**Você pensa em mudar de atividade? Por quê?** Sim. Após a conclusão dos estudos**Quais as vantagens/ desvantagens do trabalho informal?**

Vantagens: Flexibilidade de horários; proximidade da residência. Desvantagens: variação de renda e Impossibilidade de comprovar renda.

Entrevista N°: 3**Local: (Quadra/ Bairro):** Aurenny I (Taquaralto)**Data:** 21/02/2012**Nome do Entrevistado (a) (somente 1º nome):** Alex**Sexo:** M **Data de nascimento:** 04 / 03/ 1974 **Naturalidade:** PA**Estado civil:** Casado**Tempo de Residência na cidade:** 09 anos**Condição da Residência:** Alugada**Escolaridade:** Ensino Médio Incompleto**Atividade que desempenha atualmente:** Doméstica e Comerciante**Já foi empregado (carteira assinada)?** Não**Sim/Não Onde? Quanto tempo?****Se não, por que não obteve êxito?** Nunca Procurou**Há quanto tempo está realizando a atividade atual:** 04 anos**Gostaria de trabalhar com carteira assinada:** Sim**Quais as principais dificuldades para conseguir um trabalho com carteira assinada?** Falta de Qualificação Profissional**Há alguém de sua família que já trabalhou ou trabalha atualmente na informalidade?** Sim**Você pensa em mudar de atividade? Por quê?** Não. Satisfeita com a condição atual.**Quais as vantagens/ desvantagens do trabalho informal?** Flexibilidade. Não existe.

Entrevista N°: 4**Local: (Quadra/ Bairro):** Aurenny I (Taquaralto)**Data:** 22/02/2012**Nome do Entrevistado (a) (somente 1º nome):** Cristiane**Sexo:** F **Data de nascimento:** 15 / 10/ 1980 **Naturalidade:** PA**Estado civil:** Solteiro**Tempo de Residência na cidade:** 09 anos**Condição da Residência:** Própria**Escolaridade:** Ensino Fundamental**Atividade que desempenha atualmente:** Pedreiro**Já foi empregado (carteira assinada)?** Sim**Sim/Não Onde? Quanto tempo?** Paraopebas / PA. 01 ano e meio**Se não, por que não obteve êxito?****Há quanto tempo está realizando a atividade atual:** 10 anos**Gostaria de trabalhar com carteira assinada:** Sim**Quais as principais dificuldades para conseguir um trabalho com carteira assinada?** Não enumerou dificuldades**Há alguém de sua família que já trabalhou ou trabalha atualmente na informalidade?** Sim**Você pensa em mudar de atividade? Por quê?** Não. Acha difícil. Satisfeito na profissão atual**Quais as vantagens/ desvantagens do trabalho informal?** Garantia de emprego por um tempo determinado.

Entrevista N°: 5

Local: (Quadra/ Bairro): 104 Sul **Data:** 23 / 01 /2012

Nome do Entrevistado (a) (somente 1º nome): Rodrigo

Sexo: M **Data de nascimento:** 29/ 03/1965 **Naturalidade:** MA

Estado civil: Casado

Tempo de Residência na cidade: 07 anos

Condição da Residência: Alugada

Escolaridade: (X) Ensino Médio Incompleto.

Atividade que desempenha atualmente: Taxista

Já foi empregado (carteira assinada)? Não

Sim/Não Onde? Quanto tempo?

Se não, por que não obteve êxito? Não especificou

Há quanto tempo está realizando a atividade atual: 05 anos

Gostaria de trabalhar com carteira assinada: Gostaria muito

Quais as principais dificuldades para conseguir um trabalho com carteira assinada? Falta de Qualificação Profissional

Há alguém de sua família que já trabalhou ou trabalha atualmente na informalidade? Não sabe.

Você pensa em mudar de atividade? Por quê? Não. Porém quer trabalhar por conta própria.

Quais as vantagens/ desvantagens do trabalho informal? Vantagens: Garantia de renda fixa. Desvantagens. Não especificou

Entrevista N°: 6

Local: (Quadra/ Bairro): 204 Sul **Data:** 20 / 01 /2012

Nome do Entrevistado (a) (somente 1º nome): Alessandro

Sexo: M **Data de nascimento:** 18 /11 / 1971 **Naturalidade:** CE

Estado civil: Solteiro

Tempo de Residência na cidade: 13 anos

Condição da Residência: Alugada

Escolaridade: Ensino Médio Incompleto

Atividade que desempenha atualmente: moto- taxista

Já foi empregado (carteira assinada)? Sim

Sim/Não Onde? Quanto tempo? Crato/ CE. 02 anos

Se não, por que não obteve êxito?

Há quanto tempo está realizando a atividade atual: 06 anos

Gostaria de trabalhar com carteira assinada: Não.

Quais as principais dificuldades para conseguir um trabalho com carteira assinada? Nunca procurou emprego.

Há alguém de sua família que já trabalhou ou trabalha atualmente na informalidade? Não sabe

Você pensa em mudar de atividade? Por quê? Sim. Mudar de moto-taxista para taxista. Renda maior.

Quais as vantagens/ desvantagens do trabalho informal? Vantagens: Inexistência de Hierarquia e Personalismos. Desvantagem: Variabilidade da renda.

Entrevista N°: 7**Local: (Quadra/ Bairro):** 108 Sul**Data:** 22 /01 /2012**Nome do Entrevistado (a) (somente 1º nome):** Maria**Sexo:** F**Data de nascimento:** 03 / 09 /1979**Naturalidade:** TO**Estado civil:** Casado**Tempo de Residência na cidade:** 13 anos**Condição da Residência:** Alugada**Escolaridade:** Ensino Fundamental completo**Atividade que desempenha atualmente:** Comerciante**Já foi empregado (carteira assinada)?** Não**Sim/Não Onde? Quanto tempo?****Se não, por que não obteve êxito?** Nunca procurou**Há quanto tempo está realizando a atividade atual:** 10 anos**Gostaria de trabalhar com carteira assinada:** Dúvida.**Quais as principais dificuldades para conseguir um trabalho com carteira assinada?** Nunca procurou**Há alguém de sua família que já trabalhou ou trabalha atualmente na informalidade?** Sim. Marido**Você pensa em mudar de atividade? Por quê?** Dúvida. Está satisfeita**Quais as vantagens/ desvantagens do trabalho informal?** Vantagens: amparo na velhice: previdência. Desvantagens: Sazonalidade da renda

Entrevista N°: 8

Local: (Quadra/ Bairro): 104 Sul **Data:** 21 / 01 /2012

Nome do Entrevistado (a) (somente 1º nome): Joaquim

Sexo: M **Data de nascimento:** 18 / 12 / 1970 **Naturalidade:** TO

Estado civil: Solteiro

Tempo de Residência na cidade: 11 anos

Condição da Residência: Alugada

Escolaridade: Ensino Médio Incompleto

Atividade que desempenha atualmente: Chapa

Já foi empregado (carteira assinada)? Sim

Sim/Não Onde? Quanto tempo? Prefeitura Municipal (06 meses). Empresa do Ramo Imobiliário. (01 ano e meio)

Se não, por que não obteve êxito?

Há quanto tempo está realizando a atividade atual: Não soube especificar.

Gostaria de trabalhar com carteira assinada: Sim

Quais as principais dificuldades para conseguir um trabalho com carteira assinada? Não encontrou dificuldades

Há alguém de sua família que já trabalhou ou trabalha atualmente na informalidade? Sim.

Você pensa em mudar de atividade? Por quê?

Quais as vantagens/ desvantagens do trabalho informal? Desvantagens: Não possuir renda fixa; 13º salário; Férias e Folga remunerada. Vantagens: inexistência de hierarquia.

Entrevista N°: 9

Local: (Quadra/ Bairro): 108 Sul **Data:** 22 /01 /2012

Nome do Entrevistado (a) (somente 1º nome): Ana

Sexo: F **Data de nascimento:** 27 / 07 / 1979 **Naturalidade:** TO

Estado civil: Casado

Tempo de Residência na cidade: 14 anos

Condição da Residência: Outros

Escolaridade: Ensino Médio completo

Atividade que desempenha atualmente: Vendedora de Produtos cosméticos

Já foi empregado (carteira assinada)? Não

Sim/Não Onde? Quanto tempo?

Se não, por que não obteve êxito? Falta de Qualificação Profissional.

Há quanto tempo está realizando a atividade atual: 05 anos

Gostaria de trabalhar com carteira assinada: Não.

Quais as principais dificuldades para conseguir um trabalho com carteira assinada? Distância dos centros comerciais. Falta de Qualificação Profissional

Há alguém de sua família que já trabalhou ou trabalha atualmente na informalidade? Sim

Você pensa em mudar de atividade? Por quê? Não. Impossibilidade de conciliar trabalho e cuidado com os filhos.

Quais as vantagens/ desvantagens do trabalho informal? Vantagem: Flexibilidade

Entrevista N°: 10**Local: (Quadra/ Bairro):** 108 Norte**Data:** 20 / 01 /2012**Nome do Entrevistado (a) (somente 1º nome):** Cláudia**Sexo:** F**Data de nascimento:** 21 / 03 / 1982**Naturalidade:** TO**Estado civil:** Casado**Tempo de Residência na cidade:** 11 anos**Condição da Residência:** Alugada**Escolaridade:** Ensino Médio completo**Atividade que desempenha atualmente:** Empregada Doméstica**Já foi empregado (carteira assinada)?** Não**Sim/Não Onde? Quanto tempo?****Se não, por que não obteve êxito?****Há quanto tempo está realizando a atividade atual:** 15 anos**Gostaria de trabalhar com carteira assinada:** Sim**Quais as principais dificuldades para conseguir um trabalho com carteira assinada?** Distância**Há alguém de sua família que já trabalhou ou trabalha atualmente na informalidade?** Sim**Você pensa em mudar de atividade? Por quê?** Sim. Conseguir um emprego**Quais as vantagens/ desvantagens do trabalho informal?****Vantagens:** flexibilidade de horários. **Desvantagens:** intermitência de ocupação

Entrevista N°: 11

Local: (Quadra/ Bairro): 208 Sul **Data:** 21 / 02 /2012

Nome do Entrevistado (a) (somente 1º nome): Emerson

Sexo: M **Data de nascimento:** 03 / 08 / 1981 **Naturalidade:** MA

Estado civil: Casado

Tempo de Residência na cidade: 15 anos

Condição da Residência: Alugada

Escolaridade: Ensino Fundamental Completo

Atividade que desempenha atualmente: Mototaxista

Já foi empregado (carteira assinada)? Sim

Sim/Não Onde? Quanto tempo? Açailândia/ MA. 04 Anos

Se não, por que não obteve êxito?

Há quanto tempo está realizando a atividade atual: 04 Anos

Gostaria de trabalhar com carteira assinada:

Quais as principais dificuldades para conseguir um trabalho com carteira assinada? Não procurou.

Há alguém de sua família que já trabalhou ou trabalha atualmente na informalidade? Sim

Você pensa em mudar de atividade? Por quê? Não. Associa formalidade a intensidade e precariedade

Quais as vantagens/ desvantagens do trabalho informal? Vantagens: Tranqüilidade. Flexibilidade de horários.

Entrevista N°: 12**Local: (Quadra/ Bairro):** 104 Sul**Data:** 22/ 01 /2012**Nome do Entrevistado (a) (somente 1º nome):** Cleiton**Sexo:** M**Data de nascimento:** 27/ 02/ 1970**Naturalidade:** GO**Estado civil:** Casado**Tempo de Residência na cidade:** 13 anos**Condição da Residência:** Alugada**Escolaridade:** Ensino Médio Incompleto**Atividade que desempenha atualmente:** Pintor**Já foi empregado (carteira assinada)?** Não**Sim/Não Onde? Quanto tempo?****Se não, por que não obteve êxito?****Há quanto tempo está realizando a atividade atual:** 06 anos**Gostaria de trabalhar com carteira assinada:** Sim**Quais as principais dificuldades para conseguir um trabalho com carteira assinada?** Não encontra dificuldades**Há alguém de sua família que já trabalhou ou trabalha atualmente na informalidade?** Sim**Você pensa em mudar de atividade? Por quê?** Não**Quais as vantagens/ desvantagens do trabalho informal?** Vantagens: Remuneração maior. Desvantagens: inexistência de garantias

Entrevista Nº: 13

Local: (Quadra/ Bairro): 208 Sul **Data:** 23 / 02 /2012

Nome do Entrevistado (a) (somente 1º nome): Arnaldo

Sexo: **Data de nascimento:** 27 / 11 / 1976 **Naturalidade:** MA

Estado civil: Casado

Tempo de Residência na cidade: 16 anos

Condição da Residência: Própria

Escolaridade: Ensino Fundamental completo

Atividade que desempenha atualmente: Armador de Ferros

Já foi empregado (carteira assinada)? Sim

Sim/Não Onde? Quanto tempo? Palmas. Três ocasiões totalizando 04 anos e meio

Se não, por que não obteve êxito?

Há quanto tempo está realizando a atividade atual: 03 anos

Gostaria de trabalhar com carteira assinada: Sim

Quais as principais dificuldades para conseguir um trabalho com carteira assinada? Garantias. 13º salário, Férias.

Há alguém de sua família que já trabalhou ou trabalha atualmente na informalidade? Não sabe especificar

Você pensa em mudar de atividade? Por quê? Não. Está satisfeito

Quais as vantagens/ desvantagens do trabalho informal? Desvantagens: inexistência de garantias. Vantagens:

Entrevista Nº: 14

Local: (Quadra/ Bairro): 1212 Sul (Terminal Rodoviário)

Data: 21 / 02 /2012

Nome do Entrevistado (a) (somente 1º nome): Arnalo

Sexo: M **Data de nascimento:** 19/ 07/ 1984 **Naturalidade:** PA

Estado civil: Solteiro

Tempo de Residência na cidade: 12 anos

Condição da Residência: Alugada

Escolaridade: Nível Técnico

Atividade que desempenha atualmente: Atendente de Lanchonete

Já foi empregado (carteira assinada)? Não

Sim/Não Onde? Quanto tempo?

Se não, por que não obteve êxito?

Há quanto tempo está realizando a atividade atual: 04 anos

Gostaria de trabalhar com carteira assinada: Sim

Quais as principais dificuldades para conseguir um trabalho com carteira assinada? Incompatibilidade entre as atividades de trabalho e estudo

Há alguém de sua família que já trabalhou ou trabalha atualmente na informalidade? Não

Você pensa em mudar de atividade? Por quê? Sim. Quando se formar

Quais as vantagens/ desvantagens do trabalho informal? Vantagens: garantia de renda fixa. Desvantagens: Impossibilidade de conciliar trabalho com estudos em virtude da rigidez dos horários

Entrevista N°: 15

Local: (Quadra/ Bairro): 504 Sul

Data: 21/02/2012

Nome do Entrevistado (a) (somente 1º nome): Artur

Sexo: M

Data de nascimento: 21 / 02 /198

Naturalidade: TO

Estado civil: Solteiro

Tempo de Residência na cidade: 11 anos

Condição da Residência: Alugada

Escolaridade: Ensino Médio completo

Atividade que desempenha atualmente: Taxista

Já foi empregado (carteira assinada)? Sim

Sim/Não Onde? Quanto tempo? Sim. Em sua cidade de origem e em Palmas.

Totalizando um período de 04 anos

Se não, por que não obteve êxito?

Há quanto tempo está realizando a atividade atual: 04 anos

Gostaria de trabalhar com carteira assinada: Não

Quais as principais dificuldades para conseguir um trabalho com carteira assinada? Quando procurou não encontrou dificuldades

Há alguém de sua família que já trabalhou ou trabalha atualmente na informalidade? Sim

Você pensa em mudar de atividade? Por quê? Não. Está satisfeito.

Quais as vantagens/ desvantagens do trabalho informal? Vantagens: tranquilidade e flexibilidade de horários. Não apontou desvantagens.